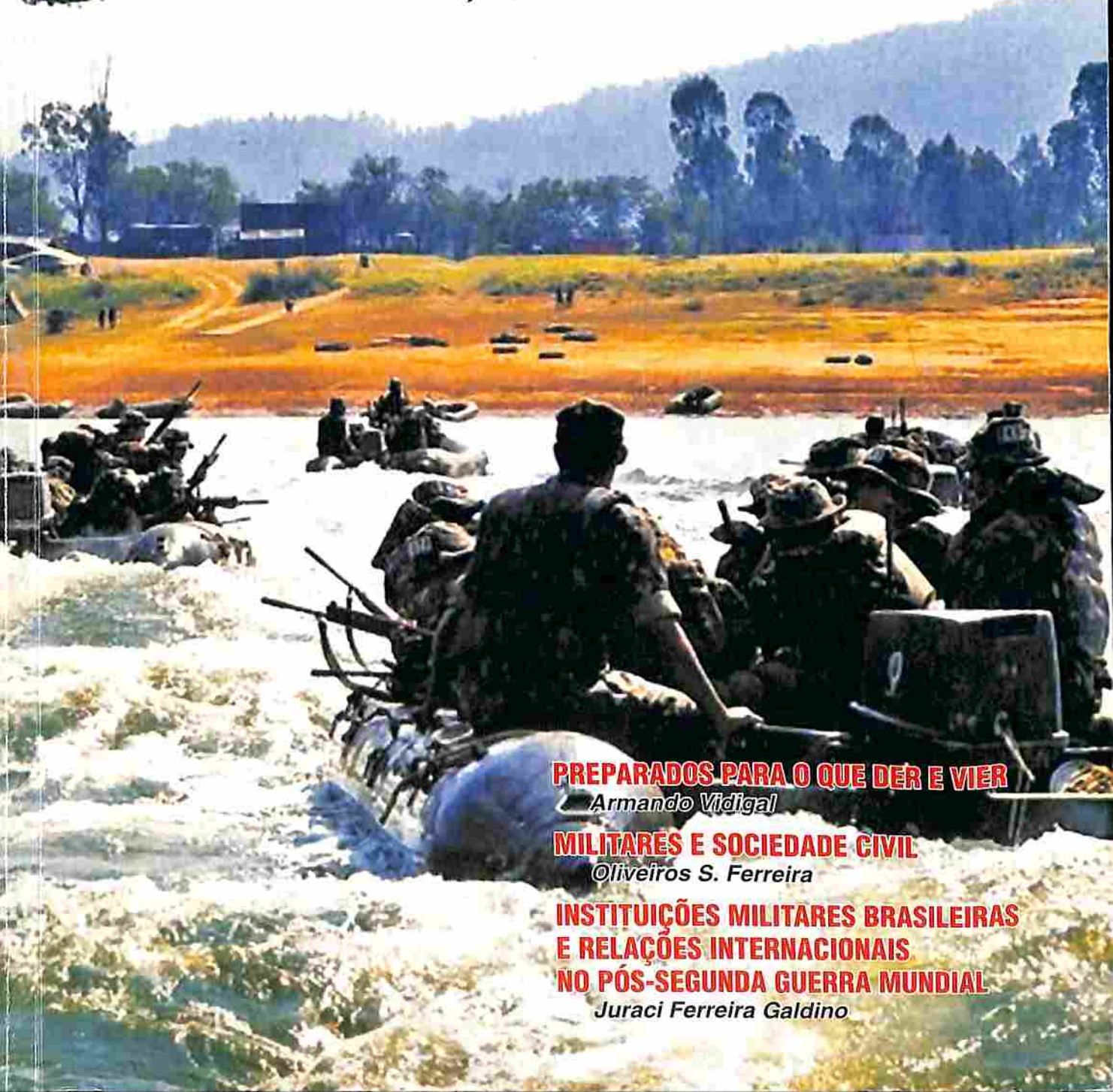




# A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO XCV – Nº 813 – JAN/FEV/MAR/ABR DE 2009



**PREPARADOS PARA O QUE DER E VIER**

*Armando Vidgal*

**MILITARES E SOCIEDADE CIVIL**

*Oliveiros S. Ferreira*

**INSTITUIÇÕES MILITARES BRASILEIRAS  
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

*Juraci Ferreira Galdino*



## A DEFESA NACIONAL

**Diretor / Editor**  
Josevaldo Souza Oliveira

**Redator**  
Luiz Carlos Carneiro de Paula

### ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército  
Palácio Duque de Caxias  
Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar  
Ala Marçílio Dias - CEP 20221-260  
Rio de Janeiro, RJ - Brasil  
Tels.: (21) 2519-5707 e 2519-5715  
Fax: (21) 2519-5569  
Ligação gratuita: (0800) 238365  
E-mail: bibllex@bibllex.com.br  
Site: www.bibllex.com.br

### PROGRAMA EDITORIAL

**MURO Prod** Título: A Defesa Nacional : revista de  
Tel/Fax: assuntos militares e estu

RE

Ellis Pinheiro, v. 95, n. 813, jan./abr. 2009 BFD  
Marcio Costa e Suzana de França

### IMPRESSÃO

Flama Ramos Acabamento e  
Manuseio Gráfico Ltda-EPP

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do Exército Brasileiro.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Accepta-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em programa Microsoft Word, tendo cerca de 40.000 caracteres incluindo os espaços. Deverão ser anexados disquete(s) com a matéria, síntese curricular do autor e endereço postal.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

Por imposição de espaço, a redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

### PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A assinatura anual e venda de números avulsos são feitas na Administração.

# A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores — Principais Textos: BERTHOLD RUIJER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I

**SUMÁRIO** **PARTE JORNALÍSTICA** — O Efectivo e a organização do Exército. Subdivisões táticas. — A guerra. — Comandos do tipo de artilharia em combate. A marcha automática de carros e canhões. — Comentários táticos na artilharia francesa. NOTICÁRIO — A entrada de 7 de Setembro. — Realização. — O desenvolvimento progressivo do exército alemão. — Reorganização da Suíça Nacional. — O governo austríaco e o plano da guerra. — Stresemann e o plano. — Avanço para a capital. — O plano alemão do "Guerra". — Quilómetros a mais. — A Defesa Nacional. — O movimento de guerra dos Estados Unidos. — A infantaria japonesa. — O plano alemão. — BIBLIOGRAFIA. — Os intermediários militares e a guerra aérea. — Exercícios de guerra e sobre a terra. — A guerra aérea de infantaria. — Lições francesas e alemãs.

Fac-símile da portada do Nº 1, Ano 1 — 10/10/1913 de A DEFESA NACIONAL

### Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A DEFESA NACIONAL"

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

**Diretor-Presidente**  
Josevaldo Souza Oliveira — Cel

**Diretor-Secretário**  
Paulo César Silveira de Almeida — TC

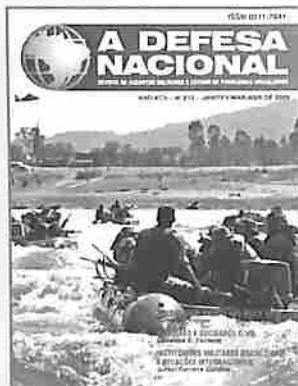
**Diretor-Administrativo**  
Jro Cleber Rodrigues Martins — Cel

**Diretor-Tesoureiro**  
Imarães Campos Outtes de Oliveira — Ten

**Conselheiros**  
Celso José Pires — Cel  
Enir dos Santos Araújo — Cel

**Conselho Fiscal**  
Nilson Vieira Ferreira de Mello — Cel  
Luiz Carlos Carneiro de Paula — Cel  
Hélio Pinheiro — Cel

**Suplentes**  
Justo Hélio Monteiro — Cap  
Fabiana Schtspar Martins — Ten  
Suzana Santana de França — Ten



## NOSSA CAPA

Preparados para o  
que der e vier.

290637/324522  
ex. 3

# EDITORIAL

## *Repensando a defesa*

*O Brasil é um país pacífico. Não ameaça ninguém e nem é ameaçado. Durante anos, isso nos foi dito e repetido tantas vezes que houve quem acreditasse na assertiva. A História contribuiu para isso. Só não reconhecíamos o óbvio: o que nos deixava a salvo de ataques não era a nossa simpatia, mas sim era a nossa absoluta desimportância dentro do contexto político-estratégico internacional.*

.....

*O poder militar não é um luxo, mas uma necessidade. Se vamos utilizá-lo ou não, pouco importa. Mas só poderemos verdadeiramente descansar quando tivermos a certeza de que, se preciso for, estaremos preparados para o que der e vier.*

Vice-Almirante Armando Vidigal

*... a Estratégia Nacional de Defesa vai modernizar a estrutura nacional de defesa atuando em três eixos: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de defesa e a política de composição dos efetivos das Forças Armadas.*

Declarações do Ministro da Defesa

*As Forças Armadas haverão de ser sempre a própria Nação em armas.*

.....

*Na defesa, começa esforço vital para nosso futuro. Não há estratégia de desenvolvimento nacional sem estratégia nacional de defesa. A diretriz é reorganizar as Forças Armadas em torno de vanguarda tecnológica e operacional, pautada por cultura de mobilidade e de flexibilidade e baseada em capacitações nacionais.*

Declarações do Ministro  
Extraordinário para Assuntos Estratégicos

# SUMÁRIO

<b>PREPARADOS PARA O QUE DER E VIER</b> .....	3
<i>Armando Vidigal</i>	
<b>FORÇAS ARMADAS INTEGRADAS</b> .....	4
<i>Resumo transcrito de INFO-REL</i>	
<b>REAPRENDENDO COM A GEOPOLÍTICA</b> .....	11
<i>Manuel Cambeses Júnior</i>	
<b>APRECIÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO KOSOVO</b> .....	13
<i>Márcio Bonifácio Moraes</i>	
<b>IRAQUE: UM EXÉRCITO QUE SOUBE APRENDER COM SEUS PRÓPRIOS ERROS</b> .....	25
<i>Álvaro de Souza Pinheiro</i>	
<b>MILITARES E SOCIEDADE CIVIL</b> .....	33
<i>Olíveiros S. Ferreira</i>	
<b>IMPRENSA LIVRE E IMPARCIAL</b> .....	41
<i>Luiz Eduardo Rocha Paiva</i>	
<b>CONFLITO PALESTINO-ISRAELENSE: A LÓGICA POR TRÁS DO SENSO COMUM</b> .....	43
<i>Bruno Quadros e Quadros</i>	
<b>A FÚRIA DOS POBRES</b> .....	45
<i>Revista Der Spiegel</i>	
<b>LIÇÕES DE UMA GUERRA ABORTADA</b> .....	48
<i>Ricardo Vélez Rodríguez</i>	
<b>METODOLOGIA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA MILITAR</b> .....	50
<i>Renato Jorge Paranhos Restier Junior</i>	
<b>EVOLUÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS DE 1864 A 1889: DO APOGEU À ESTAGNAÇÃO</b> .....	57
<i>Bruno G. de Paiva, Carlos R. Carvalho Daróz, Fabian C. Rodrigues, Fernanda das Graças Corrêa e Jorge H. Cardoso Leão</i>	
<b>INSTITUIÇÕES MILITARES BRASILEIRAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL</b> .....	64
<i>Juraci Ferreira Galdino</i>	
<b>REFLEXÕES SOBRE O PODER NAVAL BRASILEIRO: DA GUERRA DO PARAGUAI ATÉ O TEMPO PRESENTE</b> .....	69
<i>Francisco Eduardo Alves de Almeida</i>	
<b>PEDRO I... DEPOIS DO BRASIL</b> .....	80
<i>Vasco Mariz</i>	
<b>O LONGO PRAZO EM CURTO PRAZO</b> .....	91
<i>Roberto Mangabeira Unger</i>	
<b>ESTRATÉGIA DE DEFESA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA</b> .....	93
<i>Roberto Gama e Silva</i>	



# Preparados para o que der e vier\*

Armando Vidigal\*\*

O Brasil é um país pacífico. Não ameaça ninguém e nem é ameaçado. Durante anos, isso nos foi dito e repetido tantas vezes que houve quem acreditasse na assertiva. A História contribuiu para isso. Só não reconhecíamos o óbvio: o que nos deixava a salvo de ataques não era a nossa simpatia, mas sim a nossa absoluta desimportância dentro do contexto político-estratégico internacional.

Só que isso mudou. A atual crise financeira que está redesenhando o capitalismo mundo afora é apenas uma — e certamente a menor — das crises que se prenunciam nesse início do século XXI. Outras quatro estão por vir. E, em todas elas, a solução passa pelo Brasil.

A primeira delas é a crise de energia. Até recentemente importador de petróleo, hoje nosso país destaca-se no cenário internacional não apenas pelas suas imensas reservas recém-descobertas do pré-sal. Temos também enormes reservas de urânio. Detemos tecnologia de ponta, solo e climas perfeitos para nos tornarmos os maiores produtores de biocombustíveis.

A segunda grande crise é a da água. Motivo de guerras na África e no Oriente Médio, ela já começa a escassear nos países ricos. No Brasil, ela ainda é abundante.

A terceira grande crise, associada ao problema da água, é a crise dos alimentos. Nesse ponto, novamente a solução passa pelo Brasil,

o “celeiro do mundo”. Finalmente, a quarta grande crise do século XXI: a do meio ambiente. Uma vez mais, o Brasil e a Amazônia, “pulmão do mundo”, ocupam papel central nesse debate, em que a tese de internacionalização de nossas florestas ganha adesões a cada dia.

Cada uma dessas crises realimenta as outras e é por elas realimentada. Não se trata de paranoia de militar. Vivemos um claro deslocamento do polo estratégico mundial para o Atlântico Sul. E o Brasil, por todas as condições já mencionadas, encontra-se no foco das atenções.

Por isso tudo, vem em boa hora a “Estratégia Nacional de Defesa” pelo governo federal, que percebeu a importância de recuperar nossas Forças Armadas e construir uma sólida base militar. Isso só será possível se houver, de fato, políticas que fortaleçam a indústria nacional de defesa — estatal e privada —, que, por sua vez, deve trabalhar em conjunto com as universidades e os centros de pesquisa para o desenvolvimento da nossa própria tecnologia, para que não dependamos do conhecimento de quem pode se tornar hostil no futuro.

O poder militar não é um luxo, mas uma necessidade. Se vamos utilizá-lo ou não, pouco importa. Mas só poderemos verdadeiramente descansar quando tivermos a certeza de que, se preciso for, estaremos preparados para o que der e vier.

\* Transcrito de *O Globo*, de 24/01/2009.

\*\* O autor é Vice-Almirante, historiador e professor de Estratégia.

# Forças Armadas integradas\*

A Estratégia Nacional de Defesa, anunciada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contempla uma série de iniciativas que visam fortalecer a Defesa Nacional. Para tanto, ele determinou que todos os órgãos da administração federal incluam essa preocupação na hora de executarem suas ações. O presidente pregou ainda uma maior integração das Forças Armadas e a aproximação dos militares com a sociedade civil.

O Ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou que o documento pretende “dar capacidade de gestão da política militar e da política de defesa, seja em tarefas orçamentárias, seja em armamento e material, seja na definição das missões militares e seja na política de pessoal”.

Para o ministro, a Estratégia Nacional de Defesa também supõe uma integração da política de defesa com a política externa brasileira.

Segundo ele, “não há que se pensar em qualquer tipo de possibilidade, de atritos ou de pretensões conflitantes entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa, um é complementar ao outro, somos todos, portanto, integrantes de uma política única, que é exatamente fazer a afirmação de um grande país”.

De acordo com o Ministério da Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa vai modernizar a estrutura nacional de defesa atuando em três eixos: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de defe-

sa e a política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

Um dos coordenadores da proposta, o Ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, afirmou que “as Forças Armadas haverão de ser sempre a própria Nação em armas”.

O governo pretende inserir a defesa no debate nacional e com isso fazer com que as ações do setor estejam alinhadas com a estratégia de desenvolvimento nacional, sobretudo quanto às pesquisas científicas e tecnológicas que aumentem a autonomia do país em relação ao exterior.

**Medidas de Implementação da Estratégia Nacional de Defesa (Prazos para apresentação das propostas):**

## Março de 2009

1. Atualização da Política Nacional da Indústria de Defesa (MD, MF, MDIC, MPOG, MCT);\*
2. Atualização da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa Nacional (MD e MCT);
3. Proposta de parcerias estratégicas com países para desenvolvimento de tecnologia de ponta de interesse para a defesa (MD, MRE e SAE);
4. Projeto de lei que altera a lei de criação da ESG, para viabilizar criação de cargos DAS (MD e MPOG);
5. Proposta de ato legal que garanta recursos financeiros continuados para conclusão de

\* Resumo transcrito de INFO-REL de 19/12/2008.

\*\* Órgãos citados nas Medidas de Implementação (por ordem alfabética das siglas): FA – Forças Armadas; MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia; MD – Ministério da Defesa; MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; MEC – Ministério da Educação; MF – Ministério da Fazenda; MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; MRE – Ministério das Relações Exteriores; SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; SAÚDE – Ministério da Saúde.

projetos relacionados à Defesa Nacional (MD, MPOG e SAE);

6. Proposta de modificação da lei do Sistema Nacional de Mobilização – Sinamob (MD e SAE);

7. Proposta de modificação da lei de licitações: regime jurídico e econômico especial para compras de produtos de defesa junto às empresas nacionais (MD, MDIC, MPOG e SAE);

8. Criação de estrutura, subordinada ao MD, para coordenar processo de certificação, de Metrologia, de normalização e de fomento industrial (MD, MDIC e MPOG);

9. Proposta de modificações na legislação para viabilizar, por parte do Ministério da Fazenda, garantias para contratos de exportação de produto de defesa de grande vulto (MD, MF, MDIC e SAE);

10. Proposta de criação de incentivos e desoneração tributária à iniciativa privada nacional na fabricação de produto de defesa prioritário para as Forças Armadas (MD, MDIC, MF, MPOG e SAE).

#### ***Junho de 2009***

11. Planos de equipamento e articulação das Forças Armadas 2008–2023 (MD e FA);

12. Projeto de lei com nova estrutura militar de defesa contemplando a estruturação de núcleos de Estados-Maiores conjuntos vinculados ao Ministério da Defesa (MD);

13. Projeto de lei propondo nova estrutura do MD, com a criação de órgão encarregado do processo de aquisição de produto de defesa (MD e MPOG);

14. Projeto de lei propondo a criação de quadro específico de especialistas de defesa, para a inclusão no Plano Único de Carreira dos servidores da área de defesa (MD e MPOG);

15. Propostas de alterações nas leis Complementares 97, 117 e na Lei nº 9.299, para adequá-las à Estratégia Nacional de Defesa (MD);

16. Plano de transferência da sede da ESG para Brasília (MD);

17. Proposta para destinar a investimentos das Forças Armadas os recursos gerados por bens imóveis administrados por elas (MD, MF e MPOG);

18. Proposta de política de ensino para as Forças Armadas, em particular no nível de Altos Estudos (MD e MEC);

19. Estudo de viabilidade para criação de um Serviço Civil, voluntário, em todo o território nacional (MD, MPOG, SAE, MEC e SAÚDE);

20. Proposta de legislação para destinar às Forças Armadas os recursos provenientes de taxas e serviços cobrados por elas (MD, MF e MPOG);

21. Proposta de ato legal que garanta recursos financeiros continuados para o desenvolvimento integrado e a conclusão de projetos relacionados à defesa nacional (MD, MPOG e SAE).

#### ***Setembro de 2009***

22. Proposta de projeto de lei de equipamento e articulação da defesa nacional (MD).

#### ***Dezembro de 2009***

23. Planos estratégicos para cada Hipótese de Emprego (MD).

### **Conceitos relevantes da Estratégia Nacional de Defesa**

– O Brasil ascenderá ao primeiro plano no Mundo sem exercer hegemonia ou dominação.

– Estratégia Nacional de Defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento.

Projeto forte de defesa favorece projeto forte de desenvolvimento. Forte é o projeto de desenvolvimento que, sejam quais forem suas demais orientações, se guie pelos seguintes princípios:

- a) Independência nacional, efetivada pela mobilização de recursos físicos, econômicos

e humanos, para o investimento no potencial produtivo do País. Aproveitar a poupança estrangeira, sem de ela depender;

- b) Independência nacional, alcançada pela capacitação tecnológica autônoma, inclusive nos estratégicos setores espacial, cibernético e nuclear. Não é independente quem não tem o domínio das tecnologias sensíveis, tanto para a defesa como para o desenvolvimento; e
- c) Independência nacional, assegurada pela democratização de oportunidades educativas e econômicas e pelas oportunidades para ampliar a participação popular nos processos decisórios da vida política e econômica do País. O Brasil não será independente enquanto faltar para parcela do seu povo condições para aprender, trabalhar e produzir.
- A Estratégia Nacional de Defesa é o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro. Será complementada por planos para a paz e para a guerra, concebidos para fazer frente a diferentes hipóteses de emprego.

## **Alguns pontos relevantes da Estratégia Nacional de Defesa**

### **I – Objetivos:**

Reorganizar e reorientar as Forças Armadas, o complexo industrial de defesa e o Serviço Militar.

### **II – Quadro Atual da Defesa Nacional**

- A) aspectos positivos
  - altos índices de confiabilidade das Forças Armadas;

- cultura militar pautada pelo conceito da flexibilidade;
- excelência do ensino nas Forças Armadas.

### **B) vulnerabilidades**

- pouco envolvimento da sociedade brasileira;
- poucos recursos e equipamentos obsoletos;
- inadequada distribuição espacial no território nacional;
- ESG pouco articulada com governo e com sociedade;
- inexistência de carreira civil no Ministério da Defesa;
- escassez de recursos para ciência e tecnologia;
- compras no exterior calcadas em oportunidades;
- dualidade tributária entre produto de defesa nacional e estrangeiro;
- financiamento deficiente para empresas nacionais;
- bloqueio tecnológico imposto por estrangeiros;
- importações sem cláusula de compensação (off-set) comercial, industrial e tecnológica;
- sistemas nacionais de logística de mobilização ineficientes.

## **III – Premissas da Estratégia Nacional de Defesa**

1. Desenvolvimento e defesa são inseparáveis e motivadores recíprocos.
2. Defesa é o escudo do desenvolvimento.
3. A estratégia é motivada pela capacitação, e não por inimigo potencial.

## **IV – Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa**

1. Dissuadir a concentração de forças hostis:



- A) na faixa de fronteira;  
B) nas águas jurisdicionais;  
C) no espaço aéreo.
2. Trinômio estratégico:  
A) monitoramento e controle (ar, terra e mar);  
B) mobilidade;  
C) presença.
3. Mobilidade estratégica: reação imediata.
4. Aprofundar vínculo tecnológico/operacional.
5. Fortalecer vetores:  
A) espacial;  
B) cibernético;  
C) nuclear.
6. Consolidar e fortalecer o Ministério da Defesa  
A) ampliar competências do ministério;  
B) secretários serão de livre escolha do ministro;  
C) criar carreira civil de defesa;  
D) ministério coordenará compras e pesquisas de defesa.
7. Unificar operações das três forças, mediante criação de estado-maior conjunto das Forças Armadas.
8. Reposicionar efetivos das três forças.
9. Adensar presença nas fronteiras.
10. Priorizar Região Amazônica:  
A) estratégia da presença;  
B) capacidade logística (para estar presente quando necessário).
11. Desenvolver flexibilidade no combate: atuação como forças convencionais e não convencionais.
12. Práticas e capacitações dos combatentes:  
A) ter meios e habilidades para atuar em rede, com outros elementos da própria Força e das demais;  
B) radicalizar mobilidade, com tecnologia e conhecimento;  
C) aprofundar flexibilidade, adaptabilidade e audácia.
13. Principais meios e capacitações nacionais a receberem prioridade:  
A) satélites e seus veículos lançadores;  
B) alternativas ao sistema GPS (*Global Positioning System*);  
C) monitoramento focado (alta resolução);  
D) enlace de comunicação terrestre/espacial/aéreo;  
E) veículos aéreos não tripulados (VANTs);  
F) sistemas de guiamento a laser para mísseis;  
G) munições não nucleares de todos os tipos.
14. Garantia da lei e da ordem:  
– estabelecer legislação que determine as condições de emprego e o respaldo das ações.
15. Integração com a América do Sul:  
A) conselho de Defesa Sul-Americano;  
B) estimular relações com países vizinhos.
16. Ampliar participação em operações de manutenção de paz.
17. Ampliar meios de busca e salvamento (Brasil tem compromissos internacionais em seu território e nas águas próximas).
18. Desenvolver potencial de mobilização (revisão da lei de mobilização).
19. Indústria Nacional de Defesa.  
A) Diretrizes compatíveis com a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP (Política Industrial):  
– desenvolvimento tecnológico independente;  
– foco em tecnologias indispensáveis;  
– imperativos estratégicos prevalecem sobre comerciais;  
– polarização pesquisa avançada x produção rotineira;  
– desenvolver capacitações operacionais;  
– regimes legais especiais (regulatório e tributário);  
– atuação no teto tecnológico, e não no piso;  
– conquistar mercado externo;

- formação de recursos humanos;
- parceria com outros países.
- B) Criação da Secretaria de Material de Defesa (MD):
  - implementar política centralizada de compras;
  - otimizar dispêndio de recursos;
  - priorizar busca de capacitação tecnológica;
  - coordenar pesquisa avançada em tecnologias de defesa;
  - evitar duplicação de quadros e ideias;
  - construir elos entre pesquisa e produção.
- 20. Serviço Militar Obrigatório:
  - A) instrumento de unidade da nação;
  - B) reverter tendência à profissionalização;
  - C) aprofundar educação do recruta;
  - D) manter obrigatoriedade e seguir critérios:
    - vigor físico e capacidade analítica;
    - representação de todas as classes e regiões.
- 21. Oficialato:
  - A) objetivo:
    - representar todos os setores da sociedade;
  - B) condições indispensáveis:
    - remuneração competitiva;
    - nação abraça a causa da defesa.
- 22. Serviço Civil (voluntário):
  - A) complementar ao serviço militar;
  - B) amplas proporções;
  - C) vivência nacional;
  - D) universo: mulheres e homens não incorporados;
  - E) semelhança com o projeto;
  - F) atender carências do povo brasileiro;
  - G) treinamento militar básico.
- 23. Estimular Tiros de Guerra.
- 24. Recursos humanos civis:
  - A) criação da carreira de especialista em defesa.
  - B) tornar a ESG principal vetor de formação civil.

## V – Setores estratégicos

Espacial, cibernético e nuclear.

### 1. Setor espacial

#### A) vetores:

- Agência Espacial Brasileira (AEB);
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); e
- Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

#### B) prioridades:

- veículos lançadores de satélites;
- satélites geoestacionários e sensoria-mento remoto;
- tecnologias de comando e controle satelitais;
- coordenadas geográficas por satélites (GPS, Glonass, Compass e Galileo).

### 2. Setor cibernético:

- A) espectro de usos industrial, educativo e militar;

- B) prioridade: telecomunicações e capacitação.

### 3. Setor nuclear

- A) programa de submarino de propulsão nuclear:

- nacionalização do ciclo do combustível;
- construção de reatores setores estratégicos.

#### B) jazidas de urânio:

- acelerar mapeamento, prospecção e aproveitamento.

#### C) termoelétricas nucleares.

- D) difusão do uso da energia nuclear (ex: agricultura, saúde etc.).

- E) manutenção do Tratado de Não Proliferação, sem protocolos adicionais.

- F) prioridade à formação de recursos humanos.

## VI – Diretrizes para as Forças Armadas

### *Marinha do Brasil*

#### 1. Tarefas estratégicas:

- A) negação do uso do mar (tarefa prioritária);

- B) controle de áreas marítimas;
- C) projeção de poder.
- 2. Foco:
  - A) defesa pró-ativa nas águas jurisdicionais brasileiras de:
    - plataformas petrolíferas;
    - instalações navais e portuárias;
    - arquipélagos e ilhas oceânicas.
  - B) garantia das vias marítimas de comércio;
  - C) operações internacionais de paz.
- 3. Áreas de atenção especial:
  - A) faixa oceânica Santos-Vitória;
  - B) foz do Rio Amazonas.
- 4. Reconfiguração e balanceamento:
  - A) submarinos (convencionais e propulsão nuclear);
  - B) mísseis;
  - C) navios de alto-mar;
  - D) navios de patrulha (litorânea e oceânica);
  - E) aviação naval.
- 5. Ampliar presença nas bacias:
  - A) do Amazonas (base naval próxima da foz do rio);
  - B) Paraguai-Paraná.
- 6. Instalação de bases de submarinos;
- 7. Monitoramento do mar a partir do espaço;
- 8. Fuzileiros navais: projeção do poder.

#### *Exército Brasileiro*

- 1. Imperativos:
  - A) flexibilidade: mínimo de rigidez, máximo de adaptabilidade;
  - B) elasticidade: capacidade de aumentar poder de combate mediante mobilização de recursos humanos (reservas) e materiais;
  - C) Módulo brigada será a base da organização do Exército (A brigada, módulo básico de combate da Força Terrestre, grande unidade básica de combinação de armas do Exército, é dirigida por

um oficial-general (general de brigada) e é a menor unidade que reúne os diversos meios necessários a lutar em um teatro de guerra – Artilharia, Infantaria, Comunicações, Engenharia, Logística etc. No Brasil, em geral, as brigadas dispõem de aproximadamente cinco mil homens e são constituídas por três batalhões — um batalhão, por sua vez, e formado por companhias, e estas são compostas por pelotões. As brigadas formam divisões, e estas formam exércitos. No momento, o Brasil dispõe de 26 Brigadas e 1 Comando de Aviação do Exército com nível de brigada).

- 2. Monitoramento/controle e mobilidade:
  - a) veículos terrestres;
  - b) meios aéreos de combate e transporte;
  - c) comunicação integrada com FAB e Marinha;
  - d) dados integrados: aéreos, satélites e radares.
- 3. Amazônia
  - a) estratégia: presença e mobilidade;
  - b) monitoramento/controle (espaço e terra);
  - c) meios logísticos, terrestres e aéreos;
  - d) soberania nacional:
    - regularização fundiária;
    - desenvolvimento sustentável.

#### *Força Aérea Brasileira*

- 1. Vigilância aérea
  - a) sistema de defesa aeroespacial brasileiro;
  - b) comando de defesa aeroespacial brasileiro.
- 2. Superioridade aérea local
  - a) nova frota de aviões de combate (2015/2025);
  - b) mísseis e bombas inteligentes;
  - c) mísseis além do alcance visual.

3. Capacidade de combate em território nacional
  - a) operação conjunta com Marinha e Exército;
  - b) aeronaves de transporte:
    - módulo brigada estratégico;
    - Região Amazônica e Centro-Oeste.
4. Domínio do potencial estratégico:
  - a) sistemas de armas de precisão (aviônica, sensores e plataformas);
  - b) subsídios cartográficos;
  - c) recursos de inteligência.
5. Complexo tecnológico e científico:
  - A) independência tecnológica;
  - B) cooperação CTA/empresas privadas;
  - C) São José dos Campos – Vulnerabilidade;
  - D) caça de 5ª geração;
  - E) aeronaves não tripuladas (VANTs).
6. Evolução da Força Aérea:
  - A) operação em rede com as demais forças;
  - B) avanço nos programas dos VANTs;
  - C) integração das atividades espaciais. ●



## Editorial 2009

Coleção General Benício

### SOLDADOS DA PÁTRIA

*Frank D. McCann – coedição/Cia das Letras*

Nas palavras do historiador Francisco Doratioto, trata-se de “obra inovadora que reescreve a História do Exército Brasileiro, desde a Proclamação da República até o Estado Novo”. O autor, nascido nos Estados Unidos, escreveu inúmeros e importantes estudos sobre a história militar brasileira. Esse livro fundamenta-se em detalhada pesquisa realizada em arquivos britânicos, norte-americanos, franceses e brasileiros, assim como em depoimentos de líderes militares e civis que sobreviveram após a época considerada.



# Reaprendendo com a Geopolítica\*

*Manuel Cambeses Júnior\*\**

As grandes transformações que ocorreram no mundo nas duas últimas décadas, dentre as quais tem um grande peso a expansão universal do espaço cibernético, carregaram, como consequência natural, notáveis transformações na geografia humana no planeta. Mudanças que se traduzem em uma reinterpretação histórica da Geopolítica e no questionamento de muitos de seus pressupostos, os quais eram conceituados de forma determinística pelo discurso clássico das ciências políticas.

Denominamos de Geopolítica a ciência que pretende interpretar os fenômenos que permeiam a política nacional ou internacional no estudo sistemático dos fatores geográficos, econômicos, raciais, culturais e religiosos. Desde a criação do termo pelo renomado geógrafo sueco Rudolf Kjellen, em 1916, em seu famoso livro em que consagra o Estado como organismo vivo, a Geopolítica desenvolveu seu conceito básico segundo o qual os Estados possuem muito das características dos organismos vivos. Ao mesmo tempo, anunciava-se a ideia de que um Estado teria de crescer, expandir-se ou morrer dentro das “fronteiras vivas”. Em virtude disso é que tais fronteiras têm uma natureza dinâmica e são suscetíveis a mudanças. A Geopolítica é uma ciência que, por intermédio da Geografia Política, da Geografia Descritiva e da História, estu-

da a causalidade espacial dos acontecimentos políticos e seus futuros efeitos.

A Geopolítica teve grande aceitação na Alemanha, no alvorecer do século XX, e atingiu grande difusão durante a primazia do regime nazista. O General alemão Karl Haushofer modernizou a Geografia Política, utilizando-a como instrumento que justificasse a expansão da Alemanha durante o III Reich e desenvolvendo as teorias do espaço vital do geógrafo alemão Friedrich Ratzel (*Lebensraum*), apoiadas pelo professor sueco Rudolf Kjellen. Países como a Rússia, a China e o Japão também deram grande importância a esta ciência durante os anos 30 e 40 do século passado, como meio para atingir o poder global. A utilização propagandística da Geopolítica acarretou, após a derrota alemã na Segunda Guerra Mundial, seu descrédito e esquecimento, sobretudo no âmbito acadêmico. Não obstante, alguns segmentos, principalmente militares e diplomatas, seguiram interessados por este ramo da Geografia, na qual se podiam ler os acordos explicitados na Conferência de Yalta, onde ditaram as premissas ordenadoras do mundo pós-guerra e que, certamente, moldaram os paradigmas mantenedores da Guerra Fria.

Entretanto, as condições que emolduravam o conflito Leste-Oeste e os ideais democráticos do mundo ocidental fizeram modificar substancialmente seus fundamentos e objetivos. Daí se originaram novas teorias emanadas por potências como Inglaterra, França e Estados

\* Colaboração do autor.

\*\* O autor é Coronel-Aviador e historiador.

Unidos, que se orientaram basicamente a exercer o controle em determinados espaços terrestres e marítimos considerados chaves, o que se materializa por meio de uma gravitação estratégica e econômica, sem necessidade de perpetrar uma anexação territorial do tipo formal. A expressão prática desta visão está consolidada no Tratado de Defesa do Atlântico Norte (Otan) e foi sobejamente testada com a crise dos mísseis, ocorrida em 1962. Fica bastante claro que, sem os parâmetros ordenadores da Geopolítica, o mundo teria sido arrasado por uma hecatombe nuclear.

Após a Queda do Muro de Berlim, que pôs fim à Guerra Fria, a Geopolítica retomou o interesse perdido e voltou a crescer ao amparo das tensões internacionais surgidas com o desmembramento da União Soviética. É nesse cenário que emergem os Estados Unidos como a superpotência única, sem contrapesos imediatos. Esta situação os incentiva a iniciar o desenvolvimento de uma política de poder tendente ao

controle do mundo e que tenta legitimar sobre as bases de ser o vencedor da Guerra Fria e de sua superior qualidade econômica, cultural e militar. Dissipa-se assim o tradicional conflito Leste-Oeste e começam a ser mais notórias as diferenças no que concerne a níveis culturais e de desenvolvimento do eixo Norte-Sul.

O Estado-Nação continua sendo o elemento básico do sistema internacional que aglutina a identidade nacional, a coesão de um povo e mantém a sua soberania. Entretanto, já não constitui o único ator relevante, e a soberania muitas vezes deve subordinar-se à conveniência de acatar as regras impostas pela globalização. No cenário atual surgem novos e atuantes atores. Entre estes podemos enumerar os blocos econômicos regionais, as reagrupações de Estados objetivando a defesa mútua, as grandes empresas multinacionais e as organizações não governamentais. Entretanto, a Geopolítica segue vigente, com novos atores e cenários, porém em franco desenvolvimento. ●



## Editorial 2009

Coleção General Benício

NÃO SOMOS RACISTAS

*Ali Kamel – coedição/Nova Fronteira*

Obra atual, a despeito de seu caráter bastante polêmico. É pautada em consistente documentação e coerente argumentação. Distingue-se pelo grande valor para o reequacionamento dessa questão seriíssima que não pode ser analisada de forma maniqueísta, emocional ou manipuladora.

# Apreciação sobre a situação do Kosovo\*

Márcio Bonifácio Moraes\*\*

## Introdução

O presente trabalho tem o propósito de apresentar um quadro estratégico sobre a questão do Kosovo. Torna-se complexo estabelecer uma linha de tempo que bem defina quando se inicia a questão e que permita ao leitor um perfeito entendimento do tema.

Assim, para dar uma maior amplitude e abrangência ao assunto, foi adotada a seguinte sistemática para a elaboração desta Apreciação.

Inicialmente, serão apresentados alguns aspectos fisiográficos dos Bálcãs. Sequencialmente, será elaborada uma síntese histórica da região dos Bálcãs, onde se insere o Kosovo. Posteriormente, serão abordados aspectos referentes ao período de governo do Marechal Tito, ocasião considerada de grande importância para todos aqueles que se dedicam ao estudo do tema Kosovo, pois foi durante esse período que ele recebeu sua autonomia. Em sequência será feita breve abordagem sobre as causas da desintegração da Iugoslávia e suas repercussões. Finalmente, à guisa de conclusão, serão abordados alguns aspectos referentes à independência do Kosovo e mostrados os futuros e possíveis desdobramentos da questão.

## Aspectos fisiográficos dos Bálcãs

A Península Balcânica é situada mais ao leste das três penínsulas europeias banhadas

pelo Mar Mediterrâneo. Enquanto as da Itália e da Espanha são separadas do continente europeu por cadeias de montanhas — a Itália pelos Alpes e a Espanha pelos Pirineus —, a Península Balcânica, ao norte, não possui uma barreira natural bem definida. Para fins geográficos e de estudo, ela pode ser delimitada, fisicamente, pelos rios Danúbio e Drava.

São considerados balcânicos os povos da Albânia, da Bósnia-Herzegovina, da Bulgária, da Croácia, da Eslovênia, da Grécia, da Macedônia, do Montenegro e da Sérvia.

A região dos Bálcãs caracteriza-se por ser montanhosa. A maior parte de seu território situa-se, pelo menos, a 500 metros acima do nível do mar. Enquanto os Alpes Julianos chegam até a Eslovênia e os Alpes Balcânicos dominam a região da Macedônia e da Sérvia Central, são os Alpes Dináricos e as montanhas adjacentes que predominam no relevo da Bósnia-Herzegovina, do Montenegro e do sul da Croácia (Dalmácia). Os Dináricos são formados por rochas calcárias que absorvem a maior parte das chuvas, mantendo o solo seco e árido para o cultivo. Entretanto os canais subterrâneos existentes nesse tipo de rocha acumulam água, permitindo a perenidade dos rios que sustentam as pastagens durante os meses de verão.

O lado nordeste dos Alpes Dináricos, que abrange parte da Bósnia e da Sérvia Ocidental,

\* Colaboração do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil — IGHMB.

\*\* O autor é Capitão-de-Mar-e-Guerra e membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

e a totalidade dos Alpes Balcânicos são constituídos de rochas cristalinas. Elas retêm água em sua superfície, oferecendo maiores chances para a agricultura, particularmente nos altiplanos e vales próximos aos rios Sava e Morava.

Os Montes Cárpatos, embora não façam parte do relevo da Região Balcânica, exercem uma importância fundamental em seu clima. Eles formam um escudo protetor da Grande Planície Húngara, impedindo a chegada, no inverno, dos ventos polares que passam pelas estepes russas.

Outro aspecto importante é que, em razão do relevo acidentado de toda a região dos Balcãs, com poucas passagens naturais, ocorreu uma tendência dos povos que viriam habitar essa região de se manterem isolados um dos outros.

Definidas como terras baixas, que são as de altitude média de 300 metros acima do nível do mar, elas compreendem o norte dos Balcãs, fazendo parte da denominada Grande Planície Húngara (Panônia). Elas se concentram ao norte da Eslovênia, da Croácia e da Sérvia. São terras muito férteis e propícias à agricultura.

Com referência aos seus limites geográficos, a antiga Iugoslávia possuía 255.804 quilômetros quadrados de fronteiras distribuídas da seguinte forma: ao norte, com a Itália, Áustria e Hungria; a leste, com a Romênia e Bulgária; ao sul, com a Grécia e a Albânia; e a oeste, com a Itália, dividindo o Mar Adriático.

Quanto à hidrografia, o Danúbio é, sem dúvida, o mais importante rio da Região Balcânica. Com 2.850 quilômetros de extensão, ele nasce na Alemanha (Floresta Negra), cruza a Áustria, a Hungria, a Eslováquia, a ex-Iugoslávia, a Romênia e a Bulgária e deságua no Mar Negro, sob a forma de um grande delta. Esse rio possui importância estratégica

para a área, pois é a sua principal hidrovia. Durante a guerra civil ocorrida no período de 1992 a 1995 e no conflito de 1999, o Danúbio teve o seu tráfego de embarcações interrompido.

Outro importante rio é o Sava, que nasce nos Alpes Julianos e atua como divisor entre os territórios da Croácia e da Bósnia-Herzegovina. É o maior rio, em extensão, dentro do território da ex-Iugoslávia. Seus principais afluentes são os rios Una, o Bosna e o Vrbas, que nascem nos Alpes Dináricos. O Sava deságua no Rio Danúbio, próximo a Belgrado.

O Rio Drava nasce nos Alpes Julianos, cruzando a Eslovênia, a Croácia, onde delimita a fronteira com a Hungria, desaguardo no Rio Danúbio.

O Rio Morava, formado pelo Zapadna Morava (Morava do Oeste) e pelo Južna Morava (Morava do Sul), conecta o interior da Sérvia ao Rio Danúbio. Não é utilizado como hidrovia, pois seu curso é acidentado.

O Rio Vardar nasce ao oeste da Macedônia, desaguardo no Adriático, próximo à cidade de Tessalônica. É navegável apenas em território grego.

Finalmente, cabe mencionar o Rio Ibar, que nasce ao sul da Sérvia, percorrendo a região do Kosovo e encontrando o Rio Zapadna Morava.

A região dos Balcãs se estende, aproximadamente, entre os paralelos de 36° até 45° de Latitude Norte, que define o seu clima como de zona temperada. A região continental se caracteriza por ter verões quentes e os invernos bastante rigorosos e com neve. Na região costeira, o clima é mediterrâneo com verões quentes e secos e invernos fracos e chuvosos.

Sob o aspecto demográfico, o último censo realizado em 1991, na ex-República da Iugoslávia, mostrava um total de cerca de 24 mi-



lhões de habitantes, divididos pelas seis repúblicas, de acordo com o quadro abaixo:

Quanto aos grupos étnicos existentes no país, estavam divididos da seguinte forma: sérvios, 36,30%; croatas, 19,75%; eslovenos, 7,82%; macedônios, 5,97%; montenegrinos, 2,58%; albaneses, 7,72%; muçulmanos, 8,92; iugoslavos, 5,44%; e outros, 5,51%.

O Kosovo possui 10.400 quilômetros quadrados e uma população de 2.200.000 habitantes. Noventa por cento são de albaneses e 10% de sérvios, muçulmanos, montenegrinos e outros.

Cabem aqui as seguintes considerações: a ideia da palavra “*muçulmano*” está diretamente ligada à religião. Entretanto, no caso da Iugoslávia, pela Constituição de 1963, foi introduzido o conceito étnico de que todos aqueles que praticavam o islamismo poderiam considerar-se de nacionalidade muçulmana. Esse fato ocorreu, especialmente, na Bósnia-Herzegovina e na região do Sandžak, na Sérvia.

- Eslovênia: católicos romanos, 94%; ortodoxos, 2%; muçulmanos, 1%; e outros, 1%;
- Macedônia: ortodoxos, 59%; muçulmanos, 26%; católicos romanos, 4%; e outros, 11%;
- Sérvia e Montenegro: ortodoxos, 65%; muçulmanos, 19%; católicos romanos, 4%; e outros, 12%.

### Síntese histórica dos Bálcãs

Ao final do século V e no início do século VI, algumas tribos eslavas migraram para a região dos Bálcãs, instalando-se às margens do Rio Danúbio. Podem ser distinguidos como quatro diferentes grupos: o ramo que iria dar origem aos croatas estabeleceu-se na região de Ilíria; os eslovenos ocuparam o norte da costa do Mar Adriático e contrafortes dos Alpes Julianos; os sérvios se assentaram em uma vasta área no centro da Península;

República	Extensão	População	Capital	População
Sérvia	88.361km <sup>2</sup>	9.776.040	Belgrado	1.470.000
Croácia	56.538km <sup>2</sup>	4.763.941	Zagreb	880.000
Bósnia-Herzegovina	51.129km <sup>2</sup>	4.365.639	Sarajevo	450.000
Macedônia	25.713km <sup>2</sup>	2.088.951	Skopje	550.000
Eslovênia	20.251km <sup>2</sup>	1.974.839	Ljubljana	350.000
Montenegro	13.812km <sup>2</sup>	632.568	Podgorica	135.000

Dados demográficos da ex-República Federativa da Iugoslávia (censo de 1991)

Fonte: Yugoslavia. *The former and the future*. UNRISD. Márcio Bonifácio Moraes

Id. em Dest., Rio de Janeiro, (27) : 39-57, maio/ago. 2008

De acordo com o censo realizado em 1991, existiam as seguintes religiões:

- Bósnia-Herzegovina: muçulmanos, 40%; ortodoxos, 31%; e católicos romanos, 15%;
- Croácia: católicos romanos, 76,5%; ortodoxos, 11%; muçulmanos, 1,2%; protestantes, 1,4%; e outros, 11%;

la; e os búlgaros se fixaram na parte sudeste dos Bálcãs.

Entre os séculos VII e IX foram formados os Estados feudais da Panônia, da Macedônia, de Hum ou Zahumlje (atual região da Herzegovina), da Dalmácia, da Travúnia (sul da Herzegovina e da Dalmácia), da Pagânia ou

Neretva (Dalmácia Central), de Zeta (denominada, inicialmente, de Duklja ou Dioclea e, atualmente, Montenegro) e de Raška ou Ráscia, região onde se insere a região do Kosovo e que é conhecida como Stara Srbija ou Antiga Sérvia.

No século VII, os sérvios instalaram-se entre os rios Drina e Ibar. Desejosos de obter uma saída para o mar e aproveitando-se da fraqueza demonstrada pelos bizantinos, passaram a utilizar suas rotas de carga através das terras de Zeta.

Nos séculos VIII e IX, ocorreu a conversão dos eslavos ao cristianismo. Os croatas e eslovenos foram cristianizados por missionários católicos romanos de Aquileia, adotando o alfabeto latino. Os sérvios, os macedônios e os búlgaros foram cristianizados por missionários ortodoxos gregos, passando a utilizar o alfabeto cirílico.

Na metade do século IX, o Príncipe Trpimir foi considerado o primeiro governante independente da Croácia que, a essa época, não incluía os territórios da Eslavônia e da Dalmácia. Na primeira metade do século X, o Rei Tomislav I fundou o Estado medieval da Croácia, e, no século XI, os croatas expandiram seus domínios até a Dalmácia, interrompendo suas relações com Bizâncio e com a Igreja Ortodoxa.

No início do século XII, a Croácia perdeu a sua independência em favor da dinastia húngara de Koloman, fato que perduraria até o fim do Império Austro-Húngaro.

Os eslovenos, no ano de 623, passaram a viver em união com outras tribos eslavas em um Estado feudal de nome Carinthia e sob a liderança do Príncipe Samo. Após a sua morte, a Carinthia sobreviveu independente até o ano de 745, quando passou a ser dominada pelos bávaros. Os eslovenos só tiveram restau-

rada a sua soberania territorial após o desmembramento da Iugoslávia. Eles falam um idioma distinto dos sérvios e dos croatas.

Na Sérvia, um *župan* de nome Stefan Nemanja (1168-96) foi o fundador da Dinastia Nemanjiæ, que passou a dominar a região de Raška (Kosovo) e, a despeito da reação dos bizantinos, fundou um Estado Independente em 1180. A cidade de Prizren transformou-se no centro desse Estado. Rapidamente, foram incorporados à Raška o Estado de Zeta até a parte da região costeira entre a Baía de Kotor e Dubrovnik. Em 1196, após o falecimento de Nemanja, assumiu o trono seu filho Stefan, que se tornou oficialmente o primeiro rei sérvio, com o reconhecimento de Constantinopla.

Um dos filhos de Nemanja, posteriormente canonizado como Santo Sava, foi um dos articuladores da formação da Igreja Ortodoxa sérvia, ocorrida em 1219. Ela passou a observar o ritual da Igreja Ortodoxa grega e a liturgia eslava. A cidade de Peć, situada no Kosovo, transformou-se na sede do primeiro episcopado ortodoxo sérvio.

Em 1331, chegou ao poder o mais famoso dos reis sérvios, chamado Stefan Dušan. Em suas conquistas, ele praticamente duplicou as dimensões do território sérvio, chegando até o sul da Grécia. Em 1346, na cidade de Skopje, hoje capital da Macedônia, Dušan foi coroado o Czar dos Sérvios e dos Gregos. Entretanto, em 1355, Dušan veio a falecer durante uma batalha travada contra os bizantinos.

A conquista otomana recebeu um novo impulso sob o reinado de Murad I (1359-89), filho e sucessor de Orkhan. No continente europeu, a expansão turca foi facilitada pelas desavenças entre os príncipes cristãos bizantinos e os sérvios. Assim, em 1361, os otomanos ocupam as cidades de Filipópolis e Adrianópolis. Prosseguindo na expansão de seus

domínios, Murad ocupou a Trácia e transferiu sua capital de Bursa para Adrianópolis (1364).

Em 1371, prosseguindo na direção norte, o Sultão Murad entrou em contato, pela primeira vez, com os sérvios. E foi o senhor feudal sérvio de nome Uglješa Mrnjavčević, déspota da localidade de Serre, que entendeu o perigo que representava essa expansão dos turcos. Em setembro do mesmo ano, um exército composto por sérvios, húngaros e valáquios, liderados por Uglješa, foi emboscado quando tentava cruzar o Rio Maritza. A batalha foi violenta, e todos os comandantes militares sérvios foram mortos, inclusive Uglješa, junto com a metade de suas tropas, e os otomanos se sagraram vencedores. Esse fato deu início à expansão otomana na Europa.

Assim, os sérvios, os bizantinos e os búlgaros passaram à condição de vassalos dos otomanos, precisando recolher taxas e fornecer efetivos militares para os seus novos senhores.

É importante frisar que a expansão dos otomanos se deu, inicialmente, para noroeste, pois eles temiam um contato com os mongóis, que dominavam a Ásia Oriental.

Um fato marcante ocorreu no ano de 1389. No dia 28 de junho, foi travada, na região de Kosovo Polje, uma batalha que colocaria fim ao Estado medieval sérvio. Combatentes sérvios, comandados pelo Príncipe Lazar, posteriormente canonizado pela Igreja Ortodoxa sérvia, deu combate aos guerreiros otomanos chefiados pelo Sultão Murad I. Logo de início, os sérvios, que se faziam acompanhar de bósnios, valáquios e albaneses, levaram certa vantagem nos combates, mas o Príncipe Lazar, bem como o Sultão Murad foram mortos, e a vitória final coube aos otomanos. Em lugar do Sultão Murad assumiu seu filho Bayezid (1389-1402). A Batalha do Kosovo deu ensejo a um grande êxodo de

sérvios para o norte dos Balcãs e marcou o fim do domínio sérvio na região. A região do Kosovo foi incorporada ao Império Otomano e só seria retomada pelos sérvios após o término da Primeira Guerra Mundial.

Ao final da Primeira Guerra Mundial, o Príncipe Aleksandar Karadjordjević foi proclamado regente por seu pai, o Rei Petar I (1918-21). Em 1º de dezembro de 1918, foi criado o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (*Kraljevina Srba, Hrvata i Slovenaca*). Ele foi formado pelos antigos reinos da Sérvia, de Montenegro e por substancial parte do território originalmente pertencente ao Império Austro-Húngaro.

Em 6 de janeiro de 1929, Aleksandar revogou a Constituição, dissolveu o Parlamento e decretou uma série de novas leis. Uma delas mudava o nome do país para Reino da Iugoslávia.

## A Iugoslávia de Tito

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, surgiu um movimento de resistência contra a ocupação das forças do Eixo nos Balcãs. Ele passou a se denominar movimento *Partisan*. De orientação comunista, o seu chefe máximo foi Josip Broz, codinome "*Tito*". Ao término da guerra, esse movimento sagrou-se vitorioso e assumiu o poder na Iugoslávia. Em 11 de novembro de 1945, foi realizada uma eleição para a formação de uma Assembleia Constituinte. Em 29 do mesmo mês, durante a sua primeira sessão, a Assembleia aprovou uma declaração abolindo a monarquia e proclamando a República Federativa Popular da Iugoslávia (*Federativna Narodna Republika Jugoslavija — FNRJ*). Conforme planejado anteriormente, ela foi formada por seis repúblicas: Sérvia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Eslovênia, Macedônia, Montenegro e

duas províncias autônomas (Vojvodina e Kosovo), como parte integrante da República da Sérvia. Tito foi eleito primeiro-ministro.

O idioma oficial do país passou a ser o servo-croata. Em 31 de janeiro de 1946, foi promulgada a nova Constituição da Iugoslávia. Ela guardava muitas semelhanças com a Constituição soviética promulgada em 1936, durante o período de Stalin. Assim, o país ingressou em uma era de comunismo rígido e ortodoxo, nos moldes do regime soviético.

Nesse ponto, cabe uma breve explicação: dentro dessa nova concepção, surgiu um conceito de uma sociedade multiétnica, muito similar ao que também ocorria na União Soviética (dividir povos para melhor governar). Assim, cidadãos nascidos na Iugoslávia poderiam optar pela nacionalidade de origem de seus ancestrais (sérvios, croatas, eslovenos, bósnios, albaneses, húngaros, macedônios e outros). Poderiam ainda optar por serem iugoslavos — filhos oriundos de casamentos entre membros de diferentes etnias. Esse conceito, de difícil entendimento, e que não é aplicado na maioria dos países (Brasil, Estados Unidos e outros), transformou a Iugoslávia em um grande mosaico de etnias e foi um dos fatores fundamentais que contribuiu, posteriormente, para sua desintegração. Retomando a narrativa, Tito, ao sagrar-se vitorioso na campanha dos Bálcãs, praticamente sem a ajuda do Exército Vermelho, emergiu como um novo líder regional, fato que começou a desagradar os soviéticos.

Contrariamente aos demais países do Leste Europeu, a Iugoslávia não possuía tropas russas estacionadas em seu território, o que contribuiu para que se mantivesse independente do bloco que se formava.

O desgaste entre Tito e Stalin atingiu o seu clímax quando a Iugoslávia propôs um

pacto com os governos comunistas da Bulgária e da Albânia, para que se unissem sob a forma de uma federação.

No dia 28 de junho de 1948, o *Kominform* 17, reunido em Bucareste, condenou a atitude de Tito, não admitindo as atitudes independentes que estavam sendo adotadas pela Iugoslávia, e expulsou-a da organização. Em uma nota dirigida ao país, a URSS considerou a Iugoslávia como inimiga, postura também adotada pelos demais membros do grupo.

Embora tenha ficado isolada do bloco soviético, o incidente deu a Tito o apoio popular no país e abriu caminho para a sua aproximação com o Ocidente.

Em 1953, foram realizadas emendas na Constituição, e o Marechal Tito foi eleito Presidente da República. O falecimento de Stalin marcou uma nova etapa na Política Externa iugoslava, tendo sido iniciada uma reaproximação com a União Soviética. Conhecedor de sua importância estratégica no contexto geopolítico da Guerra Fria, Tito também conseguiu uma aproximação com o bloco ocidental, transformando o país em um “*Estado Pivô*” entre o Ocidente e o bloco soviético.

Em 1956, Tito reuniu-se com o Presidente egípcio Gamal Abdel Nasser e o Primeiro-Ministro da Índia Jawaharlal Nehru, na Ilha de Brioni. Nesse encontro, os três países assinaram uma declaração fundando a Liga dos Países não Alinhados. O compromisso era o de manter a coexistência pacífica entre as nações, de trabalhar pelo desarmamento e pelo fim dos blocos de poder. Após incentivar a entrada de outros países para o movimento, Tito patrocinou o primeiro encontro formal entre eles.

Em outubro de 1947, os comunistas criaram uma organização internacional cujo nome era Bureau Comunista de Informações (Informbureau), conhecido no Ocidente como



*Kominform*. Ele substituiu o *Komintern*, extinto durante a Segunda Guerra Mundial. Era integrado pelos seguintes países: União Soviética, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária e Romênia.

Em 1963, entrou em vigor uma nova Constituição, e o país passou a se chamar República Federativa Socialista da Iugoslávia (*Socialistička Federativna Republika Jugoslavija* — SFRJ). Essa Constituição recebeu emendas em 1967, 1968, 1971 e 1973, aumentando a descentralização da Federação e os poderes das seis repúblicas e das províncias autônomas (Kosovo e Vojvodina).

Em 21 de fevereiro de 1974, foi promulgada, finalmente, a mais polêmica das constituições iugoslavas. Era composta por 406 artigos. Complexa e confusa, em razão de sua abrangência, foi praticamente impossível sua tradução para outro idioma. Os direitos das repúblicas e províncias foram reforçados mais uma vez, sendo criada a figura do presidente de cada unidade federativa (seis repúblicas e duas províncias autônomas). Tito foi eleito Presidente vitalício da Iugoslávia. Em razão de sua idade, ele já não tinha uma participação ativa no cenário político.

A crise do petróleo que atingiu o mundo causou um choque na economia iugoslava, pois o país já possuía um grande déficit orçamentário.

Em 5 de maio de 1980, com 88 anos de idade, morreu na Eslovênia o Marechal Tito, colocando fim a uma era.

### **A desintegração da Iugoslávia**

Com a morte de Tito, o país passou a ser governado por um presidente eleito pelos representantes de cada república e das províncias autônomas, seguindo um critério de rotatividade. Todas as decisões deveriam ser

aprovadas por esse conselho, por unanimidade. O fato gerou mais perturbações, na já desgastada e burocratizada máquina administrativa do governo.

Em 1985, com a chegada de Mikhail Gorbachev ao poder, teve início na União Soviética um movimento que defendia a necessidade de uma distensão com o Ocidente e introduzia profundas reformas políticas e econômicas na então União Soviética. Esse processo influenciou politicamente os países do Leste Europeu e desestabilizou a Região Balcânica. Na Sérvia, a mais importante e populosa das repúblicas iugoslavas, a mudança ocorreu justamente no sentido oposto, tendo como um dos responsáveis Slobodan Milošević, Presidente da Liga dos Comunistas.

*Milošević é natural da cidade de Požarevac. Era antigo membro do Partido Comunista Iugoslavo. Seguiu uma carreira burocrática como diretor de um banco estatal.* Em 1987, com o apoio do Exército Federal Iugoslavo (cuja maioria da oficialidade era de origem sérvia) e do aparelho comunista, ele assumiu o controle da televisão de Belgrado e do periódico *Politika*. Milošević agarrou-se à bandeira do nacionalismo sérvio, condenando a Política Econômica até então vigente e a divisão do país em repúblicas e províncias autônomas realizada por Tito. Apoiado em um memorando, de cunho nacionalista, elaborado pela Academia de Ciências de Belgrado, passou a propagar a união de todos em torno do plano de construir uma “Grande Sérvia”. Esse plano previa a retirada ou limitação da autonomia das províncias do Kosovo e da Vojvodina, centralizando todo o poder na República da Sérvia.

Em outubro de 1988, durante uma visita à província autônoma da Vojvodina, forçou a demissão coletiva de seus dirigentes, substituindo-os por pessoas de sua confiança. Na Croácia,

eclodiram vários motins, conduzindo à exacerbação das tensões étnicas nas áreas rurais, onde viviam cerca de 200 mil sérvios (antiga fronteira militar entre austro-húngaros e otomanos; conhecida como Vojna Krajina).

Em meados de 1989, já não existiam entidades federais distintas como no tempo de Tito, mas um bloco sérvio homogêneo, controlado por Milošević. Ainda em 1989, a Croácia iniciou sua marcha para a independência. Surgiram os primeiros partidos: a União Democrática Croata (*Hrvatska Demokratska Zajednica* — HDZ), de orientação fascista, e o Partido Social-Liberal Croata.

Em Trepça, junto à cidade de Kosovska Mitrovica, no extremo norte do Kosovo, está instalado o maior centro mineiro da região e um dos mais importantes da Sérvia. Em 20 de fevereiro de 1989, cerca de 1.300 operários kosovares (denominação dada aos cidadãos de origem albanesa nascidos no Kosovo) da mina de carvão de Stari Trg entraram em greve, realizando a sua ocupação. Os mineiros alegavam, inicialmente, falta de segurança nos poços. Com a continuidade do movimento, as reivindicações se transformaram em protesto político, que exigia reformas constitucionais e mais autonomia para o Kosovo. Iniciou-se, assim, uma crise entre as lideranças sindicais e Belgrado. Os dirigentes da mina foram detidos sob acusação de cumplicidade com os grevistas. A agitação albanesa regressou às ruas de Prístina, e novos conflitos ocorreram, exigindo a ação enérgica de forças federais para pôr fim à desordem. Estava deflagrado o processo que iria culminar com o início dos debates na Assembleia Federal, visando promover uma emenda constitucional que retiraria do Kosovo o *status* de província autônoma.

Em 28 de junho de 1989, em um evento comemorativo dos 600 anos da Batalha do

Kosovo, em Prístina, Slobodan Milošević fez um discurso político de fundo nacionalista, exaltando a presença sérvia na região, fato que exacerbou ainda mais as diferenças entre sérvios e kosovares.

Em 20 de janeiro de 1990, durante um congresso da Liga dos Comunistas Iugoslavos, os representantes da Eslovênia apresentaram uma proposição que outorgava independência plena aos partidos comunistas de cada república. O texto foi rejeitado pelos sérvios, provocando o desligamento das delegações da Eslovênia e da Croácia.

Finalmente, em junho de 1990, a tensão atingiria o seu limite máximo. A Assembleia de Belgrado aprovou a nova Constituição, retirando a autonomia do Kosovo e da Vojvodina.

Na região da Vojvodina (cerca de 2.000.000 de habitantes) não ocorreram protestos, pois a região é povoada por cerca de 1.100.000 sérvios (54,4%), que constituem maioria étnica, em oposição a 380.000 húngaros (18,9%) e outras minorias (eslovacos, romenos, ucranianos e rutenos). Entretanto, na região do Kosovo (à época com cerca de 1.700.000 habitantes), cuja maioria étnica é de albaneses e, segundo pesquisas realizadas em 1991, o percentual havia chegado a 85% contra 15% de sérvios, eclodiram novos movimentos de descontentamento.

Ao longo do ano, atuando como entidades separadas, todas as repúblicas realizaram, pela primeira vez desde 1927, eleições livres. Na Croácia, sagraram-se vitoriosos os nacionalistas do HDZ, liderados por Franjo Tudman. Na Eslovênia foi eleito o comunista Milan Kučan; na Bósnia-Herzegovina, os três partidos nacionais mantiveram sua coligação elegendo o muçulmano Alija Izetbegović. Na Macêdonia, venceu o Partido Comunista representado por Kiro Gligorov. Na Sérvia e no

Montenegro, os vencedores foram os comunistas Slobodan Milošević e Momir Bulatović, respectivamente.

O desmembramento da Liga dos Comunistas Iugoslavos (LCI) e os diferentes rumos dos processos eleitorais deixaram a Iugoslávia politicamente dividida e à beira de uma guerra civil. Ainda sobreviviam três instituições federais: a Presidência, o governo e as Forças Armadas.

A Presidência, integrada por um representante de cada república, já não se reunia mais em Belgrado. O governo federal era um organismo quase impotente. As Forças Armadas, instituição que continuava ativa e que teria sido capaz de evitar a desintegração da República, se manteve fora da questão.

Em novembro de 1990, os governos da Eslovênia e da Croácia adotaram medidas para colocar sob controle as respectivas forças de defesa territoriais. A iniciativa recebeu a desaprovação do Alto-Comando do Exército Federal Iugoslavo.

No mês de julho de 1991, o governo da Croácia já havia perdido totalmente o controle sobre a área de Knin (situada no Sul do país), a qual passou a ser dominada pelos sérvios que habitavam a região.

Em 15 de maio de 1991, expirou o mandato do sérvio Borislav Jović, na Presidência da Iugoslávia. De acordo com a rotação de cúpula, prevista anteriormente por Tito, um croata deveria assumir o cargo.

Neste caso, a vez cabia a Stipe Mesić, membro destacado do HDZ croata e pessoa ligada a Franjo Tudman. Os quatro representantes do bloco sérvio (Sérvia, Montenegro, Vojvodina e Kosovo) votaram contra Mesić, ao contrário da Croácia, da Eslovênia, da Macedônia e da Bósnia. O empate bloqueou o sistema, ficando a Iugoslávia sem chefe de Estado.

A 25 de julho de 1991, a Croácia e a Eslovênia declararam-se independentes, iniciando-se, assim, a guerra civil. Em setembro, um *referendum* proclamou a “República do Kosovo”. Foi formado um Parlamento clandestino e Ibrahim Rugova, poeta, declarado Presidente. Todavia o governo permaneceu em exílio na Alemanha e sem o reconhecimento da comunidade internacional.

O governo da Iugoslávia tentou sufocar o movimento separatista enviando forças federais. Os objetivos eram manter a unidade territorial e proteger os sérvios que habitavam algumas regiões da Croácia. A luta na Eslovênia durou cerca de duas semanas e terminou com a retirada das forças federais. Entretanto, na Croácia, várias regiões foram ocupadas por forças sérvias. Foi, assim, materializada a criação da República Autônoma dos Sérvios na Krajina (RSK), cuja capital passou a ser a cidade de Knin.

No início de 1992, a Comunidade Econômica Europeia (CEE) reconheceu a independência da Croácia e da Eslovênia (15 de janeiro) e da Bósnia (6 de abril).

Em 27 de abril de 1992, foi formada a nova República Federativa da Iugoslávia, composta, agora, pela Sérvia e pelo Montenegro.

Os seguintes fatores teriam contribuído para a desintegração da República da Iugoslávia:

- Estagnação econômica provocada pela não modernização do sistema;
- Desigualdades regionais;
- Ausência de uma liderança nacional capaz de ocupar a posição do Marechal Tito;
- Envelhecimento do modelo político;
- Lideranças políticas baseadas nas diferenças culturais (ideologia x etnia e ateísmo x religião);
- Desintegração da União Soviética e fim da Guerra Fria; e
- Ressurgimento dos nacionalismos.

## Aspectos referentes à Independência do Kosovo

No contexto histórico, Kosovo sempre foi parte integrante do território da Sérvia, reconhecido oficialmente pela ONU e pela comunidade internacional. Entretanto, com o passar dos séculos e em razão da ocupação otomana, os sérvios foram, paulatinamente, deixando essa região e migrando para o norte, como anteriormente mencionado.

Em termos geopolíticos, o vazio deixado pelos sérvios fez com que os albaneses, em razão da pressão demográfica e em busca de melhores condições de vida, cruzassem as fronteiras penetrando em territórios vizinhos, tais como a Grécia, a Macedônia, o Montenegro e a Sérvia.

Após a desintegração da Iugoslávia, mais precisamente a partir de 1997, passou a atuar de forma intensa na região do Kosovo um movimento guerrilheiro que se denominou "*Exército de Libertação do Kosovo*" (ELK). Com bases na fronteira da Albânia, tinha o propósito de criar Zonas Liberadas na região do Kosovo. Utilizava técnicas de guerrilha e intimidação contra a minoria sérvia.

Os recursos financeiros que suportavam as ações do ELK eram provenientes de:

- Narcotráfico (uma das maiores rotas de heroína passa exatamente nessa região);
- Recursos financeiros enviados por cerca de 500 mil albaneses que vivem na Europa e nos Estados Unidos;
- ONG e *lobbies* muçulmanos.

Faziam parte dessa organização:

- Ex-integrantes do antigo Exército Iugoslavo, de origem albanesa;
- Albaneses que lutaram no Exército croata durante a Guerra de Independência;
- Ex-membros do Exército albanês;

- Mercenários do Iêmen, do Afeganistão, da Arábia Saudita, da Bósnia, da Croácia, da Alemanha, do Reino Unido e de outros países.

Diante desse quadro, em 1998, o então Presidente da Sérvia, Slobodan Milošević, intensificou a presença militar sérvia na região, enviando forças federais (Exército e Polícia) para dar combate aos guerrilheiros do ELK, restaurar a ordem e manter a soberania sérvia no Kosovo. A comunidade internacional — entenda-se pelos Estados Unidos da América e por alguns países da União Européia — posicionou-se contra a Sérvia, alegando que o Exército e a Polícia estavam praticando "*limpeza étnica*" contra os kosovares. Ainda no mesmo ano, a Otan tomou a frente da situação e iniciou negociações com a Sérvia, para solucionar a crise. Estas se prolongaram até março de 1999, sem que as partes tivessem chegado a um acordo. Em 24 de março do mesmo ano, sem uma declaração formal de guerra e sem o aval do Conselho de Segurança da ONU, foram iniciados os ataques aéreos contra o território sérvio — bases militares e alvos civis. Esses só iriam cessar em 12 de junho do mesmo ano. A partir dessa data, a Sérvia perdeu o controle sobre o território do Kosovo, que passou a ser administrado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e ocupado militarmente por forças da Otan.

Passados nove anos, apesar dos esforços diplomáticos da Sérvia e diante de forte pressão dos Estados Unidos e de alguns países da União Europeia, em 17 de fevereiro de 2008, o Kosovo foi proclamado independente.

Nesse período, os Estados Unidos, em razão da nova ordem na Europa e considerando a política de expansão do seu eixo estratégico para o leste e para o sul, aproveitava-

ram a oportunidade para intensificar a sua presença nos Bálcãs.

No Kosovo foi construída a Base de Bondsteel, localizada em Urosevac, com cerca de 360.000 metros quadrados e com o efetivo de 4.000 homens.

A outra base é a de Camp Monteith, perto da região de Gnjilane, também no Kosovo. A Base de Bondsteel é utilizada como centro de detenção para prisioneiros oriundos do Afeganistão e Iraque.

A presença americana não se restringe ao Kosovo. Na Macedônia, ela se utiliza do polígono de exercícios para artilharia e carros de combate de Krivolak, com cerca de 250 quilômetros quadrados, considerado um dos maiores da Europa Ocidental. Na Bósnia-Herzegovina, mais precisamente na região da cidade de Tuzla, possui um complexo militar (aeródromo e facilidades) de grande porte conhecido como *Eagle Base* (*Lukovac Base*, *Comanche Base* e *Steel Base*), também utilizado como campo de detenção de prisioneiros oriundos do Oriente Médio.

Quanto à questão política do Kosovo, após sua independência deve ser mencionado que o atual governo da Sérvia está dividido. Seu Presidente, Boris Tadic — democrata e cumprindo seu segundo mandato —, está tentando resolver a questão de maneira diplomática e compreende que a perda do Kosovo é um fato consumado. Seu objetivo maior é o de integrar o país na União Europeia, desejo esse de grande parte da população. Por outro lado, o atual Primeiro-Ministro, Vojislav Kostuniça (primeiro presidente eleito após a queda de Slobodan Milošević em 2001 e que também era democrata), vem se posicionando contra o Presidente Tadic e deseja postergar todas as tratativas para o ingresso da Sérvia na União Europeia. Como pon-

to básico, condiciona a questão da soberania da Sérvia sobre o Kosovo.

*Slobodan Milošević deixou o poder em 2000, tendo sido levado para julgamento em Haia em 2001, onde deveria responder por crimes contra a Humanidade. Morreu em 11 de março de 2006, sem que o julgamento tivesse sido encerrado.*

Quem está se aproveitando da situação é o atual líder do Partido Radical (nacionalista e de direita) Tomislav Nikolic. Ele deseja uma maior aproximação do país com a Rússia e não exclui a possibilidade de retaliações militares. Cabe ressaltar que, após o conflito de 1999, as Forças Armadas da Sérvia, assim como seu Serviço de Inteligência — outrora muito respeitados —, sofreram um forte abalo e estão mal armadas, desequipadas e desatualizadas. Qualquer aventura militar no sentido de retomar o Kosovo teria resultado desastroso.

Cabe ainda ressaltar que a União Europeia condiciona a entrada da Sérvia no bloco à questão da independência do Kosovo e à entrega, para julgamento no Tribunal de Haia, de alguns militares e políticos que teriam participado de crimes contra a Humanidade durante a guerra de independência.

Na verdade, todos os políticos sérvios entendem que a questão do Kosovo é um caminho sem volta e que dificilmente será resolvido em seu favor. Entretanto, nenhum deles é capaz de exprimir esse sentimento publicamente, pois não desejam ser, posteriormente, responsabilizados pela perda do território.

Por outro lado, o povo sérvio parece cansado de tantas guerras e intervenções externas e não deseja mais envolver-se em um novo conflito. O povo não possui qualquer ligação real com a região. Ela é apenas emocional e no imaginário do povo, uma vez que permanece viva a imagem da Batalha do Kosovo (1389), como um símbolo da resistência sérvia

contra os otomanos. Ademais, o Kosovo é o núcleo geo-histórico do país e foi o centro da Igreja Ortodoxa sérvia.

Atualmente, lá residem apenas entre 5% e 10% de sérvios centrados na região de Kosovska Mitroviça (cerca de 150 mil habitantes). As últimas manifestações ocorridas em Belgrado após a independência do Kosovo (17 de fevereiro) e que resultaram em atos de vandalismo contra diversas embaixadas, entre elas a americana, e outros estabelecimentos, não foram manifestações populares e sim atos orquestrados por membros do Partido Radical e praticados por minorias, sem qualquer apoio popular.

A despeito dos esforços da Sérvia de envolver a Rússia na questão, esta parece ser uma possibilidade remota, pois os russos, considerados como tradicionais aliados dos sérvios, já falharam em outras situações cruciais, tais como: o primeiro levante dos sérvios, em 1804, contra os otomanos; após o atentado em Sa-

rajevo, em 1914; durante a Segunda Guerra Mundial, quando somente em 1944 passaram a apoiar o movimento dos *partisans*; e, mais recentemente, nos bombardeios realizados pela Otan, em 1999. Assim, é difícil acreditar que os russos tomarão alguma medida concreta nessa questão, além de esforços na área diplomática.

Apesar do reconhecimento oficial do Kosovo como país por alguns países importantes da União Europeia (Alemanha, Reino Unido, França e outros) e pelos Estados Unidos, muitos outros países se mostram preocupados diante da situação. Outras regiões da Europa com acentuadas tendências separatistas, tais como os bascos e catalães na Espanha, os irlandeses, os escoceses, os belgas, os corsos e os chechenos, poderiam seguir o mesmo processo.

Finalizando, poderíamos dizer que, na história das guerras, territórios são ganhos e perdidos. Esse parece ser o final da questão do Kosovo.



## Editorial 2009

Coleção General Benício

A GUERRA DA COREIA

Stanley Sandler

Livro de História Militar que apresenta os antecedentes, as razões e os diferentes procedimentos das forças americanas e norte-coreanas em cada uma das fases da guerra. Discorre, ainda, sobre as consequências daquele conflito para a doutrina militar dos EUA e para a história, após a segunda metade do século XX, com destaque para a condução das operações militares.



# Iraque: um exército que soube aprender com seus próprios erros

Álvaro de Souza Pinheiro\*

*O 11 de Setembro de 2001 marcou o alvorecer de uma nova era nas relações internacionais; uma era em que os desafios poderão ser inéditos tanto na complexidade quanto na natureza... Se tivermos que enfrentar a miríade de desafios, em diferentes partes do mundo, nas décadas que virão, este país deve estar capacitado a integrar e aplicar todos os elementos do poder nacional... Novas instituições serão necessárias para o século XXI, novas organizações com uma nova mentalidade.*

Robert M. Gates<sup>1</sup>

## O conflito irregular assimétrico

Osama bin Laden e a Al Qaeda contestaram, abrupta e violentamente, as tradicionais ideias de que a guerra é uma exclusividade dos Estados nacionais e de que as formas de combate contemporâneas, plenas de táticas, técnicas e procedimentos de guerra irregular, introduzidas por organizações não estatais de diferentes matizes, em diferentes épocas e em diferentes partes do mundo, não passariam de aberrações inaceitáveis.

Uma ideia retrógrada, patética e anacrônica que foi (e continua sendo) paga com significativa dose de sangue em diferentes ambientes operacionais, nos quais autoridades políticas e militares, por diferentes razões, não souberam lidar com a presença armada e violenta dos novos atores não convencionais e, sobretudo, recusaram-se a aceitar as impositivas transformações consequentes.

Na verdade, a presença de forças irregulares desafiando potências militares não é algo

novo. Mas toda vez que se presencia um ator não estatal enfrentando forças militares de grande poder de combate, perseguindo seus objetivos estratégicos, sejam eles políticos, ideológicos, religiosos ou étnicos, sem armamentos, efetivos e estratégias convencionais, isto ainda se faz motivo de grande surpresa.

O chamado conflito irregular assimétrico, identificado universalmente como a 4ª Geração da Guerra, consensualmente reconhecido, na atualidade, como o conflito característico do século XXI, trouxe transformações radicais. Fica cada vez mais evidente que uma visão holística, envolvendo sistemicamente todos os campos do poder nacional, se faz impositiva no enfrentamento das atuais ameaças.

Por outro lado, a transformação militar necessária para a consecução dessa aproximação holística no emprego do poder nacional não se faz apenas com a modernização científico-

\* General de Brigada na Reserva, especialista em operações especiais e guerra irregular.

<sup>1</sup> Secretário da Defesa dos EUA, "Landon Lecture", Kansas State University, 26-11-2007.

tecnológica ou dos arsenais de armamentos e munições. Compreende significativas mudanças na doutrina e na estrutura das forças, e o desenvolvimento de novas formas de confrontação indireta. Na verdade, uma resposta eficiente e eficaz às ameaças do Conflito de 4ª Geração está muito mais fundamentada no desenvolvimento de capacitações de liderança nos diferentes escalões do que nos sistemas de armas, emprego de grandes efetivos e altos investimentos em tecnologia.

Raciocínio pragmático, lúcido e desassombrado, criatividade, determinação e um certo grau de desprezo pelo pensamento convencional tornam-se, cada dia mais, características de liderança indispensáveis aos atuais comandantes, em todos os níveis, para a consecução bem-sucedida de campanhas de contrainsurreição e contraterrorismo, quaisquer que sejam os ambientes operacionais em presença.

Os teatros de operações do Afeganistão e do Iraque são, atualmente, dois verdadeiros laboratórios de guerra irregular, no seu espectro mais amplo, envolvendo, sobretudo, tanto a insurreição e a contrainsurreição quanto o terrorismo e o contraterrorismo. Daí porque analistas, pesquisadores e observadores de todo o mundo acompanham com vivo interesse as marchas e contramarchas das facções antagônicas envolvidas nesses complexos e violentos ambientes operacionais.

### **Um verdadeiro laboratório de contrainsurreição e contraterrorismo**

Cinco anos são passados desde a invasão do Iraque por forças de uma coalizão liderada pelos EUA. Após a conquista de Bagdá, efetuada sem maiores desgastes, muito pelo contrário, até com certa facilidade,

os primeiros 18 meses da campanha foram simplesmente desastrosos.

Um estudo oficial publicado, em junho de 2008, pelo *Office of the Chief of Staff U.S. Army*, intitulado *On Point II* (seu primeiro volume, *On Point*, reportou apenas o assalto inicial e a conquista de Bagdá — Operação *Iraqi Freedom*; este segundo volume cobre as operações de maio de 2003 a janeiro de 2005), registra de forma inequívoca que o Departamento de Defesa e o Exército dos EUA estavam despreparados para os desafios a serem enfrentados após a destruição das forças militares iraquianas e a consequente derrubada de Saddam Hussein.

E por que o componente da Segurança Nacional americana, grande responsável pela decisão de desencadear a chamada “Guerra Global contra o Terror”, em cujo bojo foi inserida a ativação do Teatro de Operações no Iraque, mostrou-se tão despreparado para a insurreição e o caos que se seguiram à queda de Saddam? Porque não havia um planejamento coerente e com a devida consistência para transformar a bem-sucedida e rápida evolução tática inicial em sucesso estratégico. Segundo conceituados historiadores, em maio de 2003, a situação evocava um antigo aforismo: “Se você não sabe aonde vai, qualquer caminho o levará lá!”

Entretanto, o criterioso estudo transcrito no *On Point II* rejeita a fácil justificativa, ainda que correta e fundamentada, de que a mais alta liderança política americana teve a maior parcela de responsabilidade e se concentra nas idiossincrasias e erros vivenciados dentro do próprio Exército. O referido estudo enfatiza que o então Comandante do mais alto escalão em presença, General Tommy Franks, não visualizava a situação no Iraque pós-guerra como uma sua responsabilidade de longo termo. *On Point II* registra que, em

mensagem enviada ao Departamento de Defesa e à Junta Conjunta de Chefes de Estado-Maior, Franks declara: “Estou engajado no momento presente, cabendo a vocês o dia de amanhã!” Na verdade, ninguém se preocupou com o *day after*. O então Comandante do Exército, General Eric Shinzeki, naquele momento, argumentou que um efetivo de maiores proporções se fazia necessário. Todavia, o então Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, entendeu que não era o caso e que as soluções aos problemas advindos de um regime de transição ficariam a cargo do *Coalition Provisional Authority* (nomeado pelo Presidente Bush), Paul Bremer, o qual, catastroficamente, decidiu logo ao início de sua gestão dissolver o Exército iraquiano, um dos mais graves equívocos estratégicos efetuados e que viria a ter dramáticas consequências num futuro em curto prazo.

Entretanto, apesar de todos os pesares, mesmo na perspectiva dos mais acirrados críticos da política de relações exteriores do Presidente Bush, é indiscutível que o Exército dos EUA, pragmaticamente, soube aprender com base nos seus próprios erros e reverteu de forma contundente a situação.

Uma doutrina coerente e atualizada, incorporando ensinamentos colhidos em experiências vivenciadas em diferentes épocas e diferentes ambientes operacionais — incluindo Afeganistão e Iraque —, foi consubstanciada num novo manual, o FM 3-24, *Counterinsurgency*, elaborado sob a liderança do General David Petraeus, quando Comandante do *US Army Combined Arms Center* (Fort Leavenworth/Kansas), e adotado em conjunto pelo Exército e pelo Corpo de Fuzileiros Navais. Esse manual é, hoje, universalmente considerado o documento doutrinário mais atualizado para operações dessa natureza. No que se refere ao de-

sencadeamento das operações no terreno, fundamentalmente, o Exército dos EUA aprendeu a integrar com eficiência e eficácia as unidades convencionais com as forças de operações especiais, o que lhe possibilitou reduzir significativamente o poder de combate dos integrantes da Al Qaeda iraquiana, extremistas sunitas, milícias xiitas e bandoleiros de diferentes matizes nos mais remotos vilarejos do país.

Aprendeu a trabalhar em conjunto com os líderes tribais iraquianos, aproveitando-se das forças irregulares por eles conduzidas — e orientadas pelas Forças Especiais da Coalizão — para negar áreas de homizio aos fundamentalistas radicais de todos os matizes.

Aprendeu a equilibrar operações de combate cirúrgicas, embora de grande letalidade, com a ação humanitária de Equipes de Reconstrução Provincial (*Provincial Reconstruction Teams*).

Aprendeu a tornar as Forças de Segurança Iraquianas, anteriormente desgastadas pela corrupção e infiltradas por terroristas, em Unidades disciplinadas e adequadamente adestradas. Hoje, essas Forças ganharam credibilidade a ponto de estarem decisivamente engajadas em importantes centros urbanos, como Basra, com expressivos resultados positivos.

Tudo isso com uma significativa redução no número de baixas, tanto na Força Multinacional da Coalizão quanto nas Forças de Segurança Iraquianas.

Sobretudo, aprendeu que as tarefas da contrainsurreição e do contraterrorismo exigem uma unidade de esforços só alcançada por um excelente trabalho de coordenação interagências, envolvendo não apenas um grande número de agências civis governamentais, como também de não governamentais. E o papel do Exército nessa coordenação entre instituições tremendamente diferenciadas pelos mais diversos processos de

tomada de decisões, algumas até mesmo com metodologias extremamente incipientes nesses processos, torna-se fundamental.

O General David Petraeus, além de ter exercido o Comando da 101ª *Airborne Division* (*Air Assault*) naquele Teatro de Operações e ter liderado a elaboração do novo manual de campanha em Fort Leavenworth, foi o Comandante da Força Multinacional da Coalizão desde o início de 2007 até agora. Nesse período, sua ação de comando, fruto de uma liderança ímpar, propiciou uma significativa reversão na situação vivenciada naquele conflito. Recentemente, o General Petraeus foi promovido e não foi por mera coincidência que recebeu o Comando do *Central Command* (CENTCOM), Comando Unificado que tem o Iraque e o Afeganistão na sua área de responsabilidade. Também não é por mera coincidência que o seu substituto no Comando da Força Multinacional no Iraque seja o General Raymond Odierno, Comandante do Corpo de Exército e seu subordinado de mais alto nível hierárquico naquele período.

Dessa forma, fica assegurada a continuidade da sua muito bem-sucedida ação de comando. Antes de passar o Comando, o General Petraeus elaborou e divulgou uma Diretriz de Comando extremamente valiosa, porque sintetiza alguns dos mais significativos ensinamentos colhidos naquela complexa e sangrenta Campanha.

#### **Diretriz de contrainsurreição do comandante**

Diretriz de Contrainsurreição do Comandante da Força Multinacional do Iraque  
Quartel-General,  
Força Multinacional — Iraque  
Bagdá, Iraque  
AO AE 09342-1400, 21 de junho de 2008.

*Proporcione segurança e sirva à população.* O povo iraquiano é o “terreno” decisivo. Juntamente com os nossos parceiros iraquianos, trabalhe para prover segurança à população, para dar-lhe respeito, para ganhar o seu apoio e para facilitar o estabelecimento de uma governança local, a restauração dos serviços essenciais e o renascer das economias locais.

*Viva junto à população.* Nesta luta, não há como abrir mão dessa proximidade. Posicione seus postos de segurança, postos avançados de combate e bases de patrulha nos bairros que pretende assegurar. Viver junto à população é essencial para protegê-la e para derrotar os insurretos.

*Mantenha as áreas que forem asseguradas.* Uma vez vasculhada uma área, ela deve ser mantida. Desenvolva o plano de manutenção da área antes de desencadear o vasculhamento. A população precisa ter ciência de que nós e nossos parceiros iraquianos não abandonarão as suas vizinhanças. Por ocasião de uma eventual redução de efetivos e de presença, diminua gradualmente a quantidade de tropa em vez de transferir responsabilidade ou retirar-se de uma vez. Assegure-se de que o nível de conhecimento da situação permaneça alto, mesmo depois da transferência de responsabilidade para as Forças de Segurança Iraquianas.

*Persiga o inimigo implacavelmente.* Localize e persiga tenazmente a Al Qaeda iraquiana e outros elementos extremistas. Não lhes permita a retenção de áreas de apoio ou “santuários”. Force o inimigo a nos responder. Negue-lhe a capacidade de planejar e conduzir operações deliberadas.

*Produza unidade de esforços.* Coordene operações e iniciativas com a nossa Embaixada, outras agências, nossos parceiros iraquianos, líderes governamentais locais e organi-

zações não governamentais, a fim de assegurar-se que todos estão trabalhando para a consecução de uma finalidade comum.

*Promova a reconciliação.* Não podemos concluir esta campanha matando. Nós e nossos parceiros iraquianos temos de identificar e separar os “reconciliáveis” dos “irreconciliáveis”, por meio de engajamentos, medidas de controle da população, operações de informações, operações de combate e atividades políticas. Devemos esforçar-nos para fazer dos “reconciliáveis” parte da solução, mesmo enquanto identificamos, perseguimos, matamos, capturamos ou expulsamos os “irreconciliáveis”.

*Vença a rede e não apenas o ataque.* Derrote as redes insurretas responsáveis pela explosão. Priorize os recursos de inteligência para identificar a rede por trás de um ataque e, em seguida, persiga os líderes, patrocinadores, apoios logísticos e operadores.

*Promova a legitimidade iraquiana.* Encoraje a liderança e a iniciativa iraquianas; reconheça que o seu sucesso é o nosso sucesso. Compartilhe com eles tudo o que fazemos e apoie o envolvimento local na segurança, governança, renascimento econômico e provisão de serviços públicos essenciais. Encontre o adequado equilíbrio entre a liderança das Forças de Coalizão e o exercício da liderança e da iniciativa dos parceiros iraquianos e estimule este último. A legitimidade aos olhos do povo iraquiano é essencial ao êxito total.

*Empregue todos os recursos para isolar e derrotar os terroristas e insurretos.* Forças contraterroistas isoladas não podem derrotar a Al Qaeda e outros extremistas. O sucesso requer todas as forças e todos os meios à disposição, tanto combatentes quanto não combatentes. Empregue as forças convencionais e de operações especiais da coalizão e iraquianas, os “Filhos do Iraque”, e todos os demais multiplica-

dores de força disponíveis. Integre esforços civis e militares para fundamentar ganhos de segurança. Apoie e lute descentralizadamente. Disponibilize recursos nos escalões inferiores que mais os necessitam e que realmente possam utilizá-los.

*Empregue o dinheiro como um sistema de armas.* Utilize um processo como de “tiro ao alvo”, de modo a obter a maximização de cada “cartucho disparado” e para assegurar-se de que cada engajamento usando dinheiro contribui para a consecução dos grandes objetivos da Unidade. Assegure-se de que as atividades de contratação apoiam o esforço de segurança, empregando pessoal local quando for possível. Utilize o conceito de “fundo equiparado” quando possível, a fim de assegurar o envolvimento e o comprometimento iraquiano.

*Lute pela Inteligência.* O conhecimento detalhado da situação é tudo. Analise a inteligência obtida, compartilhe-a e esforce-se por mais. Cada patrulha deve ter tarefas específicas no sentido de incrementar o conhecimento sobre a área de operações e sobre o inimigo. Opere com a mentalidade do “necessário compartilhar” em vez do “necessário saber”; dissemine a inteligência tão logo quanto possível a todos aqueles que possam beneficiar-se dela.

*Caminhe.* Desloque-se embarcado, opere desembarcado. “Pare em...”; “não passe por...”. Patrulhe a pé e engaje a população. Estimativas da situação só podem ser obtidas interagindo face a face com a população, e não separados por vidros balísticos.

*Compreenda a vizinhança.* Mapeie o “terreno” humano e estude-o em detalhes. Compreenda a cultura e a história local. Conheça sobre as tribos, líderes formais e informais, estruturas governamentais e forças de segurança locais. Compreenda como sistemas locais trabalham, incluindo governança, serviços essenciais,

manutenção de infraestrutura e economia, e como realmente funcionam.

*Estabeleça relações pessoais.* Os relacionamentos são um componente crítico das operações de contrainsurreição. Junto com nossos parceiros iraquianos, esforce-se para estabelecer vínculos produtivos com líderes locais, chefes tribais, funcionários governamentais, líderes religiosos e aliados de outras agências.

*Procure soluções sustentáveis.* Estabeleça mecanismos pelos quais as Forças de Segurança Iraquianas, líderes comunitários iraquianos e iraquianos locais sob o controle de instituições governamentais possam continuar a assegurar áreas locais e sustentar dividendos econômicos e de governança nas suas comunidades, quando a presença da Força de Coalizão for reduzida. Entenda os sistemas iraquianos e ajude-os a fazê-los funcionar.

*Mantenha a continuidade e o ritmo durante as transições.* Comece elaborando as informações que você passará aos seus sucessores no dia em que for substituído. Possibilite que aqueles que vão substituí-lo possam, virtualmente, “olhar por cima do seu ombro”, enquanto ainda estejam nas suas bases originais, dando-lhes acesso às suas atualizações diárias e a outros tópicos dos relatórios classificados informatizados. Estimule períodos de tempo adicionais no terreno durante a transição e esforce-se para manter o ritmo operacional e os relacionamentos locais, evitando ceder oportunidades ao inimigo.

*Gerencie as expectativas.* Seja cauteloso e equilibrado ao abordar progressos. Mostre o que foi alcançado, mas também exponha o que falta ser feito. Evite declarações de sucesso prematuras. Assegure-se de que nossos combatentes e nossos parceiros estão cientes das nossas avaliações e reconheça que qualquer operação contrainsurreição tem inúmeros desafios, nos

quais o inimigo está sempre presente, e que o progresso provavelmente será lento.

*Seja o primeiro com a verdade.* Apresente informação precisa à sua cadeia de comando, aos líderes iraquianos e à imprensa, tão logo quanto possível. Derrote os insurretos, extremistas e criminosos nas manchetes e antecipe-se aos boatos. A integridade é crítica nesse combate. “Não passe batom em porcos.” Admita reveses e falhas e então exponha os ensinamentos colhidos e qual será a resposta. Mantenha a imprensa e nós mesmos comprometidos com a exatidão, a caracterização e o contexto. Evite rodeios e deixe os fatos falarem por si mesmos. Desafie a desinformação inimiga. Devolva aos inimigos suas mensagens falidas, ideologias extremistas, práticas opressivas e a sua violência indiscriminada.

*Lute a guerra da informação implacavelmente.* Compreenda que estamos numa luta pela legitimidade, em cujo final seremos vencedores ou derrotados, em função da percepção do povo iraquiano. Cada ação realizada pelo inimigo e pelos EUA tem implicações na arena da opinião pública. Desenvolva e sustente uma narrativa que funcione e que oriente continuamente os temas por meio de todas as formas dos meios de comunicação.

*Vivencie os nossos valores.* Não hesite em matar ou capturar o inimigo, mas mantenha-se fiel aos valores que consideramos fundamentais. Isto é o que nos diferencia dos nossos inimigos. Não há tarefa mais árdua do que esta em que estamos engajados. Ela é frequentemente brutal, exigente fisicamente e frustrante. Todos nós vivenciamos momentos de raiva, mas não podemos ceder a impulsos tenebrosos, nem tolerar ações inaceitáveis por outros.

*Exercite a iniciativa.* Na ausência de diretrizes ou ordens, determine o que deve ser fei-



to e execute agressivamente. Líderes de escalões mais altos visualizarão a situação de forma mais ampla e “pintarão faixas brancas na estrada”, mas será nos escalões táticos mais baixos que as “grandes ideias” serão transformadas em ações específicas.

*Prepare-se para as oportunidades e explore-as.* “A sorte é o que ocorre quando a preparação encontra a oportunidade” (*Seneca the Younger*). Desenvolva conceitos (tais como o dos “reconciliáveis” e “irreconciliáveis”), antecipando-se às possíveis oportunidades, e esteja preparado para arriscar-se o suficiente para delas tirar proveito.

*Aprenda e adapte.* Avalie a situação continuamente e ajuste táticas, políticas e programas conforme necessário. Compartilhe boas ideias (nenhum de nós é mais inteligente do que todos nós juntos). Evite a complacência mental ou física. Nunca esqueça que o que funciona numa determinada área hoje pode não funcionar amanhã; e poderá ou não ser transferido para outra parte do Iraque.

Esta Diretriz, que sintetiza os mais relevantes ensinamentos colhidos na Campanha de Contrainsurreição e Contraterrorismo no Iraque, está sendo considerada por analistas militares de diferentes países como mais uma contribuição muito bem fundamentada e extremamente atualizada dada à Arte Operacional pelo General David Petraeus.

## O futuro do Iraque

A Estratégia do “Surge”, como ficou identificado o emprego temporário de um efetivo adicional de 30.000 combatentes, autorizado pelo Presidente Bush, foi desencadeada em fevereiro de 2007, sob o comando dos generais Petraeus e Odierno. E, de acordo com análises de diferentes países, pode ser considerada

o grande divisor de águas das expectativas vivenciadas naquele teatro.

Hoje, a situação é bastante diferenciada daquela, anterior ao “Surge”, em meados de 2006, quando tudo levava a crer que não havia outra linha de ação a adotar, a não ser aquela defendida pelos críticos do governo Bush, cuja essência era admitir a eclosão de uma guerra civil irreversível entre curdos, sunitas e xiitas, e abandonar o teatro.

Uma vez derrubado Saddam, o grande objetivo americano era estabelecer no Iraque uma nação democrática unificada com um forte governo central. Um país que viesse a ser um expressivo exemplo para os demais Estados nacionais do Oriente Médio. Hoje, em função de múltiplos fatores, fica claro que tal objetivo não pode ser alcançado. Os árabes iraquianos, típicos produtos de uma sociedade tribal oprimida, durante anos, por uma violenta ditadura sunita, em função de um ódio sectário que compromete sobremaneira sua identidade nacional, têm muito pouco interesse no estabelecimento desse modelo de democracia americano.

Por outro lado, em função da significativa reversão de expectativas no cenário, sobretudo no que se refere à segurança, até mesmo opositores do governo Bush reconhecem que, na atualidade, identifica-se uma série de aspectos positivos.

O governo constituído, liderado pelo Primeiro-Ministro Nouri al-Maliki, ganhou uma legitimidade ímpar, tanto nacional quanto internacionalmente. A população iraquiana tem respondido crescentemente no comparecimento às diversas eleições já realizadas. O trabalho de reconstrução dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como a restauração da economia e dos serviços públicos essenciais, prossegue com boa dose de impulsão e

cada vez mais efetiva participação iraquiana. As diferentes comunidades, curda, sunita e xiita, estão encontrando denominadores comuns de gerência governamental, o que já permite deduzir-se que o separatismo tão latente no passado foi definitivamente ultrapassado, apesar de que também fique claro que o governo central tem reconhecido que, positivamente, deve ceder uma maior parcela de autonomia a essas comunidades.

Por tudo isso, apesar das idiossincrasias anteriores, o povo americano e, particularmente, seus militares podem se orgulhar do trabalho, do sacrifício e da abnegação até aqui desenvolvidos.

O futuro do Iraque está, sobretudo, fundamentado na presença efetiva de tropas dos EUA ainda por um tempo de difícil prognóstico. A retirada antecipada desses efetivos, com certeza, propiciará a eclosão de antagonismos e pressões que, sem dúvida, levarão novamente o país ao caos. Nesse contexto, há de se considerar a sempre presente influência iraniana sobre a comunidade iraquiana xiita e da Al Qaeda sobre a comunidade iraquiana sunita. Há de se ter em mente também como fatores

complicadores que ganham peso específico num “cenário da pior hipótese” a política nuclear altamente belicosa do Irã e os desajustes entre o Estado de Israel e a Autoridade Nacional Palestina, que não permitem a visualização de uma paz duradoura, em curto prazo.

Além disso, há de se levantar mais um fator adverso que é a crescente restauração do Movimento Talibã no Teatro do Afeganistão, que já está a exigir um significativo incremento de tropas dos EUA naquele país. Tal desdobramento demandaria obrigatoriamente a retirada de Grandes Unidades do Iraque para o Afeganistão.

O comandante-em-chefe das Forças Armadas dos EUA, já a partir de janeiro de 2009, tomará decisões cujas consequências político-estratégicas serão dramaticamente relevantes. E, com certeza, o bom senso recomenda que esta autoridade suprema ouça com redobrada atenção os chefes militares, quando desse complexo e crítico processo decisório.

Políticos costumam enfatizar a máxima de que “aqueles que não aprendem da história estão condenados a repeti-la”. Na Campanha do Iraque, o Exército dos EUA tem como ideia-força colocar este preceito na prática. ●

## Referências

- PETRAEUS, David. *Report to Congress on the Situation in Iraq. 10—11 September 2007. Commander Multi-National Force-Iraq.* UNITED STATES OF AMERICA. Department of Army. *Counterinsurgency (FM 3-24, MCWP 3-33.5).* Headquarters, December, 2006.
- . *Department of Army. On Point: Operation Iraqi Freedom Study Group. Office of the Chief of Staff U.S. Army.* Washington, D.C., 2004.
- . *Department of Army. On Point II. Office of the Chief of Staff U.S. Army.* Washington, D.C., 2008.

# Militares e sociedade civil\*

Oliveiros S. Ferreira\*\*

**P**ara bem compreender as relações entre as Forças Armadas e a Sociedade, é preciso definir, antes de tudo, em que umas se distinguem, enquanto *princípio*, da outra. Isso significa avaliar os traços distintivos da sociedade — que alguns timbram em chamar de civil — e do grupo militar. Resumidamente, esses traços distintivos são:

a. como princípio constitutivo:

Militares – O princípio é burocrático, hierárquico. As chefias são escolhidas segundo padrões estabelecidos pela hierarquia. Guiam-se pelo que Hermann Heller chama de “segurança militar”, isto é, a certeza probabilística de que a ordem dada será cumprida.

Civis – O princípio é político, eletivo. As chefias são eleitas e necessitam ter legitimidade para exercer a dominação. Guiam-se, esses grupos, pelo que Heller chama de “segurança jurídica”, isto é, a incerteza de que cerca a obediência às ordens, na medida em que a dominação só é possível se dirigentes e dirigidos partilham dos mesmos valores que inspiram a norma jurídica que consagra a dominação.

b. como princípio aglutinador:

Militares – O princípio que aglutina o grupo militar é a honra. Dessa perspectiva, os militares são uma corporação no sentido em que se toma a palavra quando nos referimos às antigas corporações. Um sociólogo diria que a solidariedade que une os membros do gru-

po é de comunhão. Outro, para explicar, diria que o membro do grupo militar sente como dirigida contra ele a ofensa feita ao grupo, e que o grupo toma como dirigida a ele aquilo que reputa ofensa a seu membro. Pensando em tipos sociológicos, podemos dizer que os valores que mantêm unido o grupo militar são diferentes, quando não antagônicos aos valores da economia monetária, especialmente o juro e o lucro.

Civis – Contrariamente ao grupo militar, o que aglutina os civis são o *status*, o poder e a riqueza. Os civis integram uma sociedade de classes (inclusive as ditas socialistas). A solidariedade que une cada grupo da sociedade é de comunidade ou de massa. A honra é substituída pela legalidade formal das ações. Os valores monetários são valorizados, especialmente o lucro, embora haja momentos em que grupos civis condenam os juros abusivos.

Há ideias fundamentais sobre as quais, acredito, devemos meditar.

Em linhas gerais, a corporação deve ser vista como uma unidade de vontade e de potência; ao reduzir os membros do grupo a uma unidade orgânica de pessoas, a corporação torna-se o sujeito próprio dos poderes e dos direitos coletivos do grupo. Desse ponto de vista, “a fusão orgânica dos indivíduos membros de um ser corporativo implica necessariamente que ele concentrará nele, a partir dessa

\* Transcrito da página eletrônica do autor (<http://www.oliveiros.com.br/ie.html>). Palestra proferida no NUPRI da USP em 17/05/2008.

\*\* O autor é professor universitário e jornalista; conferencista no Centro de Estudos Estratégicos do Exército.

fusão, as faculdades jurídicas do grupo unificado. É assim, por sua organização unificante, que a coletividade se encontra erigida em sujeito de direitos.”<sup>1</sup>

A corporação militar, é preciso que se tenha presente, não se insere em um universo de grupos que respondem ao mesmo e igual princípio, mas sim em uma sociedade de classes, que alguns preferem caracterizar como contratual ou de adesão voluntária. De qualquer forma, cabe distinguir — e isso reputo fundamental e por isso repito — que o princípio constitutivo da corporação militar é a honra; que o princípio constitutivo da organização contratual ou de adesão, civil, é o interesse individual.

A segunda ideia para a qual chamaria sua atenção é a seguinte: os grupos sociais, inclusive a corporação militar, são funcionais, isto é, constituem-se para desempenhar determinada função.

Diferentemente dos grupos civis, a corporação militar raramente realiza sua função precípua que é a guerra. Ao contrário dos empresários que todos os dias dirigem; dos operários que todos os dias trabalham sob ordens, dos professores que diariamente dão aulas, os militares só fazem a guerra em última instância. O que significa, salvo melhor juízo, que existe uma disfunção implícita na corporação militar — disfunção que a sociedade como um todo e os governos no mais das vezes desejam ardentemente que se perpetue, ainda que as Forças Armadas sejam o braço armado do Estado.

O grupo militar sofre de uma crise de disfuncionalidade mais do que os grupos civis, muitas vezes também sujeitos a esse tipo de crise. Feito para a guerra, o militar vê que a

sociedade se rejubila com o fato de ela não acontecer. Alguns membros da corporação poderão ver com satisfação que essa é a realidade. Esse sentimento dá-se em um primeiro momento. No segundo instante, porém, o militar sente-se inseguro por não ter função e por ver que a sociedade o considera inútil. A História tem registrado momentos em que as sociedades, especialmente aquelas em desenvolvimento, passam por sérias crises institucionais, aquelas em que os mecanismos que permitem que se alcance uma solução negociada já não funcionam. Nessas ocasiões, haverá grupos civis que desejarão que os militares interfiram nos negócios internos, apesar do que possam estabelecer constituições e leis. Muitas vezes, depois que tudo voltar ao normal e novos mecanismos tiverem sido construídos, é possível (quase certo) que os mesmos grupos que pediram a intervenção condenem os militares por terem atendido a seu apelo e realizado a intervenção contra as leis.

A disfuncionalidade básica da corporação militar agrava o que se poderia chamar de crise de identidade, que se traduz em uma pergunta: “Para que existo?” Quando essa crise se instala concomitantemente com a inflação, há o risco de que se solape o sentido de honra e a hierarquia e a disciplina se vejam ameaçadas. Afora isso, a inflação tende a colocar a corporação militar em atitude de expectativa crítica diante do Governo, ao qual devem obediência política, mas não corporativa.

Quando o governo, por esse ou aquele motivo, congela orçamentos, reduzindo ou negando investimentos, a corporação amarga o sentimento de rejeição de parte da sociedade e, o que é mais grave, de parte do governo que, a elas, parece desconhecer que uma

<sup>1</sup> MALBERG, Carré de. *Contribution à la théorie générale de l'État*. v. I, p. 33.

das funções das Forças Armadas é sustentar o Estado. Desde que, como diria o General De Gaulle, haja um Estado.

Outra ideia para a qual chamo sua atenção é que a corporação militar é composta de indivíduos sujeitos a um tipo de disciplina especial. Quando se cumpre a função precípua da corporação, a disciplina — raciocínio no limite, desconsiderando a atitude daqueles que combatem pelo ideal nacional — se mantém mediante à certeza de que a morte certa espera na retaguarda aquele que não desejar arriscar a vida na frente de combate. Essa disciplina e seu fundamento aberram da natureza — e por isso não encontram igual nos grupos civis.

A disciplina militar não é compreendida pelos integrantes das sociedades modernas. Se, nelas, os velhos são vistos como “caretas”, que dizer dos militares? São tidos como “milicos” — e dito isso se estabelece, pelo elo semântico, a profunda separação entre dois tipos de indivíduos: um, buscando usufruir da vida enquanto energia houver; outro, buscando viver enquanto persistir o sentido de missão, que interiorizou, e a certeza de que o Conselho de Justificação ou a corte marcial o espera se não cumprir seu dever.

Será alguém dotado de razoável bom-senso e desfrutando relativamente bem dos lares que a sociedade industrial ou pós-industrial coloca a nosso dispor, capaz de compreender a vida de um submarinista, ou a de um tripulante de um blindado, mais especificamente de um carro de combate? Não falo do aviador — ele é o mais feliz de todos, pois realiza nos céus a autonomia que os homens porfiam por ter na sociedade. Como disse, certa feita, “o oficial-aviador é um homem só — ele, o inimigo, o horizonte e Deus. ... é ele quem, sozinho, joga a vida. [...] O avia-

dor é o Quixote que sobreviveu à Cavalaria e integrou-se na mecanização da morte”.

\* \* \*

Reflitamos alguns instantes sobre cada uma dessas ideias.

Sendo a honra o princípio constitutivo da corporação militar, é apenas normal que seus membros não compreendam como, na sociedade exterior, o interesse individual possa ser princípio aglutinador de ações pessoais e coletivas. Essa oposição entre dois princípios constitutivos não é apenas teórica; é prática, e disso temos plena consciência quando buscamos entender as razões que levam o empresário a acumular lucros ou o burocrata soviético a desejar ter mais e mais poder e dinheiro ainda que à custa da corrupção.

Em países onde o capitalismo não se estabeleceu plenamente e ainda não impregnou a sociedade com seu *ethos* racional, é difícil para o militar integrar-se no espírito da ação lucrativa, que deixa ao Mercado (essa abstração tão mal compreendida por muitos) a solução das divergências entre os interesses. Não é de estranhar, assim, que os militares, enquanto tipo social, em princípio se oponham ao liberalismo e sejam propensos a aceitar o que se poderia denominar de capitalismo de Estado, sistema econômico em que normas burocráticas e considerações opostas ao lucro e ao interesse individual dirigem em teoria as ações econômicas — independentemente de juízos sobre a eficiência de um sistema e outro.

A disfuncionalidade talvez seja a principal questão que perturba o militar na sociedade moderna. São poucos os Estados modernos, e digamos democráticos, que ainda mantêm Forças Armadas funcionais em constante estado de “pronto”. O fato de haver Estados que não as têm em estado de “pronto” não obscurece o

fato de por toda parte existirem Forças Armadas, cujo nível de equipamento e preparo é visto como insuficiente por seus integrantes. Elas são, muitas vezes, empregadas em situações de guerra interna para as quais não foram preparadas, ou em ações de natureza civil — um e outro emprego não se coadunando com sua destinação corporativa se assim se pode dizer.

O fato de ser uma corporação organizada em torno da honra faz das Forças Armadas um corpo estranho na sociedade civil, especialmente no Brasil, país de mil contrastes e nenhuma solução. Na verdade, nas sociedades como a brasileira em que a anomia social começa a estabelecer-se, as Forças Armadas são possivelmente a única, ou uma das poucas instituições que mantêm um mínimo de disciplina.

Do prisma em que vejo as coisas, por isso mesmo a disfunção das Forças Armadas só tende a aumentar — disfunção não mais produzida apenas pela impossibilidade de emprego, mas ampliada pelo fato de serem um grupo organizado em uma sociedade a caminho da desorganização. Quando bandos criminosos lideram territórios nas cidades e neles impõem sua lei sem que o Poder de Estado consiga ou deseje se afirmar, as Forças Armadas transformam-se em um corpo à parte da sociedade e do próprio Estado. Pior ainda, não podem impedir que os germes da indisciplina e da corrupção que pululam no lá-fora abalem sua estrutura em nível dos subordinados, obrigando os superiores ao desempenho de funções pedagógicas e punitivas muito acima do normal previsível.

Uma sociedade em anomia tende a conduzir a duas situações limites: ou as Forças Armadas transformam-se em outros tantos grupos privados dispostos a dividir território e poder, como na China pré-revolucionária, e então perdem sua característica básica que é a unidade de comando e a disciplina, ou então se encasu-

lam e se constituem em corpos estranhos enquistados na sociedade. Nessa hipótese não se sabe até quando, para defender os valores que constituem sua razão de ser e sua consciência de que lhes cabe defender o Estado, resistirão ao impulso de assumir as funções de polícia ou assumir posição real de controle das situações.

Por esses três fatores — o princípio constitutivo, a função e a disciplina —, os militares situam-se à margem da nossa sociedade dita moderna. Será assim tão difícil compreender por que os militares sejam levados a colocar, a serviço dos interesses nacionais compreendidos à luz da visão do mundo que a corporação lhes transmite, as armas que a Nação lhes deu para defendê-la contra os inimigos externos ou contra aqueles que veem como inimigos do Estado?

É preciso estar atentos para a crise de Estado em que vivemos — possivelmente em seu início, mas ainda assim presente. Seu começo é uma crise de Governo, e é por isso que, quando falo em crise de Estado, são poucos os que concordam comigo.

Contando com o contraditório para melhor fixar ideias, gostaria de abordar esse tema, começando por dizer que a compreensão da necessidade da existência de um grupo específico encarregado de defender o Estado e a própria sociedade está estreitamente ligada à ideia de que essa mesma sociedade tem do Estado — Território, Destino, Governo.

Não pretendo aqui discutir questões teóricas de Geopolítica; quero, tão-só, chamar a atenção para a importância que o Território tem, primeiro, naquilo que se poderia chamar de percepção do caráter concreto do Estado pela sociedade; depois, nas relações do Estado nacional com os demais Estados. A esse propósito, diria que muitas das crises que hoje são consideradas como crises internacionais

espelham, a rigor, uma das características, se não a fundamental, do *Volksggeist*.

O exemplo disso é a dupla saga, sionista e palestina, que marca a realidade internacional que sucedeu a 1948, sem que nos tenhamos detido o suficiente sobre a importância que o elemento Território tem para esses povos. Se não tivermos presente a relação entre a “visão” do Território (que não é a do Paraíso, mas talvez seja a da terra sobre a qual erguer a escada que leva a ele, tal qual no sonho de Jacó) e o *Volksggeist*, não seremos capazes de compreender a história do Sionismo. Muito menos a vocação para a morte dos que engrossam as fileiras do terrorismo (e, não nos esqueçamos, dos que lhes dão apoio nas Intifadas) para alcançar obter seu Estado Palestino.

Entretanto, não são estes os únicos exemplos que posso apresentar, buscando demonstrar minha tese que vai além da Geopolítica como muitos a entendem de modo estreito. As guerras balcânicas desde fins do século XIX, mas especialmente as que deitaram uma sombra negra sobre a Europa no fim do século XX, estão aí para nos demonstrar a verdade da afirmação.

O que foi dito serve para introduzir outra proposição: a de que a ligação primeira de um povo não é com o Estado, mas com o Território, porque ele é o primeiro ponto de referência do povo ao criar seu espírito, seu *Volksggeist*. O Estado é abstrato no sentido de que os *simples* (e mesmo, algumas vezes, os *intelectuais*) não são capazes de visualizá-lo, de tocá-lo, ao contrário do que fazem com a terra que têm como sua, porque habitam seu chão, quando não o transformam para sua sobrevivência. O Estado é ente real e construção teórica dos (chamemo-los assim) *intelectuais orgânicos* do povo, aqueles que são capazes de traduzir em palavras o significado profundo dos símbolos coletivos em que se expressa o espírito do povo, espírito esse que

marca com ferrete em brasa a Nação. O Território é dado de fato concreto, pois é nele que se vive e que se morre (e por ele se mata, também, convém não esquecer, para fazê-lo *nosso*). Avançaria para dizer que, enquanto o Território não integra o *Volksggeist* como seu elemento fundador, o Estado é uma abstração para o povo, que dele só conhece o Governo. E que quando se esvaece a ideia de que o Território é a *conditio realiter* do Estado, o Governo vê-se diante de dramáticas situações em caso de invasão do território estatal ou de tentativas de subversão da ideia de que o Povo faz de si mesmo e de seu Destino.

Não se pode pensar que a ideia do território estatal — não do pedaço de terra de cada um — impõe-se como um dado ao povo. O processo de criação do *Volksggeist* é mais complexo do que desejariam os que fazem dele sua bandeira de combate contra o estrangeiro. A relação entre Território e Estado, da perspectiva da criação e firme existência do *Volksggeist*, depende de que os indivíduos sejam capazes de superar os obstáculos impostos ao contato constante e duradouro entre os núcleos populacionais pela deficiência das vias de comunicação ou a ausência delas. Se admitirmos, para argumentar, que, em suas relações sociais, os indivíduos se guiam mentalmente pelo território que ocupam ou por até onde vão suas atividades econômicas e suas perspectivas afetivas de futuro individual ou coletivo, veremos que em um país da dimensão do Brasil, continental e com as deficiências de infraestruturas que são notórias, não se deve, *a priori*, partir do pressuposto de que, a formar o Espírito do povo, esteja presente a ideia do território estatal.

A história nos dá suficientes lições de que houve momentos em que, levantando-se contra o Estado, o Território que as revoluções pretendiam abranger era sempre menor do que aquele



que Estado delimitara juridicamente — 1817, 1824, 1835, 1842. E, como querem alguns, 1932.

Dessa perspectiva, concordaria com o General Aurélio Lyra Tavares que, quando comandante da 7ª Região Militar, dizia que o Exército Nacional era e tinha sido a coluna vertebral em torno da qual se estruturara o Brasil. Espinha dorsal, acrescentaria eu, na medida em que era e é uma organização nacional, no sentido de que atua em todo o território estatal. Não é demais dizer que o General Lyra Tavares tinha perfeita consciência de que o Exército era um instrumento do Estado e que dele fazia as vezes, quando o Governo não tinha como chegar aos mais afastados rincões do país. Um Exército que ocupasse o território e o vivificasse — essa a proposição, nem sempre oculta, do General Góes Monteiro nos anos 1930. Para que o Território integre, como ideia, o *Volksgeist*, é necessário que o Estado vivifique o seu Espaço e faça que as vias de comunicação sirvam não apenas para fomentar o comércio e o turismo, mas para permitir que as populações de fato se comuniquem, troquem suas experiências de vida, suas esperanças e frustrações. Só assim todos construirão a imagem de todos ocupando o mesmo território e formando como partes integrantes o mesmo Estado.

Aos que resistirem a essas proposições, darei exemplo de *survey* não científico que venho fazendo com meus alunos em duas faculdades. Pergunto-lhes, de maneira a permitir uma resposta sincera, se estariam prontos a alistar-se para recuperar parte do território da Amazônia que fora ocupada pelas Farc. Invariavelmente, a resposta é zero, isto é, ninguém se disporia a alistar-se. Houve ocasião em que alguém disse que, se fossem os Estados Unidos e não as Farc, estaria disposto a lutar; em outra classe, alguém também disse que pagaria mais impostos para que outros fossem lutar. A conclusão a que cheguei é que a ideia de Território não pertence

ao universo de pensamento e ação de boa parte dos jovens estudantes paulistas, e, se não pertence a esse universo, é possível pressupor que não pertença ao universo dos demais jovens estudantes do País; e que a ideia de Estado esteja se desfazendo no Brasil.

O Estado, porém, tenhamos claro, não é apenas Território. É também Destino e Governo.

O Destino é aquele da Nação, que construímos em nossos sonhos, acalentados por uma ideia nem sempre assente na dura realidade dos dias em que cada um de nós vive e morre. A Nação é uma ideia que um grupo tem e faz sua, procurando expandi-la para outros. Mas, para que o grão não morra, é preciso que a semente lançada à terra seja fecundada pela ação de muitos, especialmente daqueles que, acreditando em uma boa safra, ocupam o Governo. É importante fixar que sonhamos a Nação antes de ocupar o Governo que indicará a todos qual será o futuro. O Governo, por si, não sonha; o sonho da Nação é de alguns poucos que, ocupando parte do Território, pretendem que ela se construa nele. Importa ver que se não houver uma íntima associação entre o sonho e as ações do Governo, o Estado continuará sendo uma abstração e as sucessivas administrações perderão a capacidade de mobilizar a sociedade para construir seu futuro.

Quero dizer que a Nação não sobrevive apenas como um estado d'alma da sociedade. Ela resulta da interação dos indivíduos que a idealizam e são capazes de manter contatos criadores ao longo do território — isso exige que as servidões da infraestrutura sejam vencidas e as vias de comunicação sirvam não só para o comércio e o turismo, mas também e, sobretudo, repito, para que os indivíduos e grupos troquem experiências e construam seu Destino.

Não apenas disso, porém; o estado d'alma de uma sociedade resulta também das ações

do Governo que permitam a cada membro dela intuir ou saber de certeza que pertence a uma Nação. Esta tem um papel a desempenhar no conjunto das nações, e ele, indivíduo, tem um lugar nela e um papel a desempenhar na construção de um futuro que é dela.

O sentimento de pertença à Nação e a íntima convicção de que os antigos tinham razão ao dizer: “Certa ou errada, minha Nação”, confronta-se com aquilo que alguns filósofos diziam ser a tendência do ser humano em desejar mais e mais poder ou ter, na vida em sociedade, apesar de todos os constrangimentos a que ela sujeita, maior independência, autonomia e poder. É um sistema de forças — umas centrífugas, outras centrípetas — cuja resultante apenas o Estado pode resolver a favor daquilo que, em momentos de grande crise nacional, os franceses chamaram de *union sacrée*.

A crise do Estado vem do fato de que o núcleo de poder no Estado, para voltar a Hermann Heller, não tem mais projeto para oferecer à sociedade e nem às Forças Armadas, que só sustentam o Estado quando ele tem projeto. Um projeto não é um conjunto de ações de governo. A falta de um projeto decorre do fato de que o grupo que pensa a Nação não tem força (que resulta do contato criador entre os indivíduos) para afirmar sobre as tendências antissistêmicas, a sua ideia, o seu projeto.

Creio que o momento é propício para que se lance um olhar sobre o passado imperfeito, especialmente tendo em conta que o presidente da República insiste em dizer que seus programas de governo permitem que seu governo seja equiparado aos de Juscelino Kubitschek — seguramente louvado na entronização que alguns meios de comunicação fizeram do então presidente — e de Ernesto Geisel.

S. Exa. poderia, para fazer justiça, referir-se ao governo do Marechal Eurico Gaspar

Dutra, que formulou o Plano Salte e permitiu um avanço nos setores de energia e transporte. Deixemos, já consagrado, o período JK e fixemo-nos no de Ernesto Geisel, que tem em comum com nossa palestra o fato de ter sido o que encerrou, em janeiro de 1979, o ciclo de presidências militares governando com poderes discricionários.

O projeto do Estado brasileiro de 1964 foi construir uma potência emergente capaz de impor-se à América Latina e contrapor-se, enquanto expressão regional de poder, aos Estados Unidos. Inexistindo na sociedade grupo social que pudesse vertebrar tal aspiração, a *mise-en-oeuvre* desse projeto teve de ser confiada às Forças Armadas e à Diplomacia. As primeiras incumbiram-se de formular uma doutrina militar autônoma, concluída ao fim do governo Castello Branco. Qualquer que seja o juízo que se faça sobre os autores do projeto e sobre a preeminência do Exército no conjunto das Armas, o fato é que o projeto foi assim concebido e executado. A Diplomacia incumbiu-se de marcar as distâncias dos Estados Unidos, assinalando desde 1964 que o fato de o Brasil pertencer ao chamado Ocidente não significava que defenderia os interesses da grande potência que, à época, defendia o Ocidente.

A História, sabemos todos, não segue linhas retas — afinal, Deus escreve certo por linhas tortas. O princípio do erro interfere de quando em quando — e só nos regimes parlamentaristas é que a queda de gabinetes permite que se retome o curso normal e necessário. O princípio do erro interveio no Brasil quando se celebrou o Acordo Nuclear com a Alemanha. Objetivamente, esse acordo, que foi a conclusão de estudos do então Conselho de Segurança Nacional, com certeza a partir de 1967, respondia a uma dupla necessidade: uma, assegurar o suprimento de energia

elétrica ao ecúmeno principal; outra, permitir que o Brasil tivesse o controle do ciclo completo do átomo.

O acordo nuclear e o terceiro-mundismo da Diplomacia — tendo como pano de fundo o rompimento do acordo militar Brasil-EUA e a incipiente indústria bélica — levaram os Estados Unidos a ter uma percepção das intenções do Estado brasileiro que não coincidia com a que os governos brasileiros tinham de suas ações. Esse desencontro de percepções — sempre fatal nas relações entre Estados — não impediu que o projeto de autonomia científico-tecnológica fosse levado a cabo. Mesmo quando — e daí eu falar em princípio do erro — se teve consciência de que o acordo nuclear com a Alemanha não permitia o enriquecimento autônomo do urânio. A resposta foi o programa nuclear paralelo, em cujo desenvolvimento a Marinha conseguiu enriquecer o urânio em porcentagem suficiente para abastecer um reator civil ou o de um submarino. Nesse estágio, tudo parou: fosse a construção de reatores para cidades médias e pequenas, a fim de fazer cessar a dependência de energia gerada em terceiros países, fosse o projeto do submarino nuclear, condenado por ativos grupos civis que conseguiram obter dos governos da Nova República em diante o congelamento das verbas indispensáveis a que a Marinha continuasse seu projeto, que é, estamos certos, um projeto de projeção de poder e autonomia do Estado brasileiro.

Em Argel, 1943, depois de ganhar a disputa com o General Giraud em torno de quem representaria a França Livre, o General De Gaulle cuida de organizar o Estado — a França, note-se, ainda está ocupada pelo Exército alemão. A quem o aconselha a deter-se antes de tudo na Educação, o General De Gaulle responde com a soberberia que lhe era peculiar: antes de tudo, o

Exército, pois é ele que sustenta o Estado. Essa ideia de que o Exército sustenta o Estado — e como organização é capaz de sustentar a ideia de Nação — não foi bem compreendida pelos governos militares, apesar da clareza de visão do General Lyra Tavares antes de assumir o Ministério do Exército e, depois, integrar a Junta Militar. Quando se fizer *sine ira et studio* a história da relação entre as presidências militares e as Forças Armadas, ver-se-á que foi a partir de 1964 que seus orçamentos foram congelados ou aumentados apenas para conter a inflação, e se descuidou — exceto, talvez, no que se refere à Força Aérea em alguns momentos típicos — de sua missão estratégica e de sua função em uma sociedade que já apresentava alguns sinais de anomia.

Hoje, as Forças Armadas sofrem as consequências dessa visão estreita de sua função em uma sociedade como a brasileira. O papel secundário a que são relegadas no Estado é um indicador seguro de que os sucessivos governos pós-1964 abriram mão de fortalecer o poder do Estado nacional no momento em que as tensões internas e internacionais exigiam que se atentasse para tal. Na passagem da ideia da defesa associada à de criar-se um organismo sul-americano de defesa, pode vislumbrar-se projeto de reduzir as funções das Forças Armadas, especialmente do Exército, às de mero coadjuvante das ações de paz das Nações Unidas. Com o que se está transformando o Exército — e por extensão as demais Forças — da realidade de espinha dorsal da Nação em executor das decisões dos governos de um Estado que se poderia chamar de Estado-sipaio da globalização.

Por “sipaio”, conforme tenho muitas vezes esclarecido, entenda-se metaforicamente aquilo que está nos dicionários: “Soldado natural da Índia, a serviço dos ingleses.”

# Imprensa livre e imparcial\*

Luiz Eduardo Rocha Paiva\*\*

A mídia constrói e a mídia destrói. Por aí se percebe o poder da imprensa e sua possibilidade de participar, significativamente, da edificação de uma sociedade esclarecida, aberta, madura e de forte espírito democrático. Tem importante papel social e deve ser conduzida mais como serviço do que como empresa, com toda a responsabilidade daí decorrente.

A liberdade de imprensa é um dos pilares do regime democrático, e os excessos porventura cometidos, contra grupos ou indivíduos, não podem servir de justificativa para limitá-la, como pretendem algumas autoridades. Que tal aperfeiçoar a Justiça, tornando-a mais ágil, de modo a ressarcir quem seja prejudicado por possíveis excessos?

A imprensa tem sido decisiva para desvendar o véu que encobre a falta de cidadania, a soberba onipotência, a corrupção e a impunidade, que compõem a face de grande parte da liderança nos altos escalões da República e comprometem a confiança nas instituições. Assim, contribui para a sociedade ir tomando consciência da necessidade de um choque de valores, para melhorar a si própria e mudar o perfil daquela liderança, o que só depende de sua vontade e de seu valor.

A imparcialidade é um dos atributos fundamentais a serem cultuados pela imprensa e se traduz pela abertura de iguais oportunida-

des à livre expressão de ideias, independentemente de posições ou pensamentos legitimamente adotados por um órgão. Por outro lado, mesmo amparada em leis que a protejam da mordaza política, só é livre a imprensa que não se submete ao poder econômico ou à censura do patrulhamento ideológico de qualquer matiz. A credibilidade e o respeito, assim conquistados, asseguram-lhe a autoridade moral e, em consequência, reforçam a defesa de sua liberdade.

Ao abrir, de forma equânime, espaços para a livre expressão do pensamento, a imprensa ajudará, também, a derrubar a ditadura do "politicamente correto", expressão cujo entendimento distorcido inibe o contraditório e empobrece o debate de ideias, condições fundamentais ao aprimoramento da democracia. Hoje poucos têm coragem de se declarar de direita ou conservadores, pois temem ser rotulados de radicais, injusta e incorretamente, pelo patrulhamento ideológico ainda forte no Brasil. "O conservadorismo não é contrário às mudanças, como se costuma supor, mas entende o progresso útil como proveniente do saber anterior e acumulado e, portanto, plantado nas virtudes e nos valores do passado".<sup>1</sup>

Difícil, por exemplo, é ter espaço para apontar aspectos positivos do regime militar,

\* Transcrito do jornal *O Estado de S. Paulo*.

\*\* O autor é General de Brigada.

<sup>1</sup> ROHMANN, Chris. *O livro das ideias*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

é quebrada por agressões perpetradas por instituições, isto é, por Forças Armadas de um determinado Estado, no caso desse conflito, acordos de cessar-fogo podem ser rompidos pela ação de um único indivíduo.

Essas ações compreendem atentados suicidas, disparos de rajadas de tiros em multidões e lançamentos de foguetes do quintal de uma casa e muitas vezes não são feitas a mando de movimentos como o Hamas, o Hezbollah ou algum grupo de extrema-direita israelense.

Nesse sentido, a influência de uma pessoa como Yigal Amir (que assassinou o Primeiro-Ministro israelense Yitzhak Rabin, em 1995) não pode ser negada.

b) A centralidade do conflito para a legitimidade de ambas as partes e para o seu desempenho eleitoral. As oscilações na popularidade dos governos em Israel e nos territórios palestinos estão diretamente ligadas à situação

do conflito palestino-israelense. Por conta disso, os eleitores tenderão a votar em um candidato que lhes garanta a segurança em relação ao "inimigo", o que significa que a guerra muitas vezes pode ser o recurso mais útil para uma gestão que apresenta desempenho medíocre em áreas como educação, saúde ou previdência social, por exemplo.

Nesse sentido, Gilles Lapouge lembra que a base eleitoral ao Hamas vinha declinando há um ano: uma pesquisa recente havia mensurado em 16,6% o apoio ao grupo, contra os 40% direcionados aos moderados do Fatah, que controlam a Cisjordânia.<sup>2</sup>

Do lado de Israel, a disputa entre os três grandes partidos políticos do país (o Likud, o Kadima e o Trabalhista) nas eleições legislativas agendadas para fevereiro de 2009 dependerá em boa medida do desfecho da Operação Chumbo Fundido na Faixa de Gaza. ●

<sup>2</sup> LAPOUGE, Gilles. *A lógica realista da guerra em Gaza*. Disponível em: [http://www.estadao.com.br/internacional/not\\_int304734,0.htm](http://www.estadao.com.br/internacional/not_int304734,0.htm). Acesso em: 18 de janeiro de 2009.



## Editorial 2009

Coleção General Benício

HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A TRÍPLICE  
ALIANÇA E O PARAGUAI

*Volume I – Augusto Tasso Fragoso*

Obra composta de cinco volumes, editada pela Bibliex, na década de 1950. Encontrava-se esgotada e havia bastante interesse dos leitores em adquiri-la. No primeiro tomo, são abordados os antecedentes históricos da guerra, incluindo a intervenção brasileira no Uruguai, em 1864, bem como o início da invasão paraguaia, na Província de Mato Grosso, por ordem de Solano López.

# A fúria dos pobres\*

*Revista Der Spiegel*

**P**or todo o mundo, a elevação dos preços dos alimentos tornou gêneros de primeira necessidade como arroz e milho inacessíveis a muitas pessoas, empurrando os pobres para as barricadas porque eles não têm mais comida suficiente. Mas o pior está por vir.

Fort Dimanche, uma antiga prisão nas colinas que se erguem acima da capital haitiana de Porto Príncipe, é um inferno na terra. No passado, ela abrigou as câmaras de tortura dos esquadrões da morte do ex-ditador Baby Doc Duvalier, os *Tontons Macoutes*. Hoje, milhares de haitianos vivem nas dependências da prisão, revolvendo pilhas de lixo atrás de alimentos. Mas até os cães encontram pouca coisa de comer ali.

Sobre o telhado da antiga prisão, mulheres empreendedoras preparam umas coisas que parecem biscoitos e até são chamadas por esse nome. O ingrediente principal, argila amarela, é trazido de caminhão das montanhas próximas. A argila é misturada com sal e gordura vegetal para fazer uma massa, que depois é secada ao sol.

Para muitos haitianos, os biscoitos de terra são a sua única comida. Eles têm gosto de gordura, absorvem a umidade da boca e deixam um gosto de terra. Frequentemente, causam diarreia, mas ajudam a entorpecer as dores da fome. “Espero ter algum dia comida suficiente para comer e poder parar de comer essa coisa”, disse Marie Noël, que sobrevive

com seus sete filhos graças às tortas de terra, à Associated Press.

A argila para fabricar 100 biscoitos subiu de US\$ 1,50 para US\$ 5, ou cerca de 400%, em um ano. O mesmo vale para os alimentos básicos. Entretanto, a mesma quantidade de dinheiro compra mais tortas de barro que pão ou *tortillas* de milho. O preço de uma tigela diária de arroz é praticamente inviável. A escassez de alimentos provocou revoltas no Haiti, na semana passada.

Uma multidão de cidadãos famintos marchou por Porto Príncipe, atirando pedras e garrafas e gritando “Temos fome!” diante do palácio presidencial. Pneus foram queimados e pessoas morreram. Foi mais uma das rebeliões que estão começando a ocorrer com crescente frequência em escala mundial, mas são apenas um começo do que está por vir.

O alimento está se tornando cada vez mais escasso e caro, e já é inacessível para muitas pessoas. Essa calamidade é “uma das piores violações da dignidade humana”, diz o ex-secretário geral da ONU, Kofi Annan.

Deveria nos espantar que o desespero às vezes se transforme em violência?

A crise dos alimentos aflige os pobres do Mundo — na África, Sul da Ásia e Oriente Médio. Os preços de gêneros como arroz, milho e trigo, que ficaram relativamente estáveis por anos, dispararam em mais de 180% nos últimos três anos. Está se formando um gargalo cujas consequências são potencialmente mais graves

\* Artigo escrito pela equipe da Revista *Der Spiegel*: Rüdiger Falksohn, Amira El Ahl, Jens Glüsing, Alexander Jung, Padma Rao, Thilo Thielke, Volkhard Windfuhr e Bernhard Zand.

que a crise global dos mercados financeiros. Sem nada a perder, pessoas à beira da inanição estão cada vez mais propensas a reagir com uma fúria incontável.

A crise está ajudando a fortalecer movimentos radicais islâmicos no Norte da África. Nas últimas semanas, houve tumultos na Mauritânia, Moçambique, Senegal, Costa do Marfim e Camarões.

Com tantas pessoas e sem terra agrícola suficiente, a luta pela distribuição das melhores terras está tomando uma forma que poderá levar a um novo conflito Norte-Sul. Os mexicanos foram os primeiros a ganhar as ruas quando protestaram contra a alta dos preços da farinha de milho, ingrediente básico para *tortillas*. Para evitar novos protestos, o Presidente mexicano, Felipe Calderón, decidiu aumentar os subsídios do governo ao milho, que já eram altos. Em outros países, como Haiti, Bolívia, Argélia e Iêmen, as classes baixas têm sido duramente atingidas pela inflação dos preços dos alimentos.

No Iêmen, país do Oriente Médio, pessoas sobrevivem com uma média de U\$ 1,86 por dia. No último trimestre, os preços dos alimentos subiram 145% no Líbano e 20% na Síria. "Até a salsa, pela qual nós pagávamos uma bagatela no passado, de repente triplicou de preço", queixa-se uma moradora da capital da Síria, Damasco.

Iraque e Sudão, que já foram as "cestas de pão" do mundo árabe, hoje dependem do Programa Mundial de Alimentos. A guerra civil no Sudão deixou mais de 2 milhões de pessoas em campos de refugiados absolutamente dependentes de ajuda alimentar. Países em desenvolvimento enfrentaram um desafio semelhante há mais de uma geração, o que levou ao advento da chamada Revolução Verde.

Mediante o uso de fertilizantes, pesticidas e sementes híbridas, produtores rurais de países em desenvolvimento conseguiram melho-

rar consideravelmente suas colheitas. Alguns agora acreditam que é hora de lançar uma segunda revolução verde. Os chefes de pesquisa de conglomerados agrícolas estão convencidos de que a engenharia genética pode ser a resposta para os problemas alimentares do mundo. Mas a questão é: quanto tempo isso levaria?

A escassez de alimentos tornou-se uma questão também em regiões afluentes, como Dubai, onde supermercados prometeram não aumentar os preços de 20 gêneros alimentícios básicos por um ano. O objetivo é evitar a insatisfação das legiões de trabalhadores da construção civil, indianos e paquistaneses, na cidade. Sem eles, não existiriam os enormes hotéis, museus e ilhas artificiais com os quais Dubai está causando tanto *frisson* no mundo.

Os beneficiários da globalização no Golfo Pérsico não querem enfrentar tumultos à sombra dos arranha-céus e *shopping centers*. "As consequências da insatisfação e do ódio no Oriente Médio podem ser mais geopolíticas que em outros lugares", disse Robin Lodge do Programa Mundial de Alimentos da ONU à agência noticiosa Reuters. Isso é particularmente verdadeiro no Egito.

Saad Ibrahim possui um pequeno restaurante no Cairo. Ele vende pratos como talharim e grão-de-bico em molho de tomate. "A cada dia tenho menos fregueses", diz Ibrahim.

No fim do ano passado, uma tonelada de talharim custava cerca de 1.500 libras egípcias, ou pouco mais U\$ 276. De lá para cá, os preços triplicaram. Ibrahim culpa o governo pela alta dos preços. "Como um país agrícola", diz ele, "poderíamos cultivar de tudo em vez de importar por muito dinheiro." Trinta e dois milhões de uma população egípcia de 80 milhões sobrevivem com U\$ 1,58 por dia e 16 milhões com ainda menos. A inflação saltou para mais de 12% em fevereiro. *Aish baladi*, um pão



redondo e mole, é um sustentáculo importante da dieta egípcia. O Estado o subsidiou durante décadas, o que ajudou a preservar a calma. Mas por quanto tempo ainda esse sistema pode funcionar? As filas estão aumentando na frente das padarias que vendem o pão subsidiado porque um número crescente de egípcios passou a depender de ajuda do governo. Os tumultos nas últimas semanas reclamaram pelo menos 11 vidas depois que padeiros corruptos venderam farinha barata, subsidiada, por altos preços no mercado negro, provocando uma resposta irada do público.

Enquanto isso, o governo cortou US\$ 2,5 bilhões de seu novo orçamento para subsídios ao pão. No entanto, fornecer pão barato traz suas próprias consequências bizarras. Alguns produtores agrícolas já estão dando pão para seu gado por causa do custo exorbitante da ração animal.

Criar gado é um negócio lucrativo porque as rendas crescentes em alguns países em desenvolvimento significam que cada vez mais consumidores podem comer carne. A nova classe média em Nova Délhi e Pequim já não se satisfaz com dietas tradicionais ricas em alimentos como arroz e lentilha. Mas são necessários sete quilos de ração e vastas quantidades de água para produzir um simples quilo de carne bovina, o que faz os preços subirem.

Na Jordânia, que tem um sistema moderno de agricultura, o custo de gêneros de primeira necessidade subiu 60% em um ano. “Mal consigo vender meus legumes”, diz Hussein Bureidi, um vendedor que opera um estande perto da Grande Mesquita, na capital jordaniana, Aman. “Como isso vai continuar?” O Rei Abdala II, da Jordânia, teme um retorno dos tumultos de 1966, quando cidadãos famintos chocaram-se com a polícia, na cidade de Karak.

Na Argélia, os preços da banha de cozinha, óleo de milho, açúcar e farinha dobraram


em seis meses. Com exceção de um aumento insuficiente de 15% nos salários do funcionalismo público, o governo tem feito pouco para impedir o que a Rádio Argel chamou de “ataque a nosso padrão de vida”.

Até agora, as receitas de petróleo e gás não foram usadas para financiar subsídios adicionais aos alimentos. Se o fizesse, o governo poderia ficar impossibilitado de pagar os juros da dívida externa.

No entanto, é a Índia que possui o maior número de pessoas subnutridas, cerca de 220 milhões. Convenientemente, duas conferências sobre a crise dos alimentos foram realizadas em Nova Délhi, na semana passada. Jacques Diouf, o presidente senegalês da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), atribuiu o dilema ao rápido crescimento da demanda na China e na Índia. A crise, disse Diouf, poderá se expandir para uma catástrofe sem precedentes.

A China tem quase um quarto da população mundial para alimentar, mas apenas 7% de suas terras cultiváveis. Uma situação similar se aplica à Índia. Os dois países precisam importar alimentos em larga escala, o que leva muitos países exportadores a impor cotas de exportação para que seus próprios cidadãos não sejam subitamente privados deles.

Quando os pobres famintos do Haiti revoltaram-se com violência, os Estados Unidos fecharam sua embaixada no país por precaução. Os incidentes também alarmaram o Primeiro-Ministro britânico Gordon Brown, que escreveu uma carta a seu colega japonês, Yasuo Fukuda, atual presidente do Grupo dos 8. Na carta, Brown recomendou que a comunidade internacional se empenhe para preparar “uma resposta totalmente coordenada” à fome crescente.

Ela não viria tão cedo. 

# Lições de uma guerra abortada\*

*Ricardo Vélez Rodríguez\*\**

O clima sul-americano esteve quente no último ano, em decorrência do bombardeio, pela Força Aérea colombiana, do acampamento das Farc na zona limítrofe do Equador com a Colômbia. Tratava-se de um posto avançado das Farc, dotado de todos os serviços. A morte do comandante Raúl Reyes era o objetivo colimado pelos atacantes. Os dados encontrados nos computadores em poder dos guerrilheiros revelam, de entrada, as vinculações inegáveis entre os meliantes e os governos dos presidentes Hugo Chávez, da Venezuela, e Rafael Correa, do Equador, justamente os que mais bravatas protagonizaram logo após o falecimento do mencionado guerrilheiro, a quem Chávez deu o estatuto de herói.

Algumas lições devem ser tiradas dos fatos ocorridos.

Em primeiro lugar, que é legítimo o esforço do Presidente Álvaro Uribe na sua luta contra os guerrilheiros das Farc. A Colômbia invadiu o território equatoriano? Sim, mas para preservar a integridade do Estado, seriamente ameaçado pela guerrilha de narcotraficantes. Do ponto de vista das relações internacionais, aos colombianos assiste a Resolução 1.376 da Organização das Nações Unidas, de 2001, que proíbe aos países-membros abrigar no seu território

rios grupos terroristas, financiá-los ou fornecer-lhes armamento. Ora, o Equador repetidas vezes havia feito vista grossa aos alertas do governo de Bogotá que indicavam a presença de guerrilheiros das Farc nesse país. A invasão de 2km em território equatoriano soa, assim, como ato de legítima defesa, praticado pelas Forças Armadas colombianas. Os documentos apreendidos mostraram que havia contatos frequentes entre Raúl Reyes, o governo equatoriano e o Presidente Chávez.

Segunda lição: ficou claro de que lado estão o Presidente Chávez e o seu seguidor, o presidente equatoriano. Eles se alinharam em favor dos fora-da-lei ao tomarem as dores das Farc, exigindo, inclusive, da comunidade internacional o reconhecimento desses terroristas como grupo beligerante. O que eram apenas indícios levantados por jornalistas, no sentido de que Chávez dava abrigo, na Venezuela, aos grupos guerrilheiros colombianos, permitindo-lhes acesso a serviços médicos essenciais, a materiais de intendência e armamentos, ficou confirmado nos documentos apreendidos no acampamento das Farc. O presidente venezuelano deverá explicar agora à comunidade internacional a "ajuda" de US\$ 300 milhões concedida à guerrilha colombiana.

\* Colaboração do autor.

\*\* O autor é coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas da Universidade Federal de Juiz de Fora; foi membro efetivo do Conselho Editorial da BIBLIEX.

Deverá dar explicações, outrossim, acerca da notícia, que foi divulgada por alguns jornalistas, de que as Farc colaboram com o líder venezuelano no treinamento das milícias revolucionárias “bolivarianas”. Explicações deverão ser dadas, de outro lado, pelo Presidente Correa, do Equador, no relativo ao abrigo dado aos meliantes das Farc. É reprovável a farsa em torno dos direitos humanos dos sequestrados pelas Farc, protagonizada por Chávez e por Correa, os quais chegaram a negociar com a vida das vítimas para obter dividendos políticos.

Terceira lição: o governo brasileiro deve revisar com urgência a sua posição favorável às Farc, ao não arrolá-las como grupo terrorista e ao ficar simplesmente censurando o governo da Colômbia pelo fato de se defender. Se o Brasil pretende assumir um papel de mediador na América Latina, deve fazer esforços concretos em prol de manter clara uma posição equilibrada. O populismo é mau conselheiro nas relações internacionais, seja lá pelas razões que se aleguem. O governo Lula fica cheio de dedos quando se trata de condenar alguém do famigerado Foro de São Paulo, simplesmente por simpatias ideológicas, que de forma alguma devem pautar a nossa política externa. Felizmente, no caso da reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Grupo do Rio, ficou do lado de fora o “chanceler *ad hoc*” petista, Marco Aurélio Garcia, cujas declarações à imprensa internacional comprometeram a sensatez que deveria prevalecer no alto governo, ao se mostrar simpático às Farc, pondo em risco a idoneidade

do governo brasileiro para lidar com assuntos ligados ao combate contra o terrorismo.

Quarta lição: ficou claro que a Colômbia está conseguindo vencer os terroristas, preservando o Estado de Direito e as garantias constitucionais, graças, sobretudo, à sensata política de “segurança democrática” desenvolvida pelo Presidente Uribe e, também, em decorrência das reformas efetivadas nas Forças Armadas e na polícia. Hoje, elas são as mais preparadas do continente na luta antiguerilha. É uma organização moderna de 208 mil homens (sendo 136 mil do Exército, 15 mil da Marinha, 7 mil da Força Aérea e 50 mil da Polícia Nacional), que desenvolve uma luta sem quartel contra os inimigos da democracia. Está se tornando realidade o que o estudioso Alfredo Rangel dizia há algum tempo: as Farc deverão acolher-se às negociações de paz, nos termos fixados pelo Estado colombiano, que contemplam a submissão à Justiça de todos aqueles que tiverem praticado crimes de lesa-humanidade e abrem espaço para a desmobilização pacífica dos demais membros das organizações subversivas.

Que as Farc estão chegando ao fim da linha, disso não resta dúvida, a julgar pelo desespero que assola os que, do exterior, dão apoio militar a esses facínoras — que o digam as bravatas de Chávez e Correa, em dias passados; e que o digam, também, os apavorados chefes de segurança dos líderes da narcoguerrilha, que começaram já a entregar os seus comandantes, a fim de salvar a própria pele e ganhar as milionárias recompensas que o governo de Uribe oferece aos que facilitem a captura, vivos ou mortos, dos *capi di tutti capi* das Farc.



# Metodologia da História e História Militar\*

Renato Jorge Paranhos Restier Junior\*\*

## Introdução

Pretendemos com este artigo destacar, de forma simplificada, os novos procedimentos metodológicos na produção do conhecimento histórico que oferecem aos cientistas sociais e estudiosos um instrumental amplo para a atuação na pesquisa em História Militar.

Não cabe, nesta discussão, qualquer esforço revisionista. Entendemos que todos os trabalhos até hoje produzidos representam grandes contribuições para o desenvolvimento do conhecimento histórico.

Hoje, a História Militar procura estudar o fenômeno militar sob uma nova ótica, na qual os diversos fenômenos relacionados à guerra são integrados em uma compreensão analítica, contrapondo-se a um modelo tradicional que privilegiava o estudo técnico das grandes batalhas narradas de forma descritiva, memorialista e centrada no culto aos grandes heróis. A historiografia militar tradicional não concebia o militar e as instituições militares dentro dos contextos social, cultural, psicológico, geográfico etc., receptor e agente transformador.

Desconsiderava o diálogo constante com as correntes de um todo social, e sem qualquer problematização.<sup>1</sup> A História Militar, tal como a História Política, foi durante algum tempo marginalizada em função de seu rótulo de história meramente factualista. Não seria justo condenar a História Militar como a única que produziu ou que deu origem à história factual, logo não é também correto afirmar que suas mudanças hoje são singulares em relação aos outros campos da História.

## Uma nova História Política

A importância de dedicarmos uma passagem neste artigo à História Política se deve ao fato de que, durante um grande período, especificamente no século XIX, os fenômenos militares eram tratados somente na esfera dos fenômenos políticos. A guerra era entendida apenas enquanto um instrumento da política. Esta perspectiva, postulada por Carl von Clausewitz,<sup>2</sup> em sua obra *Da guerra*, influenciou diversos estudiosos da teoria da guerra, da História Política, da História Diplomática

\* Colaboração do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil — IGHMB.

\*\* O autor é Primeiro-Tenente do Quadro Técnico Temporário da Marinha, graduado em História pela Universidade Gama Filho, especialista em História Militar pela Unirio/DECEx/IGHMB e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Uerj. Sócio honorário do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Atualmente exerce a função de pesquisador do Departamento de História da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

<sup>1</sup> CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 23 e 26.

<sup>2</sup> Carl von Clausewitz foi um teórico militar prussiano do século XIX que teve sua principal obra, *Da Guerra*, publicada *post mortem*.

e demais campos do conhecimento relacionados aos fenômenos militares. Segundo Fuller, a maior contribuição de Clausewitz foi “sua insistência nas relações da guerra com a política”.<sup>3</sup>

A impossibilidade de desvincular a guerra dos fenômenos políticos fez com que as críticas à História Política fossem também dirigidas aos estudos dos fenômenos militares. Sendo estes parte da política, ou a política por outros meios, a História Militar foi tão negligenciada quanto a História Política nos movimentos de renovação da primeira metade do século XX.<sup>4</sup>

Sabemos que o conhecimento histórico, construído na febre cientificista do século XIX,<sup>5</sup> passou por uma série de transformações na primeira metade do século XX com a *École des Annales* e no decorrer de suas gerações. Segundo Peter Burke, pode-se dividir o movimento dos *Annales* em três fases:

Em sua primeira fase, de 1920 a 1945, caracterizou-se por ser pequeno, radical e subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a História tradicional, a História Política e a história dos eventos. Depois da Segunda Guerra Mundial, os rebeldes apoderaram-se do *establishment* histórico. Essa segunda fase do movimento, que mais se aproxima verdadeiramente de uma *escola*, com conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (espe-

cialmente a *história serial* das mudanças na longa duração), foi dominada pela presença de Fernand Braudel.<sup>6</sup>

A terceira fase, iniciada por volta de 1968, se caracteriza, segundo Burke, pela fragmentação. A influência do movimento cresceu tanto que perdeu “muito das especificidades anteriores”.<sup>7</sup>

Era uma *escola unificada* apenas aos olhos de seus admiradores externos e seus críticos domésticos, que perseveravam em reprovar-lhe a pouca importância atribuída à política e à história dos eventos. Nos últimos 20 anos, porém, alguns membros do grupo transferiram-se da História Socioeconômica para a Sociocultural, enquanto outros estão redescobrimo a História Política e mesmo a narrativa.<sup>8</sup>

A História Política, negligenciada pelo movimento dos *Annales*, passou por um processo de reelaboração a partir da segunda metade do século XX, se consolidando na década de 1980.

Assim, enquanto a História Política do século XIX mostrava uma preocupação praticamente exclusiva com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos *grandes homens*), já a Nova História Política que começa a se consolidar a partir dos anos 1980 passa a se interessar também pelo *poder* nas suas outras modalidades (que incluem

<sup>3</sup> FULLER, John Frederick Charles. *A Conduta da Guerra: estudo da repercussão da Revolução Francesa, da Revolução Industrial, da Revolução Russa, na guerra e em sua conduta*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002, p. 65.

<sup>4</sup> BURKE, Peter. *A Escola dos Annales — 1929-1989 A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Unesp, 1991, p. 17-22.

<sup>5</sup> Para uma análise das teorias científicas do século XIX, ver o capítulo III intitulado *A temática do cientificismo* da obra *A Invenção da História*, do professor Arno Wheling.

<sup>6</sup> BURKE, Peter. Op. cit., p. 12.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>8</sup> Ibidem.

também micropoderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações, e assim por diante!<sup>9</sup>

Trabalhando com novos objetos e fazendo uma reanálise dos antigos objetos de estudo, abordando-os sob novas perspectivas, a História Política e os demais campos se reavaliam e se revigoram.<sup>10</sup> Hoje entendemos que a História “é a história do homem, visto como um ser social, vivendo em sociedade”,<sup>11</sup> contrapondo a possibilidade de compreender as ações dos homens sem a consideração dos vários fatores constitutivos de um todo social que terão relação direta ou indireta com o objeto a ser analisado.<sup>12</sup> Como afirma Rémond, a “(...) renovação da História Política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas”.

Portanto, tentar entender uma esfera de poder sem compreender, por exemplo, a cultura política do grupo social em questão, a análise não será fidedigna e permitirá muitas lacunas. Os fenômenos históricos não são estanques, são constituídos de uma série de fatores (sociais, psicológicos, políticos, econômicos etc.) que se relacionam. Perder de vista esta relação compromete o resultado da pesquisa.

### **As fontes históricas e a metodologia da História**

Também se ampliaram a noção de fonte histórica<sup>13</sup> e a relação do historiador com as

mesmas. Fontes, na perspectiva da historiografia do século XIX, se resumiam a documentos escritos e autossuficientes na produção do conhecimento histórico criados no âmbito do Estado ou de suas manifestações, cabendo ao historiador o trabalho de heurística e hermenêutica dos mesmos. Conforme tal concepção, nos documentos oficiais estaria a História pronta.

Compreendemos este tipo de preocupação metodológica quando, analisando o século XIX, percebemos que, para a consolidação da cientificidade da história, a produção do conhecimento da mesma deveria obedecer aos postulados newtonianos em vigor (regularidades nos fenômenos naturais, organização mecanicista, estabelecimento de leis etc.).<sup>14</sup> A interferência do sujeito no processo (o mero observador, cujo único trabalho era o de descrever a fonte) era impedida pela justificativa de se buscar uma total imparcialidade no resultado da pesquisa. Essa “imparcialidade” garantia a cientificidade.

Ora, esta teoria encontra uma série de limitações. Tal imparcialidade se frustra logo no momento em que o pesquisador decide sobre o seu objeto de pesquisa. “Por que esse e não aquele?”, a própria escolha obedece a uma subjetividade. Como nos argumentos anteriores em que percebemos que não se compreende um fato se isolado de um todo social, reconhecemos também que, já no momento em que “escolhe a sua vocação até que aprende a processá-la, o historiador está rodeado de condicionamentos sociais inevitáveis”.<sup>15</sup> Arno Wehling afirma que:

<sup>9</sup> BARROS, José D'Assunção, *O campo da história: especificidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

<sup>10</sup> Idem, p. 106-109.

<sup>11</sup> BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 48.

<sup>12</sup> RÉMOND, René (Org.). *Por Uma História Política*, op. cit., p. 29.

<sup>13</sup> LEGOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992, p. 535-549.

<sup>14</sup> WEHLING, Arno. *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001, p. 57-60.

<sup>15</sup> FLORESCANO, Enrique. *A Função Social do Historiador* in *Tempo*, Revista do Departamento da UFF, n. 4, v. 2, 1997.

... nossa imagem do conhecimento histórico e do próprio processo é relativa à nossa própria cultura e não um padrão geral que possamos aplicar indistintamente a diferentes povos e épocas.<sup>16</sup>

Então, como não tornar o conhecimento histórico o resultado da mera subjetividade de quem o produz? A História seria mero discurso em obediência às concepções ideológicas do “pseudo-historiador”? Chegamos, então, ao ponto central desta discussão. O que vai impedir uma sobreposição na pesquisa dos aspectos pessoais psicossocioculturais ligados ao pesquisador será o instrumental metodológico utilizado na pesquisa. Essa será a forma pela qual o trabalho científico se afastará de uma pura e simples produção orientada por questões políticas e/ou ideológicas.

É do desejo que surgem a música, a literatura, a pintura, a religião, a ciência e tudo o que se poderia denominar criatividade. Mas é também do desejo que surgem as ilusões e os preconceitos. Esta é a razão por que a ciência, desde seus primórdios, tratou de inventar métodos para impedir que os desejos corrompessem o conhecimento objetivo da realidade.<sup>17</sup>

Entretanto, devemos alertar ainda que não será, pois, a “(...) terapia empregada no tratamento de uma doença incurável (...)” que irá “(...) restituir-nos a saúde”. Wheling ainda adverte:

O reconhecimento da aporia, aliás, não implica a superação das dificuldades que ela

envolve; serve-nos apenas para atilar o espírito contra as tentações do reducionismo. Imaginar que deixamos de ser etnocêntricos pelo simples fato de identificarmos o etnocentrismo equivale supor que a terapia empregada no tratamento de uma doença incurável pode efetivamente restituir-nos a plena saúde, quando o que se aspira é a convivência com o mal.<sup>18</sup>

Qual o melhor método a ser utilizado? O método selecionado terá relação direta, e inevitável, com a natureza do objeto. Rubem Alves avalia de seguinte maneira:

Que é que o que o leva a escolher o anzol? É o peixe que você espera pegar. A escolha do anzol é governada por uma hipótese acerca dos peixes que podem ser encontrados.<sup>19</sup>

Assim, o que vai determinar a forma como o pesquisador atuará junto ao seu objeto será a própria natureza do objeto, ou melhor, as hipóteses que se pretende confirmar. Ou seja, “... uma hipótese; a escolha de um anzol; a pesca de um peixe, de acordo com a hipótese”.<sup>20</sup> O resultado de qualquer pesquisa dependerá do instrumental metodológico aplicado.

Não queremos dizer com isso que para cada objeto exista apenas uma ferramenta de análise. Criticamos, dessa forma, a concepção de que cabe ao historiador buscar a “verdade histórica”, absoluta, irrefutável de qualquer objeto de pesquisa que caracterizou a historiografia do século XIX. Não existe uma única verdade histórica, não existe monocausalidade,

<sup>16</sup> WEHLING, Arno. Op. cit., p. 15.

<sup>17</sup> ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 41.

<sup>18</sup> WEHLING, Arno. Op. cit., p. 51.

<sup>19</sup> ALVES, Rubem. Op. cit., p. 112.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 113.



existem visões diferentes de um mesmo objeto de acordo com o instrumental metodológico empregado. Se observador “X” utilizar instrumental “X”, o resultado será “X”, se observador “Y” utilizar instrumental “Y”, terá resultado “Y”. Se trocarmos observadores e instrumentos, teremos os seguintes resultados: observador “X” + instrumental “Y” = resultado “Y”, observador “Y” + instrumental “X” = resultado “X”. Ao olharmos para o céu usando um binóculo e um telescópio, teremos visões diferentes de um mesmo objeto, o “céu”. Nenhuma será falsa, apenas cada resultado obedecerá à ferramenta que está sendo utilizada.

A própria relação sujeito-objeto foi alterada. Em lugar de relações de objetividade (científicas) e relações de subjetividade (não científicas) — com graus que iam do reísmo ao solipsismo —, abrem-se novas perspectivas, diferentes daquelas elaboradas a partir da teoria do conhecimento grego. Em lugar da simples associação do relativismo ao subjetivismo, assumiu aspecto primordial o papel da posição do observador na análise científica, posição esta que, fundamentada em premissas epistemológicas e procedimentos metodológicos, é ao mesmo tempo relativa (ao instrumental teórico disponível) e objetiva (porque corresponde, naquele nível e sob aquela perspectiva, ao conhecimento absoluto, máximo cognoscível sobre o objeto).<sup>21</sup>

Em síntese, a História é relativa porque permite diferentes abordagens de um mesmo objeto por meio de diferentes ferramentas de análise. O que não a torna mera subje-

tiva, pois a influência dos aspectos pessoais do sujeito (pesquisador) encontra como barreira os métodos científicos.

A teoria geral e a teoria especial da relatividade colocaram, em termos epistemológicos, a questão do perspectivismo no conhecimento: não a antiga visão subjetivista-solipsista dos sofistas, mas a relação relativista entre a posição do sujeito e o seu objeto.<sup>22</sup>

Hoje concebemos que tudo o que restou de uma sociedade e que nos possibilite elaborar um conhecimento da mesma — conhecimento relativo e provisório — é fonte histórica, e o historiador manuseará as fontes para dar-lhes a forma, ou seja, as fontes só responderão o que o historiador perguntar. Para E.H. Carr, as fontes estão disponíveis ao historiador como “(...) os peixes estão na tábua do peixeiro”. O historiador, tal como o peixeiro, “(...) deve reuni-los, depois levá-los para casa, cozinhá-los e então servi-los da maneira que o mais atrair”.<sup>23</sup> Os fatos não são autoexplicativos.

### E a História Militar?

Tais renovações metodológicas do conhecimento histórico e, inclusive, da história política estão sendo aplicadas ao estudo dos fenômenos militares, o que nos permite renovar as investigações neste campo de estudos, resultando em novas produções. Em outras palavras, atualmente os esforços estão voltados para analisar o fenômeno militar sob novas perspectivas, com novos objetos, procurando

<sup>21</sup> WEHLING, Arno. *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*, p. 91.

<sup>22</sup> Ibidem.

<sup>23</sup> CARR, E. H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 13.

do aprofundar a visão sobre objetos já analisados, enfim, levando em consideração todos os fatores da sociedade e do tempo em que está inserido o objeto de pesquisa.

A partir dessa concepção, as batalhas se tornam um dos objetos da História Militar; a História Militar não se esgota na batalha; e a batalha não perde importância, já que não é possível pensar no soldado e não pensar na batalha, na “guerra” em todas as suas conotações no tempo e espaço. São objetos da História Militar hoje os desdobramentos da guerra nas estruturas sociais, políticas, culturais etc.; os diferentes significados da guerra em diferentes culturas no tempo; a relação do fenômeno militar na organização sociocultural; as tradições (símbolos, imagens, canções etc.); o estudo das instituições militares; o gênero nas Forças Armadas etc. Há um campo fértil para o desenvolvimento de pesquisas.<sup>24</sup>

Tais esforços estão sendo empreendidos por profissionais, civis e militares, ligados a instituições diversas, como a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, o Instituto de Geografia e História Mili-

tar do Brasil, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO — e o Departamento de Educação e Cultura do Exército com o curso de História Militar Brasileira, formando especialistas em História Militar e produzindo conhecimento que não interessa apenas à História Militar, mas a todo o conhecimento histórico. Nas palavras do historiador Paulo André Leira Parente:

Os estudos produzidos no campo de investigação da História Militar devem estar atentos aos novos métodos e procedimentos de investigação surgidos nas ciências sociais. É importante buscar a incorporação de tais métodos e renovar constantemente o campo de investigação da História.<sup>25</sup>

Ainda há muito que se produzir no campo de História Militar, consciente que negligenciar o diálogo com os outros campos da História, como a chamada *Nova História Política*, com a história social, cultural, econômica, das ideias etc. é contribuir para a construção de um conhecimento estanque e pouco esclarecedor.



## Referências

- ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- BARROS, José D' Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales — 1929-1989 A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Unesp, 1991.
- \_\_\_\_\_. *História e Teoria Social*. São Paulo: UNESP, 2002.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Hector. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- \_\_\_\_\_. VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARR, E. H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

<sup>24</sup> Em artigo intitulado “Uma nova história militar? Abordagens e campos de investigação”, publicado na *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil* no ano de 2006, o professor Paulo Parente apresenta uma série de possibilidades de temas a serem explorados em História Militar.

<sup>25</sup> PARENTE, Paulo André Leira. “Uma Nova História Militar? Abordagens e campos de investigação”. *A Defesa Nacional*, nº 806, 3º Quadrimestre de 2006, p. 69.

- CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Victor e KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- DUBY, George. *A História Continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar / UFRJ, 1993.
- FLORESCANO, Enrique. *A Função Social do Historiador in Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, n. 4, v. 2, 1997.
- FULLER, John Frederick Charles. *A Conduta da Guerra: estudo da repercussão da Revolução Francesa, da Revolução Industrial, da Revolução Russa, na guerra e em sua conduta*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002, p. 65.
- GLENNISON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. São Paulo: DIFEL, 1961.
- LEGOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- PARENTE, Paulo André Leira. Uma Nova História Militar? Abordagens e campos de investigação. *A Defesa Nacional*, n. 806, 3º Quadrimestre de 2006.
- RÉMOND, René (Org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- WEHLING, Arno. *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora Gama filho, 2001.



## Editorial 2009

Coleção General Benício

ACHTUNG PANZER

O desenvolvimento da guerra blindada

Heinz Guderian

A obra apresenta a gênese da doutrina de emprego das forças blindadas com princípios ainda hoje aceitos e respeitados. O autor faz uma descrição dos cenários da Frente Ocidental, durante a Primeira Guerra Mundial, e revela como um exército "atado" pelas mais severas restrições pôde sobrepujar difíceis obstáculos e desenvolver-se, técnica e doutrinariamente, graças ao profissionalismo e à criatividade de seus chefes.

# Evolução das Forças Armadas brasileiras de 1864 a 1889: do apogeu à estagnação

*Bruno Gonçalves de Paiva*

*Carlos Roberto Carvalho Daróz*

*Fabian Costa Rodrigues*

*Fernanda das Graças Corrêa*

*Jorge Henrique Cardoso-Leão*

## O cenário

Como todas as instituições, as forças armadas evoluem conforme com as transformações ocorridas em um país através da História. No caso do Brasil não foi diferente.

O período compreendido entre 1864 e 1889 é rico em fatos históricos relevantes que transformaram a sociedade brasileira e, como reflexo direto, influenciaram as Forças Armadas Imperiais. Neste recorte temporal, o Brasil vivenciou a Guerra da Tríplice Aliança, a desmobilização no pós-guerra, as questões militares, a abolição da escravidão e a Proclamação da República.

O propósito do presente artigo é destacar a evolução do Exército e da Marinha Imperiais exatamente nesse período e analisar as modificações estruturais decorrentes. O caminho que levou as Forças Armadas do Império do apogeu à estagnação.

Para atingir tais objetivos, será estabelecida uma comparação entre o período em que

ocorreu a Guerra da Tríplice Aliança (1864-70) e a fase do pós-guerra, até a Proclamação da República em 1889, assinalada em cada um dos aspectos metodológicos da Nova História Militar.

## Recrutamento

Até 1864, o recrutamento para completar o efetivo do Exército Imperial consistia no voluntariado e, em maior quantidade, na convocação forçada, na qual eram incorporados despossuídos, criminosos, desocupados e menores órfãos. Havia considerável dificuldade para obter efetivos necessários, em razão do soldo ser pouco atrativo, inclusive para os oficiais, e do próprio tratamento dado aos soldados nos quartéis. Para compensar tal deficiência, o Imperador lançou mão da contratação de mercenários, os quais desempenharam papel importante na pacificação das revoltas internas no Período Regencial.<sup>1</sup>

Com a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança, o Brasil defrontou-se com a necessidade de

<sup>1</sup> Durante a pacificação da Revolução Farroupilha, o Exército Imperial empregou mais de uma centena de mercenários.

ampliar significativamente o Exército e, consequentemente, aumentar seu efetivo. Diversas medidas foram adotadas nesse sentido, como a mobilização da Guarda Nacional, o recrutamento de escravos libertos e, principalmente, a criação dos Corpos de Voluntários da Pátria, em janeiro de 1865, os quais possibilitaram completar os claros nas unidades existentes e mobiliar as novas unidades criadas.

Após o término das hostilidades, o Exército Imperial foi desmobilizado e os Corpos de

nova lei de recrutamento, que determinava o alistamento obrigatório e o sorteio para definir os conscritos que seriam efetivamente convocados. Por diversos motivos essa legislação não resolveu o problema do recrutamento, conforme observa Guilherme de Andréa Frota:

"... contudo, essa lei não teve aplicação prática dada a falta de espírito cívico em nosso País, aliado ao tratamento desumano que se dava ao recruta."<sup>2</sup>

Na verdade, o Exército enfrentaria dificuldades para recrutar seu pessoal até o início da República, o que comprometia a qualidade da instrução e a efetividade das operações militares.

### Instrução e adestramento

Já na década de 40 do século XIX, o governo demonstrou sua preocupação em melhorar a instrução do Exército, com a criação da Comissão Prática de Artilharia. A partir de 1850, foram adotados diversos regulamentos militares que regulavam a instrução e a tática: do Coronel Bernardo Zagalo, para a Infantaria; do Marechal britânico Beresford, para a Cavalaria; do Marechal João Carlos Pardal, para a Artilharia Montada, e as instruções da Guarda Imperial francesa para a Artilharia de Campanha.<sup>3</sup>

Apesar desse esforço de normatização, por ocasião da invasão paraguaia a instrução e o adestramento do Exército Imperial eram deficientes. A prática adquirida duramente no campo de batalha fez do Exército uma organização experiente e apta para o combate envolvendo grandes efetivos. Merece destaque a atuação de Caxias que, ao assumir o comando das forças da Tríplice Aliança, reorganizou o Exército e atribuiu prioridade para a instrução



*Voluntários da Pátria*  
(Voluntários da Pátria)  
in: Frotas 1982 - 300 anos da Pátria

Voluntários da Pátria

Voluntários extintos, ao mesmo tempo em que a Guarda Nacional retomava suas atividades policiais tradicionais. Novamente o Exército passou a sofrer com o problema do recrutamento. Em 26 de outubro de 1864, foi aprovada uma

<sup>2</sup> FROTA, Guilherme de Andréa. *Quinhentos Anos de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

<sup>3</sup> Idem.

dos oficiais e praças antes de iniciar a ofensiva contra o Paraguai.

A experiência em combate, no entanto, não foi aproveitada pelo governo brasileiro. A desmobilização do Exército e a rápida extinção dos Corpos de Voluntários da Pátria contribuíram para o não aproveitamento dos ensinamentos colhidos na guerra. Apesar dessa deficiência, em 1874 uma nova legislação do ensino militar foi adotada no sentido de proporcionar maior cultura ao oficial, o que acarretou a adoção das ideias positivistas e abolicionistas no seio do Exército. Como resultado, a oficialidade do Exército mergulhou no bacharelismo e no cientificismo, em detrimento dos conhecimentos propriamente militares, conforme destaca Tasso Fragoso.

“O Exército formou ilustrada plêiade de doutores, que não encontrariam nas organizações militares — tropas e estabelecimentos desapearelhados e sem vitalidade marcial — o campo de emprego para seus vastos conhecimentos, capaz de servir de antídoto ao excesso de academicismo do ensino.”<sup>4</sup>

A incapacidade militar gerada pelas ideias positivistas ficaria evidente no primeiro desafio enfrentado pelo Exército na República, com os sucessivos fracassos militares contra o arraial de Canudos.

### Logística

A logística militar herdada do Primeiro Reinado era deficiente e, de certa forma, realizada empiricamente. Na guerra contra o Pa-

raguai, a logística baseava-se no aproveitamento de recursos locais, no fornecimento de itens produzidos na Corte e era complementada pelas “vivandeiras”, que acompanhavam os soldados em sua marcha pelo território inimigo. Quando assumiu o comando, Caxias introduziu diversos melhoramentos no sistema logístico da Tríplice Aliança, particularmente no fornecimento de itens de suprimento e na organização de um eficaz serviço de saúde em campanha.

Assim como a instrução, a logística militar sofreu com o término da guerra, e, mais uma vez, os ensinamentos colhidos não foram aproveitados. Mesmo com a Criação da Intendência de Guerra em 1872, representando a formalização do sistema logístico no Exército Imperial, este conviveria com uma logística militar deficiente até os últimos dias do Império.

### Armamento

Diferentemente do recrutamento, da instrução e da logística, que enfrentariam um período de decadência no pós-guerra, o armamento empregado pelo Exército evoluiu consideravelmente após o término das hostilidades com o Paraguai.

Em 1864, a Infantaria brasileira era armada com os fuzis de pederneira carregados pela boca Minié e Enfield, introduzidos em 1858, enquanto as unidades de Caçadores eram dotadas de carabinas também de antecarga. Esse armamento apresentava pouca precisão, baixa cadência de tiro e obrigava o soldado a ser intensamente instruído com o material antes de ser capaz de empregá-lo eficazmente. As tropas de Artilharia e o Batalhão de Engenheiros utilizavam um mosquete que apresentava as mesmas dificuldades de operação. Em melhor situação estavam os soldados da Cavalaria,

<sup>4</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. *Tasso Fragoso: um pouco de história do nosso Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.



1. Espingarda ou granadeira de fulminante sistema Minié, para infantaria de linha e fuzileiros.
2. Baioneta triangular para a mesma arma.
3. Carabina do mesmo sistema, para infantaria ligeira e caçadores a pé.
4. Refle ou sabre-baioneta para essa arma.
5. Clavine do referido sistema para cavalaria ligeira e caçadores a cavalo.
6. Pistola de fulminante usada pela cavalaria.

Armamento empregado pelo Exército Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança<sup>5</sup>

dotados com clavinas Spencer, mais modernas de repetição, pistola, sabre e lança.

A Artilharia do Exército Imperial baseava-se nos sistemas francês, português e brasileiro, com destaque para o canhão de tiro rápido *La Hitte*.<sup>6</sup> Contudo, os sistemas e os calibres diferentes acarretavam grandes dificuldades para o sistema logístico. A munição utilizada



Bateria de canhões de tiro rápido *La Hitte* em posição durante a Guerra da Tríplice Aliança

pelos canhões brasileiros consistia nas granadas, *schrappnell* e lanternetas.

Na última fase da Guerra da Tríplice Aliança foi distribuído armamento mais moder-

no para a Infantaria brasileira, o qual permitia atingir alvos mais distantes com maior rapidez de tiro. Em 1870, foi estabelecida a Comissão de Melhoramentos do Material do Exército, sob a direção do Conde d'Eu, o qual procurou aproveitar a experiência adquirida na guerra contra o Paraguai. Como resultado, foi introduzido na Infantaria o fuzil de agu-



Canhão Krupp de origem alemã adotado pelo Exército Imperial<sup>7</sup>

lha Comblain e mantida na Cavalaria a clavina Spencer, que demonstrara sua eficiência durante a guerra. A Guerra da Tríplice Aliança representou para o Exército Imperial o fim do sistema de pederneira e carregamento dos fuzis pela boca.

A Artilharia do pós-guerra adotou materiais mais modernos, com maior alcance e cadência de tiro, com destaque para a introdução dos canhões Krupp alemães, a partir de 1881, que se haviam destacado durante a Guerra Franco-Prussiana (1870-71).

### Liderança e pensamento militar

Durante a Guerra da Tríplice Aliança, as tropas brasileiras foram comandadas por oficiais afetos às atividades profissionais e experimentados nas campanhas do Prata e na pacifi-

<sup>5</sup> BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Acervo do museu da Academia Militar das Agulhas Negras



cação das revoltas internas do Período Regencial, como Caxias, Osório, Porto Alegre e Mallet, dentre outros, quase todos comprometidos com a Monarquia.

Nas duas décadas finais do século XIX, tais chefes militares foram reformados e morreram, dando espaço a uma nova geração de oficiais, com menor grau de lealdade ao Imperador. Nesse período destacam-se os tenentes-coronéis Benjamin Constant e Sena Madureira, que conseguiram incutir na jovem oficialidade do Exército ideias positivistas, republicanas e pacifistas. Como consequência, proliferou nas escolas militares brasileiras o bacharelismo, e o preparo técnico-profissional do Exército declinou abruptamente, como observa Tasso Fragoso:

“Os oficiais positivistas com seu pacifismo só contribuíram para enfraquecer o espírito guerreiro, sem o que não existirá organização armada digna do nome.”<sup>8</sup>

Essa situação de despreparo permaneceria até o fim do Império e, como já foi assinalado, cobraria seu tributo na Campanha de Canudos no início da República.



Ten Cel Benjamin  
Constant



Ten Cel Sena Madureira

<sup>8</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. *Tasso Fragoso: um pouco de história do nosso Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.

## Organização

O Exército de 1864 era pequeno e despreparado para enfrentar a invasão paraguaia. Com o início da guerra, no entanto, foi necessária uma ampliação significativa nos efetivos e unidades do Exército, que, em seu apogeu, atingiu a seguinte estrutura:

- 22 Batalhões de Infantaria de Linha;
- 58 Corpos de Voluntários da Pátria;
- cinco Regimentos de Cavalaria;
- cinco Corpos Caçadores a Cavalo;
- quatro Regimentos de Artilharia;
- um Batalhão de Engenheiros;
- Esquadrões de Transportes;
- unidades da Guarda Nacional;
- outras unidades diversas.

Tal Exército compreendia aproximadamente 130 mil homens. Com o término da guerra, o Exército Imperial foi reduzido drasticamente, a Guarda Nacional desmobilizada e os Voluntários da Pátria extintos, juntamente com algumas unidades regulares. Para dimensionar a redução do Exército nos anos do pós-guerra, pode-se verificar a situação do efetivo: em 1880 o Exército possuía 15 mil homens e, no período entre 1881 e 1889, era constituído por um efetivo de 11 a 13 mil oficiais e praças, totalizando apenas 10% do efetivo mobilizado durante a Guerra da Tríplice Aliança.

## A situação da Marinha Imperial

Da mesma forma que o Exército, a Marinha Imperial foi surpreendida despreparada quando da invasão paraguaia. Seus navios eram construídos para operações marítimas e poucos possuíam calado adequado para navegar nos rios da Bacia do Prata, sítio onde foram travadas quase todas as batalhas. Havia, sobretudo, falta de encouraçados capazes de operar em ambiente fluvial. Visando compensar tais

deficiências, o governo brasileiro encomendou navios no estrangeiro e incrementou a produção de embarcações no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro com sistema duplo de propulsão. Desta forma houve tempo hábil para incorporar à Armada diversos navios com capacidade



Encouraçado *Brasil* operando no Rio Paraguai

de operação fluvial, entre eles o encouraçado *Brasil* (1865) e 12 canhoneiras.

A Marinha Imperial desempenhou papel decisivo no conflito contra o Paraguai, realizando operações conjuntas com o Exército e proporcionando o apoio logístico essencial ao sucesso das campanhas. Na execução de suas missões, a Marinha Imperial gozou de refinada liderança, com destaque para os almirantes Tamandaré, Barroso e Inhaúma. Acerca das ações navais juntamente com o Exército, Tamandaré assim expressou seu pensamento:

“Está a Esquadra brasileira em condições de destruir todas as fortificações paraguaias, do Passo da Pátria até Assunção, mas a necessidade é de um plano de ação conjunta entre a força terrestre e naval”.<sup>9</sup>

Se no início da guerra a Marinha encontrava-se em situação de preparo semelhante à

do Exército, após o conflito seguiu caminhos completamente opostos. Em razão das próprias características da oficialidade naval, mais ligada à Monarquia, as ideias positivistas não encontraram campo fértil na Marinha, a qual se manteve distante das questões militares e abolicionistas.

No período final do Império, a Marinha consolidou sua formação segundo o modelo naval britânico e cresceu em tamanho e poderio com a aquisição de modernas embarcações no estrangeiro, como os encouraçados *Aquidabã* e *Riachuelo*, tornando-se uma das mais expressivas potências navais das Américas.

### Considerações finais

O período considerado no presente trabalho levou o Exército Imperial a dois extremos: apogeu e estagnação. Por motivos diversos não houve o aproveitamento do elã alcançado nem dos ensinamentos colhidos na Guerra da Tríplice Aliança, e, como consequência, o preparo técnico e profissional do Exército entrou em decadência nos últimos 20 anos do Império, o que se tornou evidente no fracasso das primeiras expedições contra Canudos.

Após prestar importante serviço ao Império, derrotando as forças de Solano López que ameaçavam a integridade territorial brasileira, o Exército foi desvalorizado, gerando uma insatisfação com o regime monárquico e acarretando na participação direta nas campanhas abolicionista e republicana. A Marinha, por outro lado, experimentou uma ascensão em tamanho e poderio e permaneceu mais junto ao Imperador até a Proclamação da República, em 1889.

No período, sobretudo, perdeu-se uma grande oportunidade no campo militar, com a não inserção do Exército Imperial no contexto dos exércitos da era industrial. ●

<sup>9</sup> MOURA, Aureliano Pinto. *A Guerra da Tríplice Aliança – a ofensiva de 1866*. Rio de Janeiro: Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 2007.

## Referências

- ALVES, Joaquim V.P.F. *Seis Séculos de Artilharia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1959.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. *Tasso Fragoso: um pouco de história do nosso Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.
- BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscência da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.
- DONATO, Hernâni. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1982.
- FROTA, Guilherme de Andréa. *Quinhentos Anos de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- MAGALHÃES, João Batista. *Osório – Síntese de seu Perfil Histórico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1978.
- . *Civilização, Guerra e Chefes Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- MOURA, Aureliano Pinto. *A Guerra da Tríplice Aliança — a ofensiva de 1866*. Rio de Janeiro: Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 2007.
- O Exército na História do Brasil – Volume II*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora; Salvador: Odebrecht, 1998.
- RUAS SANTOS, Francisco. *A Arte da Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.



## Editorial 2009

### Coleção General Benício

PODER MUNDIAL

A guerra no século XXI

*George Friedman e Meredith Friedman*

Essa obra trata das profundas modificações acarretadas pelo avanço da tecnologia digital na arte da guerra. Segundo os autores, ao encerrar-se o século XX, o Mundo assistiu ao final da primeira era geopolítica global, que persistiu por 500 anos.

# Instituições militares brasileiras e relações internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial

*Juraci Ferreira Galdino*

## Introdução

Uma nova ordem emerge dos escombros da Segunda Guerra Mundial, cuja característica marcante é a bipolarização das relações internacionais centrada nas duas grandes potências mundiais: Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Essa nova ordem mundial perdurou até 1991, quando ocorreu o desmembramento da URSS. Fato que deu lugar a um período subsequente, no qual desponta o poder hegemônico americano.

O desenvolvimento de artefatos de destruição em massa, mormente o nuclear, e o domínio do processo de produção desses artefatos por vários países, eventuais beligerantes em uma Terceira Guerra Mundial, criaram uma atmosfera de terror — o medo do holocausto nuclear —, que contribuiu para tornar inconcebível o emprego desses artefatos. O artefato nuclear assumiu assim um papel dissuasório.

A Doutrina Trumam, de 12 de março de 1947, de ajuda militar e econômica dos países sob ameaça comunista, marcou o início da Guer-

ra Fria. Isso, aliado ao poder dissuasório do artefato nuclear, impulsionou o desenvolvimento de sofisticadas armas convencionais e processos de comunicações, comando e controle, os quais foram adotados em diversos conflitos que ocorreram durante a Guerra Fria, como a Guerra do Vietnã.<sup>1</sup>

Este artigo apresenta, de forma bastante sucinta, alguns reflexos do pós-Segunda Guerra Mundial no âmbito nacional e internacional. No primeiro caso, ênfase especial é dada à criação da ESG e a alguns aspectos atinentes à indústria bélica nacional. No último, são evidenciadas algumas características marcantes das relações internacionais.

## Relações internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial representa um marco crucial da história mundial, com reflexos marcantes em todos os setores da sociedade, mormente dos países que dela se envolveram diretamente (CORREIA NETO, 1999).

Uma dessas consequências foi a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), or-

<sup>1</sup> Este conflito apresenta alguns aspectos sintomáticos das guerras contemporâneas. Um deles é a proliferação de imagens, vídeos, sinais de TV e reportagens em tempo real, envolvendo o desenrolar dos conflitos e as atrocidades cometidas nos campos de batalha. Tal exposição mobiliza a população e exerce influência crucial na opinião pública, tornando-a importante na condução de conflitos. Especificamente no caso da Guerra do Vietnã, as pressões realizadas pela opinião pública foram uma das razões para o governo dos EUA providenciar o fim da guerra.

ganismo multilateral cujo objetivo precípua é a salvaguarda da paz.<sup>2</sup>

Muitos acordos e tratados voltados para a defesa foram assinados no período da Guerra Fria, tais como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), em 1947, envolvendo a segurança coletiva do hemisfério e a defesa recíproca dos signatários,<sup>3</sup> a Organização do Atlântico Norte (Otan), um pacto militar de defesa mútua, em caso de agressão a algum dos signatários, ou de subversão interna desses signatários contra governo legalmente estabelecido; e o Pacto de Varsóvia, tratado de assistência mútua da Europa Oriental. Um contraponto à Otan. Outra característica marcante do período foram os processos de independência das colônias europeias na Ásia e África e o surgimento de novos países pela fragmentação de outros.

Dois atores sobressaíram nas relações internacionais, a saber: as Organizações Não-Governamentais (ONGs), além das governamentais, e as empresas multinacionais.

Apesar de antigas no cenário internacional, como a Cruz Vermelha Internacional e a Associação Internacional do Trabalho,<sup>4</sup> as ONGs proliferaram depois da Segunda Guerra Mundial, particularmente nos últimos 30 anos, em razão, principalmente, do reconhecimento da ONU da importância dessas organizações, por meio do Artigo 71 da Carta de São Francisco (GONÇALVES, 2004). Atualmente, tais organizações exer-

cem um papel importante em todas as áreas ou setores da sociedade.

As empresas multinacionais assumiram um lugar de destaque no funcionamento do sistema capitalista, porém a atuação dessas empresas em países subdesenvolvidos tem suscitado muitas discussões e controvérsias (GONÇALVES, 2004).

Por fim, merece destaque três questões que entraram definitivamente na agenda das relações internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial: a integração econômica, os direitos humanos e a questão ambiental. A integração econômica por meio de área de tarifas preferenciais, de área de livre comércio, de união aduaneira, de mercado comum ou de união monetária e econômica é um fenômeno marcante do capitalismo pós-Segunda Guerra Mundial.

Alguns exemplos dessas integrações no contexto latino-americano são: Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc) — posteriormente substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) —, o Pacto Andino, o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), o Mercado Comum do Caribe (Caricom) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Os direitos humanos nas relações internacionais ganharam notoriedade no pós-Segunda Guerra Mundial, em virtude, principalmente, das atrocidades cometidas por nazistas em nome do Estado. A maior integração entre os povos, a exploração cada vez mais agressiva do meio ambiente

<sup>2</sup> Com o passar dos anos, a ONU sofreu mudanças e incorporou novas funções às originais. No entanto, além de problemas financeiros, oriundos, em parte, da ampliação de suas funções, a ONU enfrenta um importante problema político. Os assentos permanentes do Conselho de Segurança são os mesmos desde a sua criação, apesar das grandes transformações ocorridas no cenário internacional nesse interregno. Isso tem provocado explícitas manifestações de governantes de diversos países, inclusive do Brasil, no sentido de serem promovidas mudanças substanciais no referido órgão. Tal fato, aliado às decisões unilaterais recentes em assuntos atinentes ao órgão, pode colocar em dúvida sua legitimidade.

<sup>3</sup> A Argentina reivindicou equivocadamente o Tiar na Guerra das Malvinas, pois a ideia central desse tratado é o de considerar a agressão realizada a uma nação americana, como realizada a todas as nações americanas. Assim sendo, o tratado não envolve situações em que uma nação americana assume o papel de agressor, como ocorreu no referido conflito.

<sup>4</sup> Essas ONGs foram criadas, respectivamente, em 1863 e 1864, sendo a última, a Associação Internacional dos Trabalhadores, precursora da Segunda Internacional, 1889, e da Internacional Comunista, 1919.

e a intensificação da industrialização tornaram mister a regulamentação, preservação e controle dos recursos naturais, sob pena de serem causados ao planeta danos ambientais irreparáveis.

Malgrado a inserção da questão ambiental na agenda internacional a partir da década de 1960, esse tema passou a receber maior atenção nas últimas décadas, por causa dos alertas de agências internacionais, ONGs e pesquisadores sobre os efeitos funestos da redução da camada de ozônio, do aquecimento global e das mudanças climáticas.

Desenvolvimento sustentável, o controle da emissão de gases poluentes e a preservação de florestas são algumas das questões de peso que orbitam em torno do tema ambiental.

### **Reflexos da Segunda Guerra Mundial na indústria bélica nacional**

O advento da Companhia Siderúrgica Nacional, fruto da cooperação entre Brasil e EUA, e as restrições à importação decorrentes da Segunda Guerra Mundial impulsionaram o desenvolvimento industrial no Brasil.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, havia uma grande expectativa dos governantes brasileiros quanto à continuidade da cooperação econômica dos EUA em relação ao Brasil.

Embora tenha ocorrido alguma cooperação, essa expectativa foi frustrada, pois a América do Sul assumiu um papel secundário na estratégia americana para a segurança do hemisfério. Afinal, essa região não era problemática para os EUA, pois aqui o comunismo não se apresentava como elemento ameaçador.

Nos primórdios da Segunda Guerra Mundial, a indústria militar brasileira contava com quatro arsenais e nove fábricas; todos coordenados pela Diretoria de Fabricação e Recuperação do Exército (CARVALHO, 1999). Duran-

te o período da Segunda Guerra Mundial, esse complexo industrial operava no limite para suprir necessidades do Exército.

Ao vigorar o Acordo Brasil-Estados Unidos de Assistência, o Brasil passou a receber material bélico excedente da guerra em grande quantidade. Diante disso e da desmobilização havida após a Segunda Guerra Mundial, o complexo de indústria bélica nacional reduziu drasticamente a produção e entrou em decadência, mormente aqueles setores cujos produtos tinham condições remotas de serem comercializados, em razão da existência de similares que, por força do acordo supracitado, mobilizavam o Exército sem impactar em seu orçamento. No início da década de 1970, algumas fábricas foram desativadas.

Na década de 1970 surge, em São Paulo, a Engenheiros Especializados S/A (Engesa). Em seu auge, nas décadas de 1970 e 1980, essa empresa chegou a exportar seus produtos para 37 países, a maioria deles situados na América do Sul e no Oriente Médio. A Engesa inicialmente se notabilizou na fabricação de caminhões para o emprego militar e, principalmente, na produção de duas importantes viaturas blindadas sobre rodas: o Urutu, veículo anfíbio de transporte de tropas, e o Cascavel, veículo de reconhecimento. Posteriormente, nela foi desenvolvido um importante carro de combate sob lagartas, o Osório. Esse carro de combate era tão moderno e sofisticado que se equiparava com os melhores do mundo.

A Engesa realizou investimento maciço na produção desse carro de combate, visando uma volumosa venda à Arábia Saudita. A frustração dessa venda, a Guerra do Golfo e algumas decisões estratégicas equivocadas levaram-na à falência.

Após a prévia e sucinta discussão do panorama da indústria bélica nacional no pós-Segunda Guerra Mundial, torna-se peremptório tecer alguns comentários sobre as pesqui-

sas voltadas para o setor bélico, aspecto indispensável para alavancar uma indústria de sucesso. Para fins dessa discussão, toma-se como referência a área de mísseis e foguetes.

O interesse pelos foguetes foi renovado na Segunda Guerra Mundial com os V-2 alemães. Com esses artefatos ficou demonstrada a capacidade de se atingirem alvos a centenas de quilômetros.

As possibilidades bélicas auferidas pelos foguetes desencadearam uma verdadeira disputa tecnológica para dominar e aprimorar as características de desempenho desses artefatos. A par disso foi impulsionada a corrida espacial, mormente entre russos e americanos.

No Brasil, instaurou-se o programa de desenvolvimento de um foguete de sondagem do Exército, desenvolvido na Escola Técnica do Exército (ETE), precursora do atual Instituto Militar de Engenharia (IME). A primeira iniciativa nesse sentido foi a realização de um Projeto de Fim de Curso cujo objetivo era a produção de um foguete. Muitas dificuldades tiveram de ser suplantadas em razão do incipiente desenvolvimento industrial e até da inexistência de um campo de prova de dimensões apropriadas (CASTRO, 2002).

A partir dessa iniciativa, muitos trabalhos de pesquisa foram realizados visando ao desenvolvimento de foguetes e mísseis na ETE/IME e na Marambaia, pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento e seus antecessores e órgãos subordinados, como a Comissão Central de Mísseis, esta última criada em 1961.

Como exemplos de produtos de sucesso decorrentes dessas pesquisas podem ser citados o lançador M108R e os foguetes da série ASTROS, ambos produzidos pela Avibrás Aeroespacial SA.

### **A Escola Superior de Guerra — ESG**

Em 1949, foi criada a ESG no Rio de Janeiro, cujos objetivos primordiais são difundir em

membros das elites civil e militar um modelo de planejamento estratégico; bem como desenvolver e propalar uma filosofia baseada na segurança e desenvolvimento nacionais, aspectos poucos evidenciados na sociedade brasileira de então.

Desde a sua criação, a ESG exerce grande influência no cenário nacional, mas foi nas décadas de 1960 a 1980 que essa influência foi determinante para os destinos da política nacional.

Sobre o trabalho realizado pela ESG, um de seus ex-comandantes, o General de Divisão R/1 Carlos Patrício Freitas Pereira, afirma (PEREIRA, 2007):

“Foi gradativamente elaborada uma doutrina de ação política, teórica e prática, necessária como instrumental metodológico aos estudos e às discussões sobre os problemas brasileiros e respectivas soluções.”

Uma vertente do pensamento geopolítico da ESG é a integração nacional. Avesso à doutrina de soberania limitada, prega-se o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica. Alerta-se, desde os seus primórdios, para os interesses escusos subjacentes às ideias de proteção dos “povos indígenas”, mormente daquelas relacionadas à criação de reservas fronteiriças.

O desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro e da Amazônia Legal, o desenvolvimento transnacional da Amazônia, mormente nas áreas de fronteira como forma de estimular a integração, a cooperação e o crescimento econômico dos países amazônicos, a integração nacional, o desenvolvimento de uma política brasileira para a Antártica, fundamentada na tese de defrontação, em contraposição à tese de patrimônio comum, apoiada pelos países desenvolvidos, são alguns dos temas defendidos por algumas das ilustres personalidades que passaram pela ESG, como Golbery do Couto e Silva, Meira Mattos e



Therezinha de Castro. Malgrado a sua influência no cenário nacional ter arrefecido a partir da década de 1990, a ESG se mantém fiel aos objetivos que nortearam a sua criação, sendo assim conceituada pelo General de Divisão R/1 Carlos Patrício Freitas Pereira (PEREIRA, 2007):

“...suprapartidária, não ideológica, adogmática, dinâmica, de livre pensamento na condução e difusão de seus estudos prospectivos, exclusiva em formar chefes militares aptos às operações combinadas exigidas pela guerra moderna e, ainda, a única a integrar civis e militares pela consolidação do Ministério da Defesa...”

### Considerações finais

O progresso científico e tecnológico ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial contribuiu para a evolução do pensamento militar e da arte da guerra. No Brasil, essa evolução impulsionou reformas, aprovadas em abril de 1946, que estabeleciam a constituição das Forças Armadas do Brasil em Marinha, Exército e Aeronáutica, cujas missões e organizações foram intensamente influenciadas pela Segunda Guerra Mundial.

Considerando a situação financeira do País e os ensinamentos da Segunda Guerra Mundial, a reforma priorizou a formação de recursos humanos e de uma pequena força, altamente eficiente, capaz de enfrentar uma guerra moderna.

Outro marco na evolução doutrinária ocorreu em 30 de abril de 1952, quando o Con-

gresso Nacional aprovou o Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos, visando fortalecer os compromissos pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

Esse acordo previa a realização de ações conjuntas visando à defesa e à manutenção da paz e da segurança no hemisfério ocidental. No entanto, ele previa a transferência de excedentes de guerra, o que trouxe malefícios à indústria bélica nacional.

O grande potencial econômico, a enorme dimensão geográfica e a grande quantidade de recursos naturais colocam o Brasil em posição de destaque no cenário mundial. Porém, o poder militar nacional, mormente no que se refere aos aspectos de ciência e tecnologia, não condiz com essa posição de destaque.

Torna-se peremptória a modernização das Forças Armadas. Todavia essa modernização não pode ser obtida por mera aquisição de equipamentos no exterior. Uma vez que isso provoca uma dependência tecnológica especialmente danosa, sobretudo na área de defesa e segurança nacional.

Cabe mencionar que as atuais relações internacionais caracterizadas pela ação de empresas multinacionais, acordos internacionais, ONGs, globalização, questões ambientais e direitos humanos impõem restrições à soberania nacional, requerendo adaptações e modernizações dos sistemas de defesa e segurança nacionais para fazer frente a esses desafios.

### Referências

- CARVALHO, E. P., “Evolução industrial do Brasil”, *Revista do IGHMB*, Ano 59, Nº 86, 45-65, 1999.
- CASTRO, A. H. F. de, “O Exército e a pesquisa aeroespacial: 150 anos de aventura”, 21-29, *Revista Da Cultura*, Ano II, Nº 3, 2002.
- CORREIA NETO, J. M., “Causas e reflexos da Segunda Guerra Mundial”, *Revista do IGHMB*, Ano 59, Nº 86, 91-121, 1999.
- GONÇALVES, W., *Relações Internacionais*, Jorge Zahar Editor, 2004.
- PEREIRA, C. P. F., *Geopolítica e o futuro do Brasil: Amazônia Ocidental e Pantanal — Comunidade Sul-Americana*, Biblioteca do Exército Editora, 2007.

# Reflexões sobre o Poder Naval brasileiro: da Guerra do Paraguai até o tempo presente\*

Francisco Eduardo Alves de Almeida\*\*

**E**m 1º de março de 1870, Francisco Solano López foi morto por tropas brasileiras comandadas pelo General Câmara, praticamente terminando a terrível e dolorosa Guerra do Paraguai. Foram mais de cinco anos de intensos combates nos quais pereceram aproximadamente 33 mil brasileiros, segundo a *História do Exército Brasileiro*, publicada em 1972 pelo Estado-Maior do Exército.<sup>1</sup>

Não se tem uma ideia precisa dos mortos brasileiros pertencentes à Marinha de Guerra. Os números apresentados até hoje são apenas especulativos. O que se tem certeza absoluta foi o grande esforço despendido por essa Força Armada nos anos de guerra.

Inicialmente voltada para as atividades marítimas, a Marinha Imperial teve de se adaptar às difíceis condições da guerra ribeirinha, em regiões pouco conhecidas e de baixa profundidade. Até aquele momento, a Marinha Imperial brasileira tinha preocupações oceânicas, embora o Prata possuísse relevância estratégica, em virtude de um contencioso histórico com a Confederação Argentina, que nutria esperanças de liderar um grande bloco republicano, de modo a impedir as investidas

brasileiras na região, consideradas expansionistas e ameaçadoras à integridade portenha.

No início do conflito, a Marinha Imperial compunha-se de 45 navios armados, sendo 33 a vapor e 12 a pano, com 609 oficiais e 3.627 praças,<sup>2</sup> o que se constituía em uma força naval razoável, em comparação com os inimigos paraguaios, que contavam com cerca de metade desses números.

Avalio que a Marinha passou, durante a campanha, por quatro grandes, difíceis e memoráveis momentos na guerra. O primeiro deles foi a Batalha Naval do Riachuelo, ocorrida em 11 de junho de 1865, quando, por meio de uma manobra arriscada do Almirante Barroso, um encontro inicialmente desfavorável transformou-se em uma vitória retumbante. Uma verdadeira batalha decisiva. Com essa vitória, a Marinha brasileira impediu o fluxo logístico paraguaio, em um momento perigoso para as Armas brasileiras. Além disso, praticamente varreu os navios paraguaios dos rios Paraná e Paraguai. A partir desse combate, o Poder Naval paraguaio deixou de existir.

Um segundo momento foi a bem concebida manobra de desembarque anfíbio no Pas-

\* Colaboração do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil — IGHMB.

\*\* O autor é Capitão-de-Mar-e-Guerra, historiador, Vice-Presidente do IGHMB e professor da Escola de Guerra Naval — EGN.

<sup>1</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 461.

<sup>2</sup> VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*, Rio de Janeiro: BIBLIX, 1985, p. 34.

so da Pátria em abril de 1866. Naquela oportunidade, o Almirante Tamandaré, Comandante-em-Chefe das Forças Navais brasileiras, conduziu seus navios com maestria e transportou cerca de 65 mil soldados do Exército<sup>3</sup> da margem esquerda do Rio Paraná para a margem esquerda do Rio Paraguai no Passo da Pátria, em total segurança. Como sabemos, uma operação anfíbia é uma operação complexa, que requer uma estreita coordenação de fogos de apoio, um cronograma de desembarque corretamente organizado, uma perfeita compreensão do sistema de comunicação entre navios e tropa de desembarque e por fim um *timing* preciso e encadeado.

O terceiro momento fundamental para a Marinha Imperial foi a Passagem de Humaitá, já em fevereiro de 1868, estando as forças navais imperiais sob o comando geral do Almirante Joaquim José Inácio, chefe modesto que comandou, com grande pertinácia e equilíbrio, a Esquadra brasileira após o fracasso de Curupaiti.

Joaquim Inácio substituíra seu grande amigo Tamandaré, logo após o ataque a essa fortificação paraguaia. Tamandaré vinha se atriando com Mitre no modo como a Esquadra Imperial deveria ser utilizada. Mitre preconizava a exposição dos navios brasileiros aos fortes paraguaios, o que era recusado enfaticamente por Tamandaré, que via nessa atitude uma manobra de Mitre para ver destruído o Poder Naval brasileiro e assim enfraquecer a posição estratégica do Império na região. Os atritos entre esses dois chefes militares culminaram no afastamento de Tamandaré, de modo a se preservar a Tríplice Aliança. Joaquim Inácio viera para apaziguar os ânimos.

A Passagem de Humaitá veio demonstrar que, apesar de muito avariados, os navios bra-

sileiros tinham condições de enfrentar as cidadelas inimigas e forçar a passagem, apoiando com seus fogos de apoio a manobra bem conduzida por Caxias, de envolvimento de Humaitá pela retaguarda. Nessa passagem distinguiu-se o jovem Tenente Joaquim Cordovil Maurity, comandante do *Alagoas* que forçou a passagem quatro vezes, demonstrando, além de coragem pessoal, grande capacidade marinheira em condições adversas.

Por fim, o último momento decisivo da Marinha Imperial foi a conhecida manobra de Piquissiri, em outubro de 1868, habilmente imaginada por Caxias, que provocou a total ruptura do dispositivo de defesa de López, que se viu abordado pela retaguarda, obrigando-se a mudar a disposição de suas forças de defesa. A Esquadra Imperial, além de bombardear os fortes inimigos, transportou os efetivos do Exército de uma margem a outra do Rio Paraguai em total segurança.

Esses foram os quatro grandes momentos decisivos da Armada Imperial. A Marinha brasileira saía da guerra com grande capacidade ofensiva. Embora tivesse grande número de navios fluviais, o que a transformava em uma potência fluvial regional, esses meios eram modernos e no estado da arte. O principal legado da guerra foi o adestramento das tripulações brasileiras em combate. A maioria dos tripulantes da Armada servira no teatro de operações do Paraguai e sentira o cheiro da fumaça dos tiros de canhões e das descargas dos fuzis. Eram assim experientes em combate, e essa experiência de guerra fazia da Marinha Imperial um eficiente instrumento de política estatal, dotada de grande credibilidade. Além disso, o Arsenal da Corte, em resposta às demandas da guerra, construíra grande número de navios de guerra, entre canhoneiras, bombardeiras, monitores, vapores de diversos tipos e encouraçados, um

<sup>3</sup> DORATIOTO, Op. cit. p. 205.

desses encouraçados foi construído no tempo recorde de apenas quatro meses!<sup>4</sup>

Ao final da guerra, a Marinha Imperial possuía 94 vasos de guerra, dos quais 16 encouraçados, com um total de 6.474 homens.<sup>5</sup> Em número de navios, a Armada Imperial só era superada pelas marinhas da Grã-Bretanha, Rússia, Estados Unidos e Itália.<sup>6</sup>

Por mais paradoxal que seja, a partir de 1870, até a instituição do Programa de Construção Naval de 1906, verificou-se um longo e lento declínio do Poder Naval brasileiro, cujo ponto mais baixo foi a Revolta da Armada de 1893.

Os motivos para esse nadir foram muitos. Podemos citar: a diminuição da prioridade na questão do Prata, em comparação com outras demandas mais urgentes, fazendo com que os poucos recursos fossem carreados para outros setores; a Revolução Tecnológica, agregada a uma Segunda Revolução Industrial trouxe inovações importantes no campo naval, tais como a substituição da lenha pelo carvão mineral como combustível mais eficiente e o emprego do aço em substituição ao ferro na construção naval, tornando os navios mais resistentes e leves; a invenção de novos sistemas mecânicos de direção de tiro, de canhões mais sofisticados e de equipamentos de controle das máquinas mais aperfeiçoados, que viriam provocar uma defasagem cada vez maior entre o estado da arte e a situação profissional dos quadros da Armada. Por fim, o próprio desgaste da Marinha com o poder político nacional, que temia a emergência de uma marinha forte que pudesse criar novas dificuldades para a gestão do país como a ocorrida em 1893.

<sup>4</sup> VIDIGAL, *Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*, p. 34.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> MARTINS, Hélio Leôncio. *A Revolta da Armada*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1997, p. 442.

<sup>8</sup> VIDIGAL, op. cit. p. 53.

Além disso, o número de praças analfabetos era ainda muito alto e a distância social entre oficiais e subalternos era alarmante. Ir para o mar era caro e cada vez se treinava menos, com a natural perda da condição operacional para as tripulações dos navios da Marinha, agravada pela obsolescência dos meios disponíveis. A experiência de guerra foi sendo lentamente erodida pelo descaso e o esquecimento.

A Revolta de 1893 foi um evento marcante que agravou ainda mais essa condição indesejável. A Marinha cindiu-se em dois grupos, o que foi traumático para a história da instituição. Não desejo aqui justificar ou atacar a postura do Almirante Custódio de Mello em se revoltar contra o Vice-Presidente no exercício da Presidência, Floriano Peixoto. Esse evento está muito bem pesquisado e discutido por um membro emérito e muito destacado desse Instituto de História Militar, o Almirante Hélio Leôncio Martins. O certo é que a Marinha se viu totalmente relegada, por cerca de mais de 10 anos, a um plano secundário, após a resolução da revolta. O Almirante Leôncio afirmou com muita propriedade que “em breve a Revolta da Armada passaria a ser apenas uma lembrança amarga pelo que causou de destruição moral e material à Marinha”,<sup>7</sup> o que concordo em gênero, número e grau.

Outro membro destacado desse Instituto que discutiu essa revolta, o Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal disse que

“pior, porém, foi a desunião da classe. O que a Marinha tinha de melhor, em termos profissionais e morais, ficou com a revolução, e, embora os que sobreviveram tivessem sido anistiados, ficaram numa situação de inferioridade em relação aos florianistas que ...ocupavam as posições de mando e prestígio... Ao fim do período de adaptação do país ao novo regime... a força de combate da Marinha era praticamente nula”.<sup>8</sup>

Foram 36 anos de lento declínio e inércia.

De forma a não se tornar muito inferior à Argentina e ao Chile, o governo brasileiro, ao final do século XIX, resolveu adquirir no estrangeiro alguns poucos navios de combate que pouco agregaram ao Poder Naval, pois eram unidades pequenas, com baixa tecnologia agregada e pequeno poder ofensivo.

Em 1904, com o afastamento dos eventos de 1893 e com a melhoria das condições financeiras do Brasil, foi apresentado ao Congresso Nacional pelo Deputado Laurindo Pitta o Programa Naval do Ministro da Marinha Almirante Júlio de Noronha, composto de 3 encouraçados, 3 cruzadores-encouraçados, 6 contratorpedeiros, 18 torpedeiros, 3 submarinos e 1 carvoeiro. Esse programa previa, também, a construção de um arsenal em Jacuecanga que deveria ser aparelhado para o reparo e a manutenção dos navios adquiridos e a criação de um porto militar onde ficariam estacionados esses meios. Era uma renovação total nos meios e no sistema logístico da Armada.

A ascensão de um novo Ministro da Marinha em 1906, o Almirante Alexandrino de Alencar, provocou uma mudança importante no Programa Júlio de Noronha. O Programa Alexandrino, como ficou conhecido, tinha o propósito de dar à Marinha uma projeção internacional, não se limitando apenas ao cenário sul-americano. Ele compreendia a aquisição na Inglaterra de 3 encouraçados, depois diminuídos para 2, da classe *Dreadnought* com maiores deslocamento, velocidade e poder de fogo, 2 cruzadores *scout*, 10 contratorpedeiros e 3 submarinos. Essas mudanças, em relação ao programa anterior, foram motivadas pelas lições apreendidas da Guerra Russo-Japonesa de 1905, quando os canhões de grandes calibres prevaleceram.

Não pretendo aqui discutir as vantagens e desvantagens de qualquer um dos programas

apresentados. Os historiadores navais brasileiros têm debatido essa questão, e todas as conclusões têm a sua pertinência. O que pretendendo discutir são os resultados observados do Programa Alexandrino, que vieram a refletir no preparo para a Grande Guerra de 1914 a 1918.

O que Alexandrino pretendia era dotar a Marinha de uma linha de batalha mínima, composta de 2 encouraçados com grande poder de fogo, apoiados por 2 cruzadores esclarecedores e 10 contratorpedeiros na razão de 1:1:5. Embora tenha havido um salto de qualidade em relação à Marinha existente, alguns problemas vieram a prejudicar o desempenho desses novos meios adquiridos.

Em primeiro lugar, esses navios eram dotados de uma tecnologia avançada para a época, não condizente com as condições tecnológicas da Marinha brasileira. Estávamos defasados em relação às marinhas mais avançadas, e esses meios provinham exatamente de um desses países mais desenvolvidos, a Inglaterra.

Em segundo lugar, nosso pessoal se ressentia do conhecimento técnico necessário para tirar dos equipamentos sua máxima performance. Muitos marinheiros ainda eram analfabetos, e uma grande maioria de nossos oficiais lia francês, porém desconhecia a língua inglesa, provocando uma dificuldade natural na leitura e interpretação dos manuais de bordo. Para contornar essa dificuldade, os ingleses designaram militares de seu país para permanecerem a bordo como consultores técnicos. Em 1918, muitos desses técnicos ingleses ainda estavam a bordo dos navios brasileiros.

Em terceiro lugar, o Brasil importava da Inglaterra o carvão necessário para impulsionar esses navios. Com o início da guerra de 1918, os fornecimentos naturalmente escassearam. Isso provocou uma diminuição no tempo dos

navios em patrulha, afetando sobremaneira o adestramento das tripulações.

Em quarto lugar, nosso parque logístico e industrial era inexpressivo e não tínhamos capacidade de reparar as avarias mais sofisticadas. Não houve, por parte de Alexandrino, a insistência com os fornecedores ingleses em estabelecer um parque ou arsenal reparador para os navios, sendo essa deficiência talvez a mais relevante no programa.

Em quinto lugar, não houve nenhuma transferência de tecnologia agregada na aquisição desses navios. Compramos pacotes fechados e os operamos com grandes dificuldades.

Em sexto lugar não recebemos por parte dos ingleses qualquer orientação em como utilizar taticamente os meios adquiridos e não tínhamos na ocasião nenhuma unidade naval responsável pelo desenvolvimento de táticas e procedimentos operacionais autóctones.

Essas deficiências foram se avolumando, e, quando o Brasil finalmente declarou guerra à Alemanha, em outubro de 1917, Marinha brasileira só contava com um encouraçado *Dreadnought*, dois encouraçados pequenos tipo “guarda-costas” e três contratorpedeiros em condições de combate.<sup>9</sup> O restante dos navios ou estava em reparos ou estava na reserva, indisponíveis para ação. As principais tarefas alocadas à Marinha naquela oportunidade eram a patrulha do mar territorial brasileiro contra a ação de corsários e a proteção do tráfego costeiro. Em ambas as tarefas estávamos vulneráveis.

Em janeiro de 1918, o governo resolveu enviar uma Divisão Naval para operar a partir de Gibraltar, sob o comando inglês, como for-

ma de contribuir com o esforço de guerra contra o Império Alemão. Essa divisão foi composta de dois cruzadores, quatro contratorpedeiros, um tender e um rebocador. A preparação desse pequeno número de navios foi extenuante. Os esforços foram inauditos, e, ao fim de cinco meses, os navios suspenderam em direção à África, ponto inicial de patrulha alocada a essa divisão.

A epopeia da DNOG foi um dos episódios menos discutidos da História Naval brasileira. A divisão só chegou a seu destino, Gibraltar, em novembro, dois dias antes do término da guerra. As avarias se sucederam nos navios, muitas delas ocorrendo em pleno alto-mar, sob severas condições de trânsito com ameaça submarina, expondo os navios facilmente ao ataque de submarinos alemães. Por atuarem em área de baixa periculosidade, não houve nenhum ataque durante as paradas para reparar os tubos das caldeiras e condensadores, que insistiam em romper durante os trânsitos. Além disso, as tripulações sofreram em Dakar a pandemia da gripe espanhola que ceifou a vida de mais de duas centenas de marinheiros naquelas paragens africanas.

Eu considero essa comissão da Marinha na Grande Guerra como uma das mais trágicas e gloriosas pela qual passou. A coragem e determinação dos componentes da DNOG ainda merecem maiores reconhecimentos e interesse por parte dos historiadores navais brasileiros, de modo a que se resgatem os seus feitos e sacrifícios para as futuras gerações.

Após o fim da Grande Guerra até 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, a Marinha brasileira passou pelo segundo ciclo de declí-

<sup>9</sup> ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Tudo pela Pátria: a Grande Guerra no mar e o Poder naval brasileiro de 1914 a 1917*. Monografia apresentada no final do curso de Graduação para o título de bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2007; p. 113, 116 e 120.

nio em sua situação material e operacional. Foram 24 anos de decadência e de acomodação com a situação vigente.

A Marinha realizava poucos exercícios de conjunto, e as movimentações dos navios tinham o propósito de mantê-los andando, sem nenhuma preocupação com o desempenho, tanto individual como participante de forças-tarefas. Era comum os navios se deslocarem para a região da Baía da Ilha Grande e lá permanecerem fundeados durante a semana sem nenhuma atividade relevante, realizando apenas adestramentos de pequena envergadura. Os exercícios de tiro eram escassos, e os recursos para sobressalentes mínimos. O pior de tudo não era somente o adestramento dos meios, mas principalmente a estagnação tática e estratégica dos quadros e a inércia tecnológica da Marinha. Acomodara-se com o quadro vigente. Os recursos e a prioridade com as Forças Armadas eram baixos, apesar de iniciativas honrosas como a vinda da Missão Naval Americana. Foi com esse espírito que a guerra de 1939 bateu às portas do Brasil.

Pasmem senhores, ao ser declarada guerra à Alemanha em 1942, a Esquadra brasileira, que viria a se defrontar com as potências do Eixo, era a mesma de 1917! Lembro-me bem das palavras do Almirante Leôncio, quando me descreveu sua primeira ação de guerra naquele ano de 1942. Naquela oportunidade o almirante era um jovem capitão-tenente destacado a bordo de um velho contratorpedeiro do Programa Alexandrino da classe Pará, movido ainda a carvão, sem nenhum armamento antissubmarino e dotado de baixa velocidade. A decisão de movimentar aquele navio obsoleto para realizar patrulha AS beirava para o almirante a insensatez.

As tarefas a serem realizadas pela Marinha naquele período eram a patrulha rotineira das águas territoriais contra corsários de superfície e submarinos e a proteção das linhas de comu-

nicação para manter constante o fluxo dos recursos necessários para a sobrevivência do País.

Imediatamente, nossa aliança com os Estados Unidos da América começou a germinar frutos. Diversos grupos de oficiais brasileiros foram enviados para esse país para receber os novos caça-submarinos e contratorpedeiros transferidos pelo Programa Lend Lease. Durante semanas as tripulações brasileiras eram submetidas a um duro treinamento de guerra, que beirava à ação real de combate, de modo a se acostumarem com a rotina de comboios e com os procedimentos operativos para o ataque aos submarinos inimigos. A intensidade desses exercícios era alta, e os treinamentos levavam os marinheiros brasileiros à exaustão, no entanto eles eram necessários.

Aos poucos a mentalidade de guerra foi se espalhando pela Marinha. Novos meios foram sendo recebidos dos americanos, e uma nova Marinha foi surgindo, nucleada principalmente em torno da Força Naval do Nordeste.

Algumas vezes eu me pergunto se, sem o auxílio dos EUA, teríamos condições materiais para enfrentar um adversário tenaz e combativo como o submarino alemão? Recebemos dezenas de navios modernos e treinamos nas modernas táticas de guerra antissubmarino, em centros de instrução que não mediam esforços para transmitir conhecimentos, sem restrição de recursos financeiros.

Foi, também, estabelecido um relacionamento fraterno entre brasileiros e americanos durante o desenrolar da guerra. Essa relação iria perdurar durante todo o período seguinte, o da Guerra Fria, fazendo com que a Marinha brasileira se voltasse totalmente para a linha de fornecimento dos EUA, com todas as facilidades e inconvenientes que daí adviriam.

Ao término da guerra em 1945, a Marinha brasileira transformara-se em um instrumento



eficaz de combate, com meios modernos e adestrados, no entanto, o mais importante foi a mudança de mentalidade que se seguiu. A “Marinha do mingau”, a da acomodação, ficara para trás. O período de declínio finalmente terminara. Se eu tivesse que descrever as principais mudanças ocorridas na Marinha nesse período, eu apontaria sete mais importantes.

A primeira foi a emergência de uma mentalidade estratégica e operativa voltada para a defesa do nosso tráfego marítimo e, no âmbito dessa defesa, a ênfase dada à guerra antissubmarino. A História havia demonstrado que o nosso tráfego marítimo foi o primeiro a ser atingido em ambos os conflitos mundiais.

A prioridade passou a ser a aquisição de navios de escolta AS, e, nesse sentido, o adestramento em táticas contra o submarino passou a ser o ponto central de nosso treinamento nos centros especializados e nos exercícios no mar.

Essa percepção de guerra AS continuou durante os anos 50, 60 e 70 do século passado e só foi modificada com a denúncia do Acordo Militar Brasil-EUA pelo governo Geisel no final da década de 1970. Daí em diante, a Marinha passou a desenvolver doutrinas autóctones voltadas não só para a guerra antissubmarino, mas também para outros tipos de guerra, como a eletrônica e a antiaérea. A segunda grande mudança observada foi a aproximação estreita com os EUA. Se tivemos durante a guerra uma ligação íntima com os americanos, após a guerra nossa ligação passou a ser quase que carnal.

A Missão Naval Americana, dirigida por um contra-almirante dos EUA, servia como uma unidade de ligação entre as marinhas dos dois países. Se por um lado esse relacionamento foi produtivo, pois adquirimos navios americanos e importamos doutrinas por eles desenvolvidas, por outro permanecemos atrelados à política, à estratégia e às táticas dos EUA

dentro de um quadro de Guerra Fria, no qual nossa atuação seria complementar na proteção do tráfego marítimo contra os submarinos soviéticos que poderiam atuar no Atlântico Sul. Essa visão estratégica, como mencionada anteriormente, só foi sendo modificada após a denúncia do Acordo Militar muitos anos depois.

Uma terceira mudança fundamental foi a percepção de qual seria a tarefa principal do Corpo de Fuzileiros Navais.

Antes da guerra os fuzileiros tinham basicamente a tarefa de segurança das instalações militares da Marinha. Era uma tropa pequena, com poucos oficiais e, devo confessar, com pequena prioridade dentro da Marinha.

Após a guerra essa visão mudou radicalmente. A campanha naval americana no Pacífico demonstrou a importância que um Corpo de Fuzileiros Navais bem adestrado tinha. A ênfase dada pelos americanos foi para as Operações Anfíbias.

O nosso Corpo, a partir da guerra, começou a desenvolver doutrinas de operações anfíbias, modificando totalmente a sua postura estratégica. De uma força empregada na segurança das instalações navais, ela se transformou numa força eficiente e eficaz, voltada para as operações anfíbias. Além disso, passou a contar com maiores efetivos e com um espírito de corpo notável, motivo de orgulho da Marinha e do Brasil.

Uma quarta mudança fundamental que se processou após a guerra foi a ênfase dada à ampliação de nosso parque logístico e de infraestrutura de apoio à Esquadra. Não podemos negar que nesse campo os americanos foram nossos mestres. Foram ampliadas as instalações logísticas de Belém, com a Base Naval de Val de Cães, e de Salvador, com a Base Naval de Aratu. Além disso, foram modernizadas as Bases de Ladário e de Natal, sem contar com a ampliação dos parques de apoio no Rio de Janeiro. Todas essas

modificações tiveram nos ministros Sílvio de Noronha e Renato de Almeida Guilhobel dois grandes artífices. Ambos viveram as dificuldades logísticas na Campanha do Atlântico Sul, solucionadas, em parte, pelo apoio americano em nosso território nacional.

Uma quinta mudança importante foi o reinício das atividades da Diretoria de Hidrografia e Navegação, interrompida durante a guerra em virtude do esforço na luta contra os submarinos alemães.

Houve um grande esforço na recuperação e na ampliação do sistema de auxílio à navegação, cujos sinais luminosos tiveram de permanecer apagados no período de hostilidades. O pronto e eficaz reengajamento da Marinha nessa atividade constitui testemunho do perfeito entendimento das responsabilidades no apoio à navegação em geral.

Uma sexta alteração importante foi a percepção do Alto-Comando naval após a guerra de que era fundamental a recriação de uma Força Aeronaval nucleada em porta-aviões. Tal fato baseou-se na experiência americana nos combates navais no Pacífico contra os japoneses e na luta no Atlântico contra o submarino alemão, quando foram utilizados porta-aviões de escolta. Esse desejo só foi concretizado no final da década de 1950 e início da de 1960 com a chegada do porta-aviões ligeiro *Minas Gerais*.

Uma sétima e última alteração fundamental foi a mudança de mentalidade no seio da Marinha trazida pela experiência de guerra. Antes de 1942, a Marinha era composta basicamente de navios oriundos da Grande Guerra, sem sensores modernos, como o radar e o sonar, e sem doutrinas adequadas ao novo tipo de guerra que se apresentava. Com o envolvimento do Brasil no conflito e o recebimento de novas unidades navais dos EUA, uma mudança de mentalidade ocorreu. Novas táticas foram apreendidas e no-

vos procedimentos operacionais assimilados dos americanos. Não devemos esquecer que a Marinha combateu a Batalha do Atlântico com oficiais jovens, a maioria de capitães-tenentes e capitães-de-corveta, guarnecendo caça-submarinos e contratorpedeiros de escolta.

Não há nada que substitua a experiência de guerra. Noventa e cinco por cento de monotonia e 5% de pura adrenalina. Essa experiência de sentir o combate é intransferível.

Como forma de demonstrar a mudança de mentalidade que ocorrera na Marinha com a guerra, gostaria de descrever um acontecimento que foi muito discutido na Marinha naquele ano de 1944.

Em 24 de abril, foi feito o salvamento mais comentado do ano pelo *CS Juruená* na Barra Nova, em Sergipe, quando foram resgatados 25 náufragos do navio mercante inglês *Nebraska*, torpedeado quando viajava escoteiro de Gibraltar para Buenos Aires. Chegou a notícia de que muitos náufragos estariam no mar por longo período de tempo, junto à costa e desprovidos de alimentos. O comandante do *CS Juruená*, com grande habilidade marinheira e coragem, entrou na Barra Nova, local perigosíssimo à navegação, e com grande segurança e destemor recolheu os sobreviventes já prostrados pela sede e inanição, salvando-lhes as vidas. O comandante desse navio era o então Capitão-Tenente Hélio Leôncio Martins aqui presente. A sua conhecida modéstia o impediria de descrever essa ação, daí a minha iniciativa, o que fiz sem consultá-lo. Não podia deixar de mencionar esse seu ato de um verdadeiro homem do mar e que demonstrava a nova Marinha que surgia.

O período que se seguiu à guerra foi a de preparo para uma guerra contra o adversário soviético que poderia atacar o bloco ocidental. À nossa Marinha foram alocadas tarefas de proteção AS dentro de um conjunto hemisférico de

defesa capitaneado pelos EUA. Nossa Marinha transformou-se em uma grande força antissubmarino. No final da década de 1940, foi criado o Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão para serem aperfeiçoados e avaliados os exercícios conduzidos pela Esquadra.

Na década de 1950, recebemos os cruzadores e novos contratorpedeiros dos EUA. Compramos, ao final dessa década, um porta-aviões na Inglaterra, o *Minas Gerais*, que proporcionou o aperfeiçoamento de técnicas de operações aéreas, a partir de navio aeródromo por parte de nosso pessoal. Em que pese as críticas formuladas na ocasião, o *Minas Gerais* teve uma brilhante carreira na Marinha. Apesar desses avanços, por mais paradoxal que possa parecer, nem tudo, no entanto, foi sucesso nesse novo período.

Iniciamos o terceiro período de decadência, no início dos anos de 1950, segundo minha interpretação. As razões foram muitas. Cito como a mais importante a crise financeira que atingiu o Brasil no final da década de 1950 e que se prolongou pela década seguinte e se refletiu diretamente no Poder Naval nacional. Além disso, estávamos voltados somente para a guerra AS, dentro de um tabuleiro estratégico que nos era adverso. Os demais tipos de guerra nos eram totalmente desconhecidos e estávamos despreparados para enfrentar novas situações de crise. Passamos, inclusive, por alguns contrangimentos desnecessários. O mais sério foi a chamada Guerra da Lagosta em 1963, uma crise com a França pela pesca da lagosta no Nordeste, em que não pudemos organizar um grupo-tarefa com condições mínimas de combate.

No início dos anos de 1970, no entanto, começou uma nova recuperação da Marinha com a aquisição de novos meios de combate,

chegando a Armada a possuir 20 escoltas e 10 submarinos em determinado período. Eram meios americanos, é verdade, mas operavam razoavelmente. O auge das aquisições, fruto da boa recuperação econômica por que passava o País, ocorreu durante o ministério do Almirante Adalberto de Barros Nunes, no início da década de 1970. A aquisição de fragatas e submarinos na Inglaterra, com relativa troca de tecnologia, digo relativa, pois sabemos que uma troca plena inexistiu, foi um passo importante para desenvolvermos técnicas e táticas de combate mais modernas. Passávamos do eletromecânico para o computador, o que foi uma mudança de paradigma fundamental.

Nessas mudanças criaram-se o Centro de Análises de Sistemas Navais e os diferentes Grupos de Desenvolvimento de Táticas com o propósito de desenvolver táticas e procedimentos operativos autóctones. O rompimento do Acordo Militar com os EUA em 1977 durante o governo Geisel nos foi benéfico nesse ponto. Tivemos que partir para arranjos e soluções nacionais, estimulando a tecnologia brasileira a suplantando dificuldades, pelo menos no campo naval. Construímos fragatas, navio-escola, navios-patrulha, navios-tanque, navios hidrográficos e auxiliares no Brasil.

Segundo o historiador naval alemão Helmut Pemsel, em 1974 a Marinha brasileira ocupava a 11ª posição mundial em tonelagem bruta com cerca de 134 mil toneladas de navios de guerra, não muito distante das marinhas da Espanha, Itália, China e Japão. Em números de navios três anos depois, em 1977, já ocupávamos a 8ª posição com 78 unidades de combate, atrás somente dos EUA, URSS, Grã-Bretanha, França, Itália, Japão e Espanha e na frente da China e da Alemanha Ocidental.<sup>10</sup> Possuíamos a

<sup>10</sup> PEMSEL, Helmut. *A History of war at sea*. Annapolis: United States Naval Institute, 1989, p. 158.

maior Marinha da América Latina e, o mais importante, a mais adestrada no início dos anos de 1980. Podíamos assim compor um grupo de caça e destruição formado por um porta-aviões, oito escoltas, dois navios de apoio e dois submarinos para atacar supostos corsários soviéticos que adentrassem o Atlântico Sul, ainda dentro de um planejamento hemisférico de defesa, liderado pelos EUA.

Os exercícios da Esquadra eram comuns e participávamos de adestramentos no Caribe compondo grupos-tarefa brasileiros, projetando poder nessas paragens e mostrando a bandeira em locais distantes, como Porto Rico. Realmente esses 20 anos que se seguiram foram de muitas realizações e de progresso material e operacional para a Marinha brasileira.

Entretanto, com a ascensão do governo Collor no início dos anos de 1990 e posteriormente dos dois governos Fernando Henrique Cardoso nessa década, o quadro começou a mudar. Mudanças de prioridades governamentais agregadas a determinado revanchismo político que via todos os militares como torturadores fizeram com que as Forças Armadas fossem perdendo prestígio político, e nesse mister a criação do Ministério da Defesa veio a afastar os militares do poder decisório governamental.

Não nego a importância do Ministério da Defesa como órgão coordenador das atividades militares em qualquer país, e ele de fato se fazia necessário. A subordinação do poder militar ao civil era fundamental, no entanto, depois de 10 anos de criação, eu me pergunto o que ainda falta a esse ministério para desembocar naquilo que efetivamente queremos, isto é, em um órgão que realmente coordene o planejamento de defesa da Nação e sensibilize os demais órgãos do governo a priorizarem a Defesa Nacional? Será que ainda enviamos os melhores quadros da Marinha para o Minis-

tério da Defesa como fizemos em sua criação? Tenho dúvidas.

O número de navios em processo de baixa está aumentando cada vez mais, sem nenhuma perspectiva de substituição em curto prazo. O Programa de Renovação da Marinha patina nos trâmites burocráticos governamentais, sem definição do que deve ser feito. Desde 2001 esse programa vem sofrendo alterações, ajustando-se às condições operacionais dos meios a serem substituídos, sem decisão governamental do que deve ser feito. A incorporação de alguns poucos meios não alterou o rápido processo de obsolescência da Marinha como um todo, infelizmente.

Será que aumentando os efetivos da Marinha como se está querendo fazer atualmente se encontrará a solução? Não sei. Tenho sérias dúvidas. Será que os poucos navios da Armada em atividade estão com todos os seus sistemas de combate operando 100%? Não sei. Tenho dúvidas. Será que poderemos preparar rapidamente, em face de uma crise política, um grupo-tarefa composto de 1 porta-aviões, com 10 aviões de combate, 8 escoltas, 2 auxiliares e 2 submarinos totalmente equipados e adestrados para projetarem poder como um dia fizemos em passado próximo? Não sei. Tenho dúvidas.

Como historiador do tempo presente e oficial de Marinha, verifico, com tristeza, que entramos no quarto ciclo de decadência no início dos anos de 1990. Segundo palavras do próprio Comandante da Marinha, Almirante Moura Neto, se nada for feito nos próximos anos, o Poder Naval brasileiro deixará de existir em 20 anos. A penúria financeira, agravada com a obsolescência crescente dos meios navais, faz com que a Marinha perca a sua capacidade de combate rapidamente. Hoje estamos muito enfraquecidos.

Não desejo prescrever ações a serem conduzidas para soerguer a Marinha. Nem imaginar

tarefas e ações estratégicas para o Poder Naval nesse novo século que se inicia. Não me vejo com competência para isso. O Almirantado e o Estado-Maior da Armada possuem militares de grande gabarito e prestígio que estão preocupados com a operacionalidade da Marinha e, tenho certeza, tudo fazem para diminuir a penúria em que ela se encontra. Atualmente atuo mais como historiador que procura apontar mudanças e recorrências históricas, interpretando o que ocorre e por que isso ocorre. Essa é a função social do historiador naval no tempo presente.

Amanhã comemoraremos mais um aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, com todo o simbolismo que ela representa. Será realmente um dia para refletirmos e perguntarmos o que queremos do Poder Naval brasileiro nesse século.

Até quando as novas gerações de marinheiros, que mal haviam nascido em 1964, deverão responder por supostos crimes cometidos pela Marinha, provocando com isso um distanciamento entre a opinião pública e a Força Armada? Essa presunção de culpabilidade da Marinha, apontada por ditos órgãos de direitos humanos, estaria restringindo os recursos necessários à modernização da Força? Não seria isso um tiro no pé da própria sociedade? Em caso de necessidade, a Mari-

nha poderia defender os interesses do Brasil no mar com esse estado de penúria e indiferença? A quem deveria ser imputada a responsabilidade pelo suposto fracasso na defesa dos interesses brasileiros no mar? Será que o poder político terá que aguardar um novo conflito ou crise para reverter o ciclo de decadência naval que nos abateu há 15 anos? Deixo com os senhores as possíveis respostas.

Termino essa apresentação com as palavras de um grande teórico do Poder Naval, objeto de meu interesse a alguns anos, que retratou com maestria o papel do homem público na formulação das políticas navais de qualquer país, o Almirante Sir Herbert Richmond. Disse ele:

“Um estadista é o político responsável pela manutenção do Poder Naval na paz e de seu uso eficiente na guerra como uma arma nacional. No período de paz consiste em determinar a Política de Defesa Nacional do país e o papel exercido pelo Poder Naval. Compete a ele decidir o seu tamanho, a sua manutenção para alcançar a maior eficiência possível, as suas bases de apoio, os meios humanos que a guarnecerão, transportando os exércitos do país aonde forem necessários e defendendo o comércio nacional”.<sup>11</sup>

Deixo com os senhores essa reflexão final.



## Referências

- ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Tudo pela Pátria: a Grande Guerra no mar e o Poder Naval Brasileiro de 1914 a 1917*. Monografia apresentada no final do Curso de Graduação para o título de Bacharel em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MARTINS, Hélio Leôncio. *A Revolta da Armada*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997.
- PEMSEL, Helmut. *A History of War at Sea*. Annapolis: United States Naval Institute, 1989.
- RICHMOND, Herbert. *Statesmen and Sea Power*. Oxford: Clarendon House, 1946.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1985.

<sup>11</sup> RICHMOND, Herbert. *Statesmen and Sea Power*. Oxford: Clarendon House, 1946, p. lx.

# Pedro I... depois do Brasil

Vasco Mariz

D. Pedro I é um dos personagens mais estudados de nossa história, e o público em geral adora ler as histórias de suas aventuras amorosas e gafes. Dezenas de ensaios e de livros têm sido publicadas e lidas avidamente, mas quase sempre falta o complemento final daquela vida tão intensamente vivida, cheia de contradições e surpresas, gestos admiráveis e vexames lamentáveis. O que realmente aconteceu com ele após a abdicação? Sabe-se vagamente de seu esforço militar para a reconquista do trono de sua filha D. Maria II e, mui nebulosamente, de sua morte prematura, úsico e no próprio quarto onde nascera, com 36 anos de idade apenas. Ainda recentemente, Isabel Lustosa publicou um esplêndido livro sobre a vida de D. Pedro I, e a autora dedicou relativamente poucas páginas aos últimos anos de sua vida, que foram tão significativos e nos revelaram uma nova faceta do personagem, desta vez claramente positiva. É claro que esta fase mais se refere aos portugueses do que a nós brasileiros, mas sem dúvida é de muito interesse para todos aqueles que estudam esse personagem tão importante e pitoresco.

Curiosamente, a relativa omissão ou desinteresse dos historiadores brasileiros pela sua fase final vem de longe. Como vemos pela bibliografia, são raros os estudos recentes sobre a etapa final de D. Pedro I, ou D. Pedro IV de Portugal, como se isso pouco significasse para o Brasil. Não pretendemos preencher porme-

norizadamente essa lacuna, mas apenas recordar e reviver alguns dos aspectos principais dos últimos anos daquela vida tão rica.

Começo por retirar do livro de Isabel Lustosa uma cena curiosa que teria ocorrido logo após o embarque de D. Pedro para a Europa, com o navio ainda no porto do Rio de Janeiro:

*"...Vestia uma sobrecasaca marrom e uma cartola elegante, traje próprio para um piquenique em Paquetá e, logo que se instalou a bordo, tomou da viola e tocou um miudinho, como se tudo o mais não tivesse importância."*<sup>1</sup>

O imenso carrego dos acontecimentos que precederam sua expulsão do Brasil em nada pesava em sua consciência? Tudo o que lhe vinha à mente era apenas tocar um miudinho? Ou será como aquele personagem do poema de Manuel Bandeira que, diante do desespero de sua doença, decidira tocar um tango argentino?

Isabel Lustosa, em entrevista ao jornal *O Globo*, de 7 de setembro de 2006, resumiu bem a personalidade do monarca no Brasil.

"D. Pedro é um personagem ambíguo. Administrava o Império como se fosse um prefeito, mas deixou uma Constituição para o Brasil que vigoraria por mais de 60 anos. Foi arrogante e despótico ao longo do primeiro reinado, mas se misturava com o povo e era abolicionista. Chegou a escrever: 'Eu sei que

<sup>1</sup> LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*. Companhia das Letras, 2007, p. 304.

o meu sangue é da mesma cor que o dos negros.' Era imoral e corrompido, mas teve energia para desafiar as Cortes portuguesas, que tentavam reduzir o Brasil novamente ao estágio de colônia. Foi um marido péssimo e cruel para D. Leopoldina, mas quando partiu para São Paulo instituiu a princesa como regente provisória, fazendo com que ela fosse a primeira mulher a ocupar no Brasil a direção do governo. (...) Seu legado foi positivo quando se pensa na unidade do país e na governabilidade que se tornou possível com a Constituição."

Na Europa e, sobretudo, nos últimos anos em Portugal, D. Pedro tornou-se um homem bem diferente. Lutou, sofreu, sacrificou-se e amadureceu. Quase cessaram os altos e baixos. Cresceu em grandeza, se redimiou e realmente, afinal, se fez respeitar, querer bem e admirar, sobretudo de pelos portuenses. É o que leremos a seguir.

A 10 de junho de 1831, a fragata inglesa *Volage* entrava no porto de Cherburgo, onde o ex-imperador foi muito bem recebido pelas autoridades francesas locais, que colocaram um palácio à sua disposição e de sua comitiva. D. Pedro imediatamente tratou de se comunicar com as altas autoridades francesas e inglesas, que eram simpáticas à causa de sua filha D. Maria da Glória, cujo trono fora usurpado por seu irmão D. Miguel. No entanto, teve de permanecer mais tempo do que previra em Cherburgo e, em vez de se dirigir a Paris, preferiu antes viajar a Londres, onde as perspectivas de auxílio no momento pareciam mais promissoras. Nesse ínterim, recebeu personalidades de todo o gênero e numerosos emigrados portugueses no exílio, em especial o General Saldanha, cuja cooperação no futuro lhe seria preciosa na campanha em Portugal. Começava a delinear-se claramente que a campanha seria árdua, apesar de que franceses e ingleses tinham bons moti-

vos para apoiá-lo. No entanto, interesses comerciais se opunham a uma intervenção direta e isso dificultaria bastante uma definição das duas grandes potências. Talleyrand era o embaixador da França em Londres e o encorajava a visitar a capital inglesa, onde havia muito dinheiro disponível para organizar um grande empreendimento naval e militar privado. Viajou sem a família e lá ficou quase um mês sem resultados concretos, embora tenha sido homenageado pelo rei com um grande jantar e recepção.

Em Londres, até o controvertido Lorde Cochrane se pôs à sua disposição. O governo inglês aparentava neutralidade, mas no fundo desejava a vitória de D. Pedro, que tinha seus mesmos ideais constitucionais. Somente não desejava definir-se ainda, já que não havia reconhecido ainda o governo de D. Miguel. D. Pedro encantava a todos em Londres e era festejadíssimo, beneficiando-se de sua imagem constitucionalista. Passou um fim de semana no Castelo de Windsor, e até mesmo Lorde Wellington o visitou. Em Londres, encontrou seu antigo professor de música no Rio de Janeiro, Sigismund Neukomm.

Mas D. Amélia e D. Maria da Glória haviam ficado em Cherburgo, e ele resolveu voltar à França, atraído também por insistente convite de Luis Felipe, o Rei da França, que tampouco economizaria homenagens a D. Pedro. Os liberais franceses não quiseram ficar atrás de seus colegas ingleses e o festejaram efusivamente, mas não iam muito além de sinceras homenagens, sem nada de concreto para os planos de invasão de Portugal. Os jornais franceses lhe davam ampla e simpática cobertura, e várias vezes desfilou pelas ruas de Paris a cavalo, ao lado de Luis Felipe, sendo até mais aplaudido do que o próprio Rei da França, graças a sua bela estampa de jovem cavaleiro. Afinal realizou-se importante reunião no Palais Royal, com a presença de Luis Felipe, D. Pedro, personali-



dades do governo francês e importantes exilados portugueses. O governo dispunha-se a emprestar alguns navios que levariam tropas para a Ilha Terceira, nos Açores, mas não chegaram a um acordo satisfatório, e D. Pedro decidiu voltar a Londres. Os gastos previstos eram enormes, e D. Pedro não dispunha de dinheiro suficiente para enfrentá-los, nem parecia disposto a arriscar todos os seus meios financeiros em uma só cartada. Os exilados portugueses o pressionavam muito e até se irritavam com as suas hesitações, aliás, compreensíveis. A segunda viagem à Inglaterra tampouco foi muito proveitosa e persistia o impasse: havia boa vontade francesa e inglesa, mas não desejavam ir muito longe, incertos do resultado daquela arriscada aventura. Ademais, D. Pedro ficara irritado com o governo inglês, que não tratou sua filha D. Maria da Glória como soberana de Portugal durante a sua curta estada no país.

De volta a Paris, D. Pedro aceitou oferta de Luis Felipe, que lhe oferecera como residência o Castelo de Meudon. No entanto, os gastos de manutenção desse castelo eram grandes e ele preferiu ir morar na rua de Courcelles, 10, bela residência no centro de Paris, hoje de propriedade dos Rothschilds. Aos domingos iam assistir à missa na vizinha igreja de Saint Philippe du Roule. Estávamos já em agosto de 1831, e D. Pedro resolvera lá se instalar com a família e gozar um pouco de Paris, onde ele adquiriu o hábito de sair sozinho, visitar as lojas, passear nos parques e até mesmo visitar a Biblioteca Real. Lembro que D. Pedro falava francês muito bem. O casal ia com frequência aos teatros e à ópera, de que tanto gostava desde os tempos do Teatro de São João, no Rio de Janeiro. Na ópera de Paris, várias vezes sentou-se no camarote real, onde era reconhecido e aplaudido pelo público. Fez-se amigo de Rossini, o grande nome da música naquela época, o qual teve a gentileza

de fazer interpretar no Théâtre des Italiens uma abertura para orquestra de autoria de D. Pedro. A crítica musical não foi muito amável, mas se Rossini lhe deu aquela oportunidade, é que sua partitura não deveria ser tão má assim. Mas os exilados portugueses fechavam o cerco e o impeliavam a se definir, chegando até mesmo a insinuar que ele estava temeroso de se arriscar na empreitada militar. Aguardava ele, porém, o nascimento do primeiro filho de D. Amélia, uma menina, Maria Amélia, que veio ao mundo a 1º de dezembro de 1831. Dias depois D. Pedro sentiu-se mal, esteve acamado e teve a honra de receber a visita do Rei de França, distinção máxima.

O tempo corria e as perspectivas melhoravam. Lorde Palmerston o encorajava, e do Gabinete francês lhe chegavam confidências promissoras. Lafayette se aliara a um influente e riquíssimo judeu espanhol, Mendizábal, liberal convicto, e ao financista francês Ardouin, e afinal o grande empréstimo acabou saindo, embora sem o apoio do Tesouro britânico, nem dos exilados portugueses. Era o fim da humilhante peregrinação a diversos capitalistas, inclusive os Rothschilds, que lhe negaram financiamento. O Almirante inglês Georg Sartorius foi escolhido para comandar a pequena esquadra que viajaria para a Ilha Terceira e a partida ficou marcada para março, quando o tempo já estaria melhor, pois aquele inverno estava sendo bastante severo e tempestuoso. A expedição começava a tomar forma, e o levantamento do embargo do governo inglês sobre a afretamento dos navios era um sinal altamente positivo. Os jornais franceses mencionavam abertamente que o governo francês colocara a pequena Ilha Belle-Isle-en-Mer, na Bretanha, à disposição dos expedicionários, embora sem participar diretamente dos preparativos. O Almirante Sartorius veio amiúde a Paris conferenciar com D. Pedro, pois havia muitos pormenores a decidir e a providenciar. Otavio

Tarquínio de Sousa relata que, por obra de agentes miguelistas, sempre ativos para atrapalhar, 90 marinheiros ingleses desertaram.

A 8 de janeiro, a esquadra estava quase pronta, e, no dia 12, D. Pedro e sua família jantaram no Palácio das Tulherias, em despedida afetuosa que lhe fazia o Rei de França, que havia concordado em ser padrinho da princesinha Maria Amélia. A 23 de janeiro, despediu-se formalmente do monarca, e os jornais anunciavam sua partida iminente. Na noite seguinte, D. Pedro ofereceu, na rua de Courcelles, um jantar de despedida à sua família e a uns poucos amigos íntimos, e naquele mesmo dia o Presidente do Conselho da França, Casimir Périer, lhe enviou o seu passaporte. Na manhã cedo do dia 25 de janeiro havia mais de uma centena de pessoas na casa da rua de Courcelles, entre os quais o famoso Lafayette, ministros e personalidades francesas. Um neto do marechal acompanhou D. Pedro na expedição.

Como bem puderam avaliar, D. Pedro foi amplamente prestigiado pelos reis de França e da Inglaterra e também pelo público parisiense. Não tanto por haver sido imperador do Brasil, nem pela perspectiva de assumir o governo de Portugal, onde ambos os países tinham grandes interesses comerciais. Além de sua bela figura e natural simpatia, D. Pedro era a própria imagem da monarquia constitucional, que ambas as nações faziam questão de reafirmar. Sem esse especial atrativo ele pouco teria conseguido em Paris ou Londres. Na realidade, D. Pedro partia para uma vitória quase impossível, que inesperadamente se concretizou, graças a sua extraordinária força de vontade e, sobretudo, à incompetência dos militares estrangeiros e portugueses a serviço de D. Miguel.

Faremos agora uma pausa para recordar o que era a chamada “questão portuguesa”, que

envolveu e irritou as quatro grandes potências da época na Europa: Inglaterra, França, Áustria e Rússia.

D. João VI falecera a 10 de março de 1826 com 59 anos apenas. O embaixador britânico em Lisboa escreveu ao Primeiro-Ministro Canning assegurando-lhe que não tinham “*the slightest foundation*” (o menor fundamento) as insinuações de envenenamento por inspiração inglesa. A herdeira do trono português era a filha de D. Pedro I e D. Leopoldina, D. Maria da Glória, mas D. Miguel, irmão do imperador brasileiro, deveria governar em nome da menina até sua maioridade, de acordo com o protocolo de Londres. No entanto, Carlota Joaquina, que detestava os ingleses e queria sozinha coordenar a sucessão,<sup>2</sup> agitou a capital com seu temperamento arrebatado, e seus asseclas apedrejavam os adeptos de D. Maria da Glória. Carlota afirmava, com alguma razão, que a maioria da população do país preferia D. Miguel, que conseguira o apoio do clero e com isso controlava o povão ignaro.

Canning não planejava impor a Carta aos portugueses com o apoio das baionetas inglesas, mas D. Miguel, cujo temperamento era semelhante ao da mãe, complicou tudo. Ele era “apaixonado, ignorante e cabeçudo”, escreveu Oliveira Lima. A Áustria, por óbvias razões, reconheceu logo os direitos da menina, exigindo que D. Miguel seguisse apenas como regente. A Inglaterra, sempre tergiversando, aceitava a regência, mas somente com a anuência de D. Pedro, que, na realidade, era o verdadeiro herdeiro do trono, embora houvesse ainda o empecilho de que, no momento, ainda era o imperador do Brasil.

Depois da abdicação, mudou todo o quadro político. D. Miguel negociou mal e alienou o apoio do embaixador britânico, aproveitando que a corte espanhola não apoiava a posição inglesa. O Rei espanhol Fernando VII, ir-

<sup>2</sup> OLIVEIRA LIMA. *D. Pedro IV e D. Miguel I*, p. 264.

mão de Carlota Joaquina e tio de D. Miguel, tinha simpatia por ele, mas divergia dos métodos drásticos de sua irmã, a rainha mãe. Todo esse imbróglio só incentivou a luta aberta entre liberais e absolutistas.

O Primeiro-Ministro inglês Canning obviamente não desejava a vitória do campo espanhol, que apoiava Carlota Joaquina e D. Miguel em Portugal.<sup>3</sup> Lembro que Lisboa era essencial para a política britânica como porto amigo para o possível refúgio das esquadras inglesas.

D. Miguel não conseguiu convencer a Europa conservadora de sua posição, alienando Lorde Wellington, Carlos X, da França, o Chanceler Metternich, da Áustria, e o Tsar Nicolau I, da Rússia. A aclamação de D. Miguel, a 13 de março de 1828, foi impugnada pelas potências estrangeiras por motivos diferentes, e Wellington mandou retirar as tropas britânicas de Portugal, já que Carlota Joaquina insistia em abolir a Constituição.

Depois da abdicação no Rio de Janeiro, D. Pedro era, sem dúvida, a melhor solução, já que estava disponível para assumir o trono português como herdeiro indiscutível. Ele enviara para Viena a jovem rainha, acompanhada pelo Marquês de Barbacena, mas, quando o seu navio fez escala no porto de Gibraltar, ele decidiu levá-la para a Inglaterra por motivos de segurança. Barbacena soubera que Metternich estaria planejando casar D. Maria da Glória com seu tio D. Miguel, o que era inadmissível.

Nesse íterim, os assessores de D. Miguel tiveram a habilidade de submeter a questão à Assembleia Tradicional de Portugal, os chamados Três Estados do Reino, na qual os liberais

estavam mal representados, pois muitos fugiram das perseguições e outros estavam presos. Como disse Oliveira Lima, “a parcialidade era manifesta”, e não havia outra sentença final possível. D. Maria havia nascido no Rio de Janeiro antes da independência do Brasil, fora crismada como princesa do Grão Pará, e sua nacionalidade era brasileira.

Ao regressar a Portugal, D. João não convocara os Três Estados do Reino, e D. Miguel aproveitou-se de sua omissão para legitimar sua posição. Tentativas de levantes liberais fracassaram, e havia centenas de expatriados portugueses na França e na Inglaterra, criando problemas às autoridades desses países. Eles foram depois incorporados à expedição de D. Pedro em 1832.

Metternich imaginou dar a tutoria de D. Maria da Glória a seu avô imperador austríaco, e, por isso, o Império austro-húngaro não poderia concordar com a usurpação de D. Miguel.

A Europa estava farta da questão portuguesa, que já durava quase seis anos, e isso certamente favoreceu a boa acolhida de D. Pedro ao chegar a Paris e a Londres.

A “esquadra dos calhambeques” comprados à Companhia das Índias estava pronta para zarpar, “batizados com pomposos títulos de fragatas, brigues e corvetas”, diz Otavio Tarquínio de Sousa. Foram rebatizados como o *Congress*, a *Rainha de Portugal*, a *D. Maria II* e a *Amélia*, todos armados com numerosos canhões. Além dos portugueses refugiados na Inglaterra e na França, estavam na tripulação também numerosos mercenários ingleses e franceses, gente de péssima estirpe. No entanto, entre eles estavam dois portugueses ilustres, que se celebrizariam nas

<sup>3</sup> WEBSTER, C. K., *Britain and the Independence of Latin America*, Londres, 1938, v. 1, p. 65. Nessa obra o autor afirma que “Canning estava ansioso para que a questão da sucessão em Portugal fosse logo resolvida. No entanto, o ciúme de D. Pedro em relação a D. Miguel, a determinação deste de assegurar o trono português para si próprio e a confusão entre os diversos partidos políticos em Portugal impediam qualquer solução no momento. A usurpação de D. Miguel nunca foi reconhecida pela Inglaterra, e Canning, com o auxílio de D. Pedro, expulsou D. Miguel e colocou D. Maria da Glória no trono de Portugal.”

letras: Alexandre Herculano e Almeida Garrett, ambos com pouco mais de 20 anos de idade.

A partida teve grande aparato, com discursos vibrantes. D. Pedro compôs a música para um hino, para o qual Luis Mousinho escreveu a letra. O regente organizou seu ministério, no qual se destacavam o Marquês de Palmela, notável diplomata, como Ministro do Exterior, e Mousinho da Silveira, ideólogo brilhante que cedo conseguiu surpreendente ascendência sobre D. Pedro em assuntos políticos. A 3 de março, a regência fora oficialmente instalada e publicados diversos decretos importantes anulando atos de D. Miguel. O regente atuava quase como um ditador, utilizando decretos-leis.

Curiosamente, D. Pedro, entre toda aquela azáfama, encontrou tempo para um amor freirático, o que era comum na época. Gerou um filho em uma bela freira, Ana Augusta, clarissa do convento da Esperança. Na Ilha Terceira ele agia como nas noites cariocas: saía disfarçado em uniforme de oficial, entrava nos botequins e observava os circunstantes, mas bebia pouco.

Enquanto isso, em Londres, a comissão organizadora da expedição providenciava armas e munições, sempre lutando com a falta de fundos.

Só no dia 27 de junho de 1832 aquela esquadra de Brancaneone pôde levantar ferros, e o mais estranho é que não sabiam sequer onde iriam aportar no norte de Portugal! Não haviam escolhido ainda a praia onde desembarcariam as tropas! Não foi no Mindelo, como se comemora até hoje, e sim em Arnosa de Pampeido, na altura de Vila do Conde.

Otávio Tarquínio comenta: "Eram de uma imprevisão raiando a loucura."<sup>4</sup> Como 7.500 homens iriam conquistar Portugal, quando D. Miguel dispunha só naquela região de um exército de 13 mil homens bem armados e coman-

dados por experimentados oficiais estrangeiros? O comandante inglês Napier era favorável a atacar diretamente Lisboa, mas D. Pedro foi prudente. Como medida dissuasória fez espalhar a notícia de que desembarcariam nas vizinhanças da capital, o que levou D. Miguel a fortificar as margens do Tejo. A melhor opção mesmo era realizar o desembarque perto do Porto, cidade tradicionalmente liberal onde seriam bem recebidos.

A grande ilusão dos adeptos de D. Maria da Glória era que contavam com numerosas deserções e adesões entre as tropas de D. Miguel, mas isso não aconteceu. Os invasores ao desembarcarem ficaram entre dois fogos: as forças do General Cardoso em Vila do Conde e as do Visconde de Santa Marta, no Porto. No entanto, para surpresa de D. Pedro, essas tropas em vez de atacarem se retiraram, passando o Rio Douro em direção a Amarante. Era uma cilada! O plano secreto era atrair os invasores até a cidade do Porto e lá deixá-los cercados.

Foi o que aconteceu e isso teria um alto custo, inclusive para a saúde de D. Pedro. O Porto recebeu alegremente os constitucionalistas, embora o clero e as pessoas influentes tenham deixado a cidade. Seja como for, a tática miguelista não surtiria o efeito necessário, pois lhe faltavam estadistas e militares capazes. E o exército de Brancaneone acabaria, meses depois, ocupando Lisboa quase sem luta!

A tomada do Porto se não foi uma vitória, foi uma primeira etapa favorável às pretensões de D. Pedro. Mas era uma cilada em que ele se deixou prender, pois a cidade era fácil de manter cercada. E os soldados da rainha não foram recebidos como libertadores, como esperavam. Nesse ínterim, as tropas constitucionalistas fizeram incursões pelas vizinhanças e cometeram violências: soldados ingleses saquearam o Mosteiro de Bustelo e incendiaram o Convento de

<sup>4</sup> SOUSA, Otávio Tarquínio, *A vida de D. Pedro I*, p. 250.

Santo Antônio em Penafiel. D. Pedro se preocupava com as notícias da indiferença do povo pela causa da rainha. Em Ponte Ferreira, a 23 de julho, suas forças obtiveram um belo êxito, havendo brilhado os batalhões inglês e francês, derrotando as tropas do Visconde de Santa Marta. A realidade, porém, é que os constitucionalistas estavam encurralados na cidade do Porto. D. Pedro era apenas mais um general à frente de uma parte das tropas e isso o diminuía. Chegou mesmo a planejar o regresso aos Açores, mas foi dissuadido.

Nesse ínterim, ele trabalhou muito para fortalecer as defesas do Porto, correndo de um lado ao outro da cidade, altas horas da noite no inverno portuense, frio e úmido, o que seria altamente daninho para a sua saúde frágil. Dormia poucas horas por noite e saía de madrugada para visitar defesas e animar os soldados. Felizmente, como escreveu Otavio Tarquínio: "A incapacidade, a inépcia, a incúria de muitos chefes miguelistas, o ciúme recíproco entre os generais de D. Miguel levaram à perda a sua causa." O próprio rei parecia desinteressado, pois nem sequer visitou as tropas que o defendiam. O ilustre biógrafo sugere ainda que, por trás das trapalhadas que ocorreram nas hostes miguelistas, havia também a mão poderosa da maçonaria portuguesa a confundir-las e a favorecer a causa da pequena rainha. Otavio Tarquínio de Sousa tem frases lapidares que não me furto citar:

"D. Miguel descansava seguro do apoio da maioria do país que sempre esteve a seu lado. O velho Portugal, com seus fidalgos ociosos, seus frades ignorantes, seu bom povo analfabeto, não queria saber do príncipe que se fizera maçom, separara o Brasil de Portugal e andava de comparsaria com liberais e here-

ges estrangeiros. O rei absoluto contava com a fidelidade de seus súditos e era senhor de todo o reino. Um exército de 80.000 homens não poderia ser vencido por alguns milhares de soldados, em boa parte mercenários, encerrados na cidade do Porto."<sup>5</sup>

Apesar da ocupação do Porto, o reino quase inteiro parecia aguardar com um silêncio hostil. O plano dos chefes realistas era implacável: cercar as forças liberais no Porto e exterminá-las todas sem piedade, não escapando um só soldado. Afinal travou-se uma grande batalha nos arredores da cidade, e, após 11 horas de luta sangrenta, com quatro mil mortos dos dois lados, os sitiados se retiraram acreditando que a cidade era mesmo indomável. Só o bloqueio total, difícil de ser realizado, faria a cidade render-se.

Durante esse tempo, a situação financeira dos invasores estava ficando precária, embora tenham chegado mais reforços da Inglaterra. O soldo das tropas e dos marinheiros estava atrasado e o mau humor imperava, agravado pelos incômodos do rigoroso inverno portuense. Lorde Palmerston negociava com a Espanha uma fórmula favorável a D. Maria da Glória, no sentido de que os dois irmãos desistissem de suas pretensões ao trono português. A fórmula era casar D. Maria da Glória com D. Carlos, de Nápoles, e as cortes decidiriam sobre a Constituição, confirmando-a ou não. D. Pedro receberia uma boa quantia em dinheiro para se retirar para algum outro país de sua preferência. Consta que os ingleses temiam que D. Pedro tomasse conta do trono e até mesmo pretendesse pleitear a coroa da Espanha, à qual tinha direitos.

O regente irritou-se com Palmela que lhe trazia a proposta inglesa, que o diplomata endossava discretamente e a encaminhara desde Londres. As grandes potências se impacientavam e fizeram outra proposta em termos ainda mais

<sup>5</sup> SOUSA, Otavio Tarquínio, *A vida de D. Pedro I*, p. 250.

impositivos: D. Maria assumiria o trono, D. Miguel sairia de Portugal, seria concedida plena anistia, e as Cortes decidiriam sobre a melhor forma de governo. Novo malogro.

Nesse intervalo, complicava-se o campo miguelista, e o General Solignac, irritado, retirou-se para a França. No Porto, em pleno inverno, a situação era precária, faltava comida e os ânimos andavam baixos. O exército constitucionalista fora dividido em duas divisões, chefiadas respectivamente pelos generais Vila Flor e Saldanha, cabendo a este o setor mais perigoso. Em março começou um bombardeio cerrado da cidade e as baixas eram muitas, agravadas pelas epidemias. O Almirante Sartorius, indignado pela falta de pagamentos à sua esquadra, decidiu retirar-se.

D. Pedro se multiplicava em esforços por apaziguar a todos e reforçar as defesas da cidade, o que lhe valeu o carinho e a gratidão do povo tripeiro. Ele agora era o "benquisto, querido, respeitado", no entender de seu biógrafo.

D. Pedro escrevia a seus familiares e amigos que o Capitão inglês Napier estava por chegar com cinco vapores e amplos reforços enviados por Mendizábal e isso reacendia as esperanças de desbloqueio da cidade. No entanto, por outro lado, cresciam os rumores de que os ingleses pretendiam afastar D. Pedro do comando da expedição para melhor assegurar os interesses britânicos.

Logo ao chegar, o Comandante inglês Napier apresentara interessante proposta: mover a esquadra para o sul de Portugal, apresentando-se de frente a Lisboa para intimidar os miguelistas e talvez até desembarcar tropas no Algarve ou Alentejo. A sugestão foi aceita, e, a 21 de junho, a esquadra, sob o comando de Napier, levantou ferros em direção à costa sul do país. D. Pedro estava no comando geral, Vila Flor e Saldanha comandavam as forças de terra e Palmela seria o respon-

sável pela administração dos territórios a serem ocupados. No Algarve, o diplomata logo instalou um governo civil liberal e proclamou a Rainha D. Maria da Glória. Em Faro, foram recebidos com flores e foguetes e daí por diante tudo parecia correr bem para os constitucionalistas.

A 2 de julho, a frota de Napier avistou navios miguelistas na altura do Cabo de São Vicente, mas o mar estava revoltado e impróprio para combates navais. Três dias depois, afinal ocorreu a luta marítima, e, por manobras infelizes ou incapazes do comandante miguelista, sua esquadra foi irremediavelmente vencida. Em vez de conservar a esquadra em Lisboa para guarnecer a capital, D. Miguel cometera o erro de fazê-la sair ao mar confiante na vitória. A derrota naval deixou Lisboa à mercê dos liberais.

Nessa altura D. Miguel, sentindo a sua causa enfraquecer, propôs a D. Pedro se encontrarem, acabar com a guerra civil, sugerindo casar-se com sua sobrinha. D. Pedro repeliu suas propostas sem hesitação.

Dono do mar, Napier resolveu bloquear o porto de Lisboa. O General Villa Flor, o Duque da Terceira, decidiu também dirigir-se diretamente a Lisboa, apenas a uma semana de distância. Enquanto isso, as tropas miguelistas se retiravam para Beja, acreditando que esse seria o alvo dos constitucionalistas. Mais uma vez se enganaram. A 24 de julho, Napier e sua esquadra de calhambeques amanheceram em Lisboa, onde o povo se engalanava para saudá-los. Era o fim da usurpação, e D. Pedro vencia sem perdas importantes. Sua saúde, no entanto, estava comprometida, mas Deus ainda lhe deu tempo de ver sua filha no trono português e Portugal pacificado. Fora notável o seu esforço físico naqueles longos meses na região do Porto e até hoje os portugueses liberais lhe são reconhecidos.

D. Pedro não viajara para o Sul do país com a esquadra e isso lhe deu a oportunidade

de presenciar e participar diretamente da derrota final do absolutismo. Numa batalha feroz que durou nove horas, o exército miguelista comandado pelo Marechal francês Beaumont, o vencedor de Argel, foi derrotado completamente no monte de São Gens. O triunfo do General Saldanha equivaliu ao feito de Napier no Sul de Portugal. A 28 de julho, D. Pedro chegou a Lisboa a bordo do vapor *William the Fourth*, e a recepção foi calorosa. Ele anunciou que não haveria vinganças e que todas as promessas seriam cumpridas, mas... não seria bem assim por culpa do temperamento belicoso dos portugueses. Violências foram cometidas, expulsos o núncio apostólico e os jesuítas.

Logo no dia seguinte, D. Pedro foi visitar o túmulo de D. João VI e teria exclamado: "Um filho te assassinou, outro te vingará!"

No entanto, o governo francês não estava feliz com os rumores de que o regente pretendia casar a filha com o Duque de Leuchtenberg, instado por D. Amélia. Sentindo-se desconfortáveis em Paris, Amélia e Maria da Glória decidiram visitar Londres, onde foram bem recebidas pelo rei, que as convidou a passar um fim de semana no Castelo de Windsor. Depois viajaram para Lisboa ao saber das airozas notícias de sua tomada, lá chegando a 22 de setembro de 1833.

O Chalaça viajara com elas, bem como o espanhol Mendizábal, que organizara as finanças da expedição. Infelizmente, o livro de memórias do ex-secretário de D. Pedro não revela pormenores dessa etapa final da vida do imperador.<sup>6</sup>

Napier contou que nunca vira D. Pedro tão alegre quanto por ocasião da chegada da família. No entanto, D. Miguel continuava senhor de grande parte do país, embora as duas

maiores cidades tivessem aderido aos constitucionalistas. D. Pedro só teria o domínio completo de Portugal em maio de 1834, cinco meses antes de morrer. O General Beaumont não se entendia com os militares portugueses e acabou por se demitir e regressar à França, acompanhado por uma centena de oficiais franceses. No cerco de Santarém, D. Pedro arriscou a vida, mas cedo teria a boa notícia de que os ingleses decidiram reconhecer o governo liberal, acreditando junto a ele um embaixador. A batalha de Asseiceira foi o golpe final para os miguelistas, que perderam 1.500 homens e 70 oficiais. O bastião miguelista de Santarém caiu a 18 de maio. A França em princípio enviara apenas um *chargé d'affaires* a Lisboa, mas, para não ficar em inferioridade diplomática em relação aos ingleses, substituiu-o por um embaixador também.

Havia, porém, dúvidas sobre se as Cortes reconheceriam D. Pedro como regente, em virtude de sua alegada nacionalidade brasileira. Antônio Carlos de Andrada viajou a Portugal para pedir-lhe que regressasse ao Brasil, ao que ele respondeu formalmente por escrito, reafirmando que a sua abdicação continuava válida e jamais tivera a intenção de anulá-la. Ele insistia em assegurar o trono de sua filha D. Maria da Glória, mas deixava uma porta semiberta: uma vez atingida a sua meta em Portugal, ele poderia voltar ao Brasil e servir como regente durante a minoridade de seu outro filho, o Imperador D. Pedro II.

Exigia, porém, que o Parlamento brasileiro o solicitasse formalmente, o que seria bem mais complicado. No entanto, em Portugal, persistiam as divergências entre os liberais e isso afligia D. Pedro. Nem sequer os dois generais Villa

<sup>6</sup> GOMES DA SILVA, Francisco. *Memórias*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1959. Apresentação e notas de Noronha Santos. Seu antigo favorito, o Chalaça, depois da morte de D. Pedro, acompanhou D. Amélia a Munique, a Berlim e à Ilha da Madeira, tornando-se amigo de sua antiga inimiga no Rio de Janeiro. Foi seu secretário particular e, ao falecer em 1852, em Lisboa, era Conde de Ourém. Ele havia nascido em 1791, filho de um modesto ourives. Deixou fortuna e ao falecer teria se arrependido de seus muitos pecados.



Flor e Saldanha se entendiam bem. Surgiram epidemias de cólera e tifo fazendo milhares de vítimas. Embora pressionado pelos diplomatas ingleses e franceses, D. Miguel não se decidia a abdicar, mesmo depois do sério revés na batalha de Cartaxo e da evacuação de Santarém, principal base militar miguelista. A guerra civil já durava dois anos, e a luta continuava, pois D. Pedro se recusava a qualquer acordo que não fosse a rendição incondicional do irmão.

Quando isso afinal aconteceu, D. Pedro daria provas de magnanimidade na convenção de Évora Monte a 26 de maio, concordando até com uma pensão anual de 60 contos para D. Miguel, desde que ele deixasse o país no prazo de 15 dias. Foi concedida anistia geral por delitos políticos desde 1826, data da morte de D. João VI, e aos anistiados foi dada a livre saída de Portugal. Os oficiais tiveram seus postos garantidos. Nesse ínterim, as quatro grandes potências decidiram banir D. Miguel de uma vez por todas de Portugal, e as forças miguelistas capitularam.

Mas D. Pedro já estava gravemente doente, e a sua saúde se agravou depois de um sério incidente no Teatro de São Carlos, onde ele fora insultado e vaiado por miguelistas. O choque com os opositores foi terrível, e ele revidou veementemente os insultos chamando os miguelistas de “canalhas”.

Afinal, D. Miguel embarcou para a Itália e nunca mais voltou a Portugal. Sua partida foi dramática, pois foi preciso que os liberais o defendessem do populacho que o insultava e apedrejava. Diz Sergio Correa da Costa: “Meses antes, aquela mesma gente o adorava de joelhos e punha o seu retrato nos altares.”<sup>7</sup>

A 15 de agosto, as Cortes foram convocadas, já que era urgente pacificar o país, que caíra em profunda crise financeira e social. D. Pedro,

porém, se recusava a assinar certas decisões que não aprovara, o que criaria tensões políticas e gerava crises de hemoptise que o enfraqueciam cada vez mais. Era o resultado daqueles dias terríveis no Porto, quando lutara infatigavelmente como simples soldado e cidadão.

Por outro lado, os excessos dos liberais entristeciam D. Pedro. Dizia ele: “Não vim a Portugal para levantar cadafalsos”. D. Pedro passava a maior parte do tempo no Palácio de Queluz, nos arredores de Lisboa, participando uma ou outra vez de caçadas. Raramente ia ao teatro e, quando o fazia, não ficava até o fim do espetáculo. No segundo aniversário do desembarque de Arnosa, foi a Lisboa para uma comemoração solene, sendo afetuosamente festejado. Usava o que chamavam de “barba negra de beduíno”. Depois ele quis fazer uma visita final à cidade do Porto e lá chegou a 27 de julho de 1834, acompanhado de D. Amélia. Otávio Tarquínio de Sousa escreveu que essa foi a sua última grande alegria, pois lá foi festejado entusiasticamente com o dobrar de sinos e foguetes. Durante 10 dias foi homenageado sem cessar, mas ao voltar a Lisboa preferiu ficar no Palácio de Queluz. Uma testemunha escreveu que “ele parecia um defunto”!

Reunidas as Cortes, a 25 de agosto, o ex-Imperador foi confirmado como regente até a maioridade da filha. Durante os debates, D. Pedro preferiu afastar-se da capital e viajou para Caldas da Rainha em busca de melhoras. A viagem piorou suas condições de saúde e não pôde prestar o juramento como regente. O tratamento médico, em vez de ajudá-lo, só fazia apressar o desenlace. Estava virtualmente moribundo, magro, pálido e desfigurado, embora continuasse lúcido. Decidiu voltar a Queluz e escolheu para morrer no quarto onde nascera, decorado com episódios da vida de Dom Quixote, uma cruel

<sup>7</sup> COSTA, Sergio Correa da. *As Quatro Coroas de D. Pedro*. Rio de Janeiro, 1941, p. 178.

ironia. Amélia, sua esposa, esteve sempre ao seu lado com infinito carinho. Lembramos que, em Paris, D. Pedro fizera da esposa a tutora de D. Maria da Glória e Pedro II e organizou a herança de todos os seus filhos, legítimos e bastardos, inclusive aqueles tidos da Marquesa de Santos. Aquele testamento foi confirmado a 15 de setembro, legando a sua espada ao futuro genro, o Príncipe Augusto de Leuchtenberg, irmão de D. Amélia.

Naquela triste situação, as Cortes resolveram antecipar a maioridade de D. Maria II. Uma das últimas decisões de D. Pedro foi legar o seu coração à cidade do Porto, em testemunho de sua gratidão pelo carinho do povo que defendera com tanto empenho. Até hoje seu coração pode ser visto na igreja da Lapa, no centro daquela cidade.

A 19 de setembro a jovem rainha já presidia o Conselho de Ministros e, no dia seguinte, também presidiu o Conselho de Estado. A 24 de setembro de 1834, aos 36 anos de idade apenas, falecia D. Pedro em seu quarto quixotesco do Palácio de Queluz. O grande escritor

português Antônio Feliciano de Castilho assim recordou a estada de D. Pedro no Porto:

"Eu o vi com estes olhos comer pão negro entre soldados; fazer em terra nua, agarrar o alveão para ensinar a construir uma trincheira; vi ser preciso retirá-lo à força de um ponto onde as balas choviam. Estava no hospital e via-o entre os feridos atando-lhes as ligaduras e consolando-os; no arsenal ele encartuchava a pólvora; nas baterias ele ensinava os artilheiros; depois da vitória distribuía por suas mãos as distinções. Frequentava a Casa da Piedade, assim como os tribunais de justiça, de tudo ele entendia, ouvia a todos, com todos falava. Ele era muitas vezes o seu próprio ministro, sobre o arção de seu cavalo ele despachava requerimentos, e o seu dia começava antes do toque de alvorada. Ele era como a nossa divindade, sempre e em toda parte presente." "Ao final de sua vida — acrescentou Castilho — ele tinha achado afinal uma grande coroa para tão vasta cabeça: a coroa de louros, não do conquistador, mas de soldado da liberdade!"<sup>18</sup>

## Referências

- CARVALHO, Maria Amélia Vaz de. *Vida do Duque de Palmela*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898. 3 v.
- CASTILHO, Antônio Feliciano de. *História do cerco do Porto*. Porto: Lello Irmãos, 1948.
- CORREIA DA COSTA, Sérgio. *As Quatro Coroas de D. Pedro I*. 4. ed. Rio de Janeiro: Casa do Livro, 1972.
- . *Every Inch a King*. Robert Hale. Londres: [s.n.], 1972.
- CRUZ, Manuel Ivo. D. Pedro d'Alcântara de Bragança, Rei, Imperador e Músico. Porto. In: Do absolutismo ao Liberalismo. Atas do Congresso Internacional. Porto: Palácio das Bolsas, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 12 a 14 de novembro de 1998. p. 545 a 567.
- GOMES DA SILVA, Francisco (O Chalaça). *Memórias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Souza, 1959.
- LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- OLIVEIRA, Lima. *D. Pedro e D. Miguel*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1946.
- PASSOS, Carlos de. *D. Pedro IV e D. Miguel I*. Porto: Luís Simões Lopes, 1936.
- SETUBAL, Carlos. *As manguetas do Imperador*. São Paulo: Nacional, 1928.
- Carta Mensal* 25. Rio de Janeiro, v. 53, n. 635, p. 3-26, fev. 2008.
- SORIANO. *História do Cerco do Porto*. Porto: Guimarães, 1989. 2 v.
- SOUZA, Otávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972. 3 v.
- WEBSTER, Sir Charles K. *Britain and the Independence of Latin America*. Londres: [s.n.], 1938. 2 v.
- . *The Foreign Policy of Lord Palmerston*. Londres: [s.n.], 1951.
- Palestra pronunciada em 11 de março de 2008*

<sup>18</sup> CASTILHO, Antônio Feliciano de. *História do cerco do Porto*. Lello Irmãos, Porto, 1948, p. 45 e 46.

# O longo prazo em curto prazo\*

Roberto Mangabeira Unger\*\*

*Há toda diferença entre um projeto que paira sobre o mundo e um que intervém. Não há futuro viável que não se possa prefigurar já*

**M**odelo de desenvolvimento baseado em ampliação de oportunidades econômicas e educativas, para dar braços e asas ao dinamismo frustrado dos brasileiros — é isso o que mais quer a nação. Para construir esse modelo, é preciso formular plano de longo prazo e traduzi-lo em iniciativas tangíveis e prontas: primeiras prestações de outro futuro. É preciso tratar do longo prazo em curto prazo.

Desse entendimento resultou a decisão de organizar o trabalho inicial de minha Pasta em torno de quatro grandes temas: oportunidade econômica, oportunidade educativa, Amazônia e defesa. Para cada um deles, formulamos, em colaboração com os ministros das respectivas áreas e com o apoio do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ações que encarnem e antecipem novo modelo de desenvolvimento. Ideias, quando reforçadas por uma lógica de coautoria dentro do governo e da sociedade, constituem o primeiro requisito para mudar o País.

Uma das iniciativas de oportunidade econômica é política industrial e agrícola voltada para as pequenas empresas e os empreendimentos emergentes que constituem a maior força de nossa economia. Formação de prai-

cas e de quadros, ampliação do crédito ao pequeno produtor e transferência de tecnologia são as diretrizes.

Outra iniciativa se destina a refazer nosso modelo institucional de relações entre o trabalho e o capital. O Brasil está ameaçado de ficar espremido no mundo entre economias de trabalho barato e economias de produtividade alta. Precisamos escapar dessa prensa pelo lado alto, o da valorização do trabalho e da escalada de produtividade. Não temos futuro como uma China com menos gente.

É essa a preocupação que orienta o esforço de construir, com as centrais sindicais e as lideranças do empresariado, um plano para resgatar mais da metade de nossos trabalhadores da informalidade, reverter a queda da participação dos salários na renda nacional e reorganizar o regime sindical.

Em matéria de oportunidade educativa, são três os programas a que nos dedicamos, junto com os ministros Fernando Haddad (Educação), Sergio Rezende (Ciência e Tecnologia) e Gilberto Gil (Cultura).

Rede de escolas médias federais que, ao fortalecer o elo fraco de nossa rede escolar,

\* Transcrito da *Resenha do Exército*.

\*\* O autor é Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos.



também sirva de instrumento para mudar nosso paradigma pedagógico no rumo de ensino analítico e capacitador. Conjunto de procedimentos para reconciliar a gestão local das escolas pelos estados e municípios com padrões nacionais de investimento e de qualidade. (A qualidade do ensino que uma criança brasileira recebe não deve depender do acaso do lugar onde ela nasce.) E programa de inclusão digital que organize infovia nacional, fortaleça as capacitações populares de acesso à rede, estimule a produção de conteúdos nacionais e crie estrutura de governança capaz de dar voz à sociedade civil, não só aos governos e às empresas.

Na Amazônia, o Brasil pode revelar-se ao Brasil. Zoneamento econômico e ecológico, que tome por pressuposto a resolução das questões fundiárias, é ponto de partida para delinear estratégias econômicas distintas para diferentes partes da Amazônia.

Uma estratégia para a Amazônia já desmatada, onde temos chance para deixar de repetir os erros de nossa formação econômica. E outra estratégia para a Amazônia com mata, que assegure que a floresta em pé, porém aproveitada de forma controlada e sustentável, valha mais do que a floresta derrubada. Na defesa, come-

ça esforço vital para nosso futuro. Não há estratégia de desenvolvimento nacional sem estratégia nacional de defesa. A diretriz é reorganizar as Forças Armadas em torno de vanguarda tecnológica e operacional, pautada por cultura de mobilidade e de flexibilidade e baseada em capacitações nacionais.

Essas iniciativas são apenas um começo. Não asseguram a reconstrução de nossas instituições, necessária para democratizar o mercado e para aprofundar a democracia. Não nos eximem de formular estratégia de desenvolvimento nacional que seja abrangente e de longo prazo.

O objetivo de tal estratégia não é tolher nosso futuro; é, pelo contrário, prover a nação de meios para que ela se possa reconstruir experimentalmente. Há toda diferença, porém, entre projeto que paira sobre o mundo e projeto que intervém no mundo. Não há futuro viável que não se possa prefigurar já.

O bom do Brasil tem sido sua vitalidade. O ruim tem sido seu conformismo. Não basta nos rebelarmos contra a falta de justiça se não nos rebelarmos também contra a falta de imaginação. Vitalidade — vibrante, anárquica, quase cega — já temos. Quando a imaginação der olhos à rebeldia, teremos também grandeza.



# Estratégia de defesa da Amazônia brasileira

Roberto Gama e Silva\*

O Brasil herdou o imenso e riquíssimo território da nossa Amazônia graças à visão penetrante do estadista português Sebastião José de Carvalho e Melo, que viria a se tornar Conde de Oeiras e, depois, Marquês de Pombal.

O Marquês de Pombal foi nomeado primeiro-ministro do Rei Dom José I por decreto de 5 de agosto de 1750 e, nessa situação, permaneceu até a morte do Rei, em 23 de fevereiro de 1776.

Durante 26 anos, o Primeiro-Ministro foi o gênio que executou a obra governativa do Rei Dom José I, uma das mais profícuas de Portugal.

Segundo o historiador lusitano Joaquim Ferreira, “os portugueses têm razões sobejas para venerar em Pombal o maior governante da pátria”.

Nós, brasileiros, também temos razões sobejas para considerar Marquês de Pombal o responsável pela anexação definitiva ao Brasil do território da Amazônia, com superfície superior à soma dos territórios da Índia e do Paquistão.

Quando tomou posse como primeiro-ministro do Reino, decorriam sete meses da assinatura do Tratado de Madri que, pela primeira vez, desde o Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494, procurou definir os limites entre as possessões de Portugal e Espanha na América do Sul.

Diga-se de passagem, por pertinente, que o novo Tratado foi viabilizado pelo princípio do *uti possidetis facto*, proposto pelo Secretário de Dom João V, o paulista Alexandre de Gusmão,



que no ano anterior, isto é, em 1749, mandara confeccionar o Mapa das Cortes, no qual apreciavam as terras efetivamente ocupadas pelos portugueses na América do Sul.

O Tratado acabou sendo firmado, porque os espanhóis admitiram que haviam avançado ilegalmente sobre o arquipélago das Filipinas, no Oceano Pacífico.

Então, a linha original de Tordesilhas foi deslocada para oeste, na América do Sul, de modo a legitimar as terras desbravadas pelos portugueses e para leste, no Pacífico, para submeter as Filipinas ao domínio do Rei da Espanha.

Em resumo, a Amazônia brasileira foi trocada pelas Filipinas!

Como aparece na figura acima, o mapa da Amazônia ainda estava incompleto, pois faltava acrescentar o Acre, cujo contorno ainda se achava indefinido, pelo fato de não ter sido

\* Almirante reformado.

determinada a posição correta das nascentes do Rio Javari, ponto de onde seria traçada uma linha leste-oeste até a origem do Rio Madeira, na confluência do Mamoré com o Beni. O Acre, vale lembrar, só foi incorporado oficialmente ao território brasileiro pelo Tratado de Petrópolis, firmado com a Bolívia em 17 de novembro de 1903, após a vitória pelas armas de aguerridos brasileiros sob o comando firme do gaúcho José Plácido de Castro.

A dimensão e a natureza da Amazônia chamaram, de imediato, a atenção do Marquês de Pombal.

Para começar, nomeou o próprio irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, oficial de Marinha, para o cargo de governador



do Grão-Pará e Maranhão, com a missão de assegurar, de todas as maneiras, a integridade das terras da Amazônia transferidas para o domínio de Portugal.

Mendonça de Furtado criou, em 1755, a Capitania de São José do Rio Negro, elegendo como sua primeira capital a localidade de Mariuá, hoje Barcelos, para estimular o povoamento da bacia do Rio Negro e contribuir para eliminar a penetração espanhola pelas

aquavias daquela região. Na impossibilidade de ocupar fisicamente a imensa região, Pombal delineou a estratégia portuguesa para manter a Amazônia sob domínio português: "Tamponamento das vias de acesso do exterior para o interior da região e vivificação dos pontos fronteiriços confrontantes com pontos vivificados do outro lado da fronteira."

Em 6 de junho de 1755, Pombal decretou a emancipação completa dos índios que habitavam a Amazônia, conquistando assim o apoio dos silvícolas à causa portuguesa. No dia seguinte, em 7 de junho de 1755, foi criada a Companhia do Grão-Pará e Maranhão, sociedade cujo capital foi subscrito pelos empresários da praça de Lisboa, com o propósito de alijar os intermediários no comércio com a região, sobretudo os ingleses.

A estratégia pombalina tem prevalecido até hoje, embora posta em prática inconscientemente. O Exército Brasileiro, ultimamente, vem se empenhando em ampliá-la por intermédio de um projeto denominado Calha Norte, que consiste basicamente no aumento dos efetivos das unidades dispostas ao longo da fronteira ao norte do Rio Amazonas, além da criação de novos grupamentos militares na mesma região lindeira.

Essa medida, embora contribua para a proteção da fronteira, não é de todo eficiente no que tange ao tamponamento, pois o espaço amazônico não é propriamente continental, eis que se assemelha a imenso arquipélago, tal a quantidade de rios e igarapés que cortam o terreno.

A Força Aérea Brasileira acaba de tamponar, com eficiência, o espaço aéreo da região, mediante a instalação de rede de radares e o estacionamento de aeronaves de combate nas bases existentes, com o que o contrabando e o descaminho de materiais de valor decresceram sobremaneira.

Com essa inovação, todos os bens normalmente transportados pelas aeronaves piratas

foram desviados para as hidrovias, cujo patrulhamento é ainda frágil. A fragilidade do tamponamento das hidrovias pode ser ilustrada com três exemplos lapidares.

O primeiro exemplo relaciona-se com o descaminho de madeiras, em toras e serradas, crime cometido pelo Grupo Ludwig, antes da implantação da Agência da Capitania dos Portos em Munguba (o porto de Monte Dourado).

O Grupo Executivo para a Região do Baixo-Amazonas (Gebam) demonstrou para as autoridades governamentais, inclusive para o próprio presidente da República, que a empresa Jari Florestal e Agropecuária havia descaminhado, por longo tempo, madeiras em toras e beneficiadas, cujo valor, a preços de 1982, ultrapassava a casa de US\$1,2 bilhão.

Respaldavam essa revelação o cotejo entre o inventário florestal, levantado alguns anos antes pelo Radambrasil e o volume de madeiras contido na área desmatada, a capacidade das três serrarias logo instaladas na área, o depoimento dos práticos que conduziam os navios do armador Ludwig ao longo do Rio Jari e a frequência de atracação desses navios no porto de Munguba.

Ressalte-se que, dos números revelados pelo cotejo acima citado, foram descontados todos os recursos madeireiros usados nas benfeitorias introduzidas na implantação dos diversos projetos do empresário Daniel Ludwig, incluindo até os dormentes usados na ferrovia particular da empresa.

Todo esse volume de madeiras transportado ilegalmente cruzou a foz do Amazonas, pelo chamado “Braço Norte”, na verdade a foz do grande rio, sem que fosse detectado.

Em setembro de 2001, o navio *Artic Sunrise*, de bandeira inglesa e pertencente à organização não governamental estrangeira Greenpeace, famosa por se intrometer em assuntos inter-

nos de outros países, penetrou no Rio Amazonas para executar a demarcação das terras reservadas para os 361 nativos da tribo Deni, estabelecidos entre os rios Xerua, afluente do Juruá, e o Cuniuá, da bacia do Purus.

Aplicando os mesmos critérios “metafísicos” usados para a concessão de reservas para os silvícolas, os denis foram aquinhoados com uma área de 998.400 hectares.

Pois bem, o *Artic Sunrise* suspendeu do porto de Manaus, no dia 20 de setembro de 2001, demandando a área concedida aos denis, levando a bordo o cacique Haku Varashadeni, da tribo em questão, dirigentes da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da Operação Amazônia Nativa (Opan), todos reunidos para proceder à demarcação da reserva, “já que o governo brasileiro não havia cumprido o compromisso constitucional de demarcar todas as terras indígenas até 1993”.

Os dois exemplos alinhados demonstram a necessidade de instalação de estação naval nas proximidades de Macapá, dotada com navios-patrulha e com radares de superfície fixos, para tamponar a foz do Amazonas e apresar navios envolvidos em operações ilegais ou antinacionais.

O terceiro exemplo refere-se ao início do curso do Rio Solimões, nas proximidades da tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia.

No período noturno do dia 4 de julho de 1949, o gaiola *Ajudante*, pertencente à frota do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAAP), navegava próximo à margem esquerda do Solimões, no trecho entre São Paulo de Olivença e Benjamim Constant, transportando 120 passageiros.

Surpreendentemente, uma canhoneira da Marinha da Colômbia, bem dotada de armamento (2 canhões de 195mm, 2 canhões de



40mm, da fábrica Bofors, e 10 metralhadoras de 20mm, da fábrica Oerlikon), aproximou-se do *Ajudante* e abriu fogo até afundá-lo. Como resultado do ataque, morreram 112 brasileiros.

Posteriormente, a diplomacia colombiana apresentou as suas desculpas, alegando que o *Ajudante* fora confundido com um navio peruano, os dois países vizinhos haviam retomado as hostilidades em torno do território onde se situava a cidade de Letícia.

A canhoneira colombiana, sem qualquer aviso às autoridades brasileiras, demandava o Rio Içá, procedente de Letícia.

A facilidade de penetração na Amazônia brasileira por embarcações procedentes do território colombiano, mediante a utilização da aquavia Içá-Putumayo, ainda persiste até hoje.

Com a atual dificuldade de uso do espaço aéreo para atividades ilícitas, o contrabando de armas e de tóxicos transferiu-se para o transporte hidroviário, tendo como principal via o Rio Içá.

Então, como a simples presença de tropa terrestre, na divisa Brasil-Colômbia, não propicia a detecção da penetração de embarcações, mormente no período noturno, cabe à Marinha o tamponamento do Rio Içá, de preferência com a implantação de estação naval em Santo Antônio do Içá, povoação localizada na margem esquerda do rio, bem na confluência com o Solimões. Além da presença de navios-patrolha, a nova estação naval deveria contar com a instalação de radares de superfície fixos e a presença de tropa de fuzileiros navais, pronta para executar operações ribeirinhas.

Ressalte-se que a localização da estação naval proposta, estrategicamente distante da fronteira, além de garantir o tamponamento efetivo do Rio Içá, ainda executaria a mesma tarefa no Rio Solimões. O reforço da presença de fuzileiros navais na estação naval, ade-

mais, tornaria a atuação desse segmento de projeção do Poder Naval mais sintonizada com a conjuntura.

Obviamente, a ideia de criação de duas novas estações navais na Amazônia inclui, necessariamente, o aumento do número de navios-patrolha fluviais e costeiros, em operação na região, além de unidades para a condução de operações ribeirinhas.

Adotadas as providências propostas, ainda se faz necessário barrar três caminhos de penetração existentes na margem direita do Amazonas, como são os rios Madeira, Purus e Juruá. Nos três casos, seria suficiente equipar as organizações militares da Diretoria de Portos e Costas, isto é, a rede de Capitânias, Delegacias e Agências, com lanchas-patrolha armadas e instalações fixas de radares de superfície, em Porto Velho, Rio Branco e Eirunepé.

Ademais, como a Estratégia de Defesa Nacional, recentemente divulgada, preconiza a presença de forças navais oceânicas no Norte do País, para se contrapor às ameaças oriundas da região de onde sopram os ventos boreais, parece óbvia a escolha da Baía de São Marcos, no Maranhão, como sede da base naval que dará apoio à Esquadra do Norte. Tal escolha não admite alternativa por causa das águas profundas e protegidas da citada baía, que permitirão o estacionamento seguro de navios de maior calado, inclusive aqueles dotados de domos de sonares com dimensões avantajadas.

Essa Esquadra do Norte também deverá contribuir, com grande eficiência, para o tamponamento avançado da foz do Amazonas.

Para concluir, deve ser enfatizado que a continuidade de aplicação da estratégia delineada pelo Marquês de Pombal, mais do que nunca, é vital para o exercício da soberania e manutenção da integridade territorial da Amazônia brasileira.





# BIBLIOTHECA DO EXERCITO

## Missão

Contribuir para o provimento,  
a edição e a difusão de  
meios bibliográficos e informações  
necessárias ao desenvolvimento  
e ao aperfeiçoamento da cultura  
profissional-militar e geral  
dos públicos interno e externo

## Visão do futuro

Ser referência nacional e  
internacional pela excelência na  
publicação de acervos bibliográficos  
que sejam instrumentos de  
promoção de cultura e de cidadania  
para públicos interno e externo

## Princípios, crenças e valores

Culto aos valores e às  
tradições militares;  
Competência técnico-profissional;  
Confiabilidade; Planejamento

